

SANEAMENTO BÁSICO

DIREITO À CIDADANIA

Cremilda Medina

ORGANIZADORA



Universidade Estadual da Paraíba

Prof Antonio Guedes Rangel Junior | Reitor
Prof Flávio Romero Guimarães | Vice-Reitor



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | Diretor
Antonio Roberto Faustino da Costa | Editor Assistente
Cidoval Moraes de Sousa | Editor Assistente

Conselho Editorial

Luciano Nascimento Silva (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
Antonio Guedes Rangel Junior (UEPB)
Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Conselho Científico

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)
José Eduardo Douglas Price (UNICOMAHUE/ARG)
Celso Fernandes Campilongo (USP/PUC-SP)
Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)
Vincenzo Carbone (UNINT/IT)
Vincenzo Militello (UNIPA/IT)
Jonas Eduardo Gonzales Lemos (IFRN)
Eduardo Ramalho Robenhorst (UFPB)
Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)
Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)
Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)
Glauber Salomão Leite (UEPB)
Germano Ramalho (UEPB)
Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)
Maria Creusa de Araujo Borges (UFPB)
Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN)
Anne Augusta Alencar Leite (UFPB)
Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)
Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)
Diego Duquelsky (UBA)
Afrânio Silva Jardim (UERJ)



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

CREMILDA MEDINA
(Organizadora)

SANEAMENTO BÁSICO

direito à cidadania



Campina Grande-PB
2019

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Diretor

Luciano do Nascimento Silva

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Antonio de Brito Freire

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.
FICHA CATALOGráfICA ELABORADA HELIANE MARIA IDALINO SILVA - CRB-15ª/368

S223 Saneamento básico: direito à cidadania. [Livro eletrônico] / Cremilda Medina (Organizadora). –Campina Grande: EDUEPB, 2019.
210 p.

ISBN 978-85-7879-581-8 (E-book)

ISBN 978-85-7879-582-5 (Impresso)

1. Saneamento – Aspectos sociais. 2. Saneamento básico – Paraíba. 3. Urbanismo – Qualidade de vida. 4. Preservação ambiental. 5. Rio Jaguaribe – Paraíba – História e preservação. 6. Açude velho – Paraíba – Condições ambientais. 7. Turismo – Paraíba – Brasil. I. Medina, Cremilda (Organizadora).

21. ed. CDD 363.72

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

SUMÁRIO

- 7 APRESENTAÇÃO
Cremilda Medina
- 13 QUANDO A NATUREZA REGE O MODO DE VIDA
Ana Lúcia Medeiros
Débora Freire
Aderlon Amorim
- 31 SE ESSA KOMBI FOSSE MINHA...
Cláudio Cardoso de Paiva
Emília de Rodat Barreto
- 41 EU, JAGUARIBE, SONHO E RESISTO
Judivan Gomes Procópio
Iris Lucena Pimentel Souto Maior
Filipe Francilino de Sousa
- 61 O ESPELHO TEM DUAS FACES
Saulo Queiroz de Araújo
- 75 SOUSA, COMUNIDADE SEM O BÁSICO
Enio José Marques da Silva (Enio Marx)
- 91 SANEAMENTO PARA UM PARAÍSO CHAMADO INTERMARES
Adriana Bagno Alves Pinto

- 115 OUTRO OLHAR SOBRE O PORTO DO CAPIM
Marcos José da Cruz Vital
Tânia Maria Correia Braga
- 137 O DESTINO DO LIXO E DA GENTE
Andréa Batista
Thiago Figueiredo
- 169 HÁ QUEM LUTE PELO RIO GRAMAME
Camila Bezerra
Suely Porfírio
- 199 POSFÁCIO
Luiz Custódio da Silva
- 203 Sobre a Oficina que dá origem ao livro

APRESENTAÇÃO

Saneamento básico, tema urgente?

CREMILDA MEDINA¹

Ao ser convidada para uma oficina epistemológica na Universidade Federal da Paraíba, propus à pesquisadora de Desenvolvimento científico Regional (DCR – Fapesq-PB/CNPq) Profa. Dra. Ana Lúcia Medeiros que mediou o projeto, um laboratório sintético (três encontros de três a quatro horas cada) sobre as *Narrativas da Contemporaneidade* cujo foco central é a *Dialogia Social*.

¹ Jornalista, pesquisadora e professora titular sênior da Universidade de São Paulo (USP). Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolan). Seu trabalho traz para o Jornalismo os desafios paradigmáticos do Saber Plural; a perspectiva do ato presencial, da abertura à complexidade, do signo da relação e da pedagogia dos afetos; e o eixo central do Diálogo Social, principalmente, na teoria e prática da reportagem. “Autora de 18 livros, organizou, com este e-pub, 55 coletâneas, publicadas em São Paulo, Brasília, João Pessoa e no Porto, Portugal.

Costumo desenvolver com alunos de graduação e de pós, na Universidade de São Paulo ou em outras instituições acadêmicas, há mais de cinco décadas, a pesquisa que interroga os grandes desafios paradigmáticos do *signo da relação*, a partir do jornalismo e da comunicação social. Após 1990, os estudos têm sido partilhados num convívio inter e transdisciplinar: as contribuições tanto teóricas como empíricas afluem para um comportamento dialógico sujeito-sujeito nas circunstâncias cotidianas ou, no domínio acadêmico, ciência-sociedade, sociedade-ciência. Essa interação social criativa (*signo da relação*) traz consigo a assinatura do *mediador-autor*.

Atuar presencialmente junto a possíveis mediadores-autores, motivar sua escuta das demandas coletivas e experimentar narrativas polifônicas e polissêmicas regem os laboratórios que se sintonizam com as contribuições bibliográficas da epistemologia multidisciplinar. Com tal bagagem, sempre incompleta, aberta ao processo pedagógico surpreendente de cada novo grupo, cheguei a João Pessoa para terça, quarta e quinta de setembro de 2018, trabalhar com professores e alunos de pós-graduação – democraticamente juntos – na área de comunicação social.

Ao final da primeira tarde, 18/09, já se colocava em discussão um tema emergente para o *ensaio-reportagem* culminante que, segundo os desejos manifestos à partida, resultaria em um livro. Não me contive: diante do que considero dois extremos, da produção material à produção simbólica do ser humano, pus em pauta duas vergonhas nacionais, **lixo e educação**. Disse mais, que todo mundo faz questão de avaliar o falhanço educacional no País, ainda que muitas vezes sem apuração de fatos e sem argumentação sólida; já as trágicas questões do saneamento básico passam ao largo da agenda dos temas prioritários. Para minha satisfação íntima, **saneamento** ganhou os desejos do grupo para criar uma narrativa local.

Não imaginávamos que no dia seguinte, dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ganhariam a mídia paraibana e a mídia nacional. Se o drama atinge uma parte significativa dos municípios do País, a manchete do *Correio da Paraíba* do dia 20 de setembro, “Sem saneamento, com doenças”, denunciava o Estado local: “Em 61,43% dos municípios foram registradas patologias de correntes da falta do serviço, revela a pesquisa”.

Estava então selado o compromisso social do laboratório de Narrativas da Contemporaneidade. Além das questões epistemológicas que norteiam a dialogia, ou de forma mais complexa e abrangente, a *pluralogia*, o grupo logo se empenhou em ir a campo, sair do conforto acadêmico do mundo abstrato, o das ideias, e traçar estratégias de reportar, com fôlego ensaístico, as situações expressivas de saneamento básico na Paraíba.

Em seguida, Ana Lúcia Medeiros, coordenando a operação, me enviou para São Paulo as propostas dos autores, dialoguei com elas, devolvi com algumas sugestões e o grupo assumiu a captação e elaboração narrativa dos textos e imagens que se seguem nesta publicação. Para mim, além da surpresa, o encantamento com uma rica polifonia e polissemia.

Aqui se encontram ressonâncias da saga cotidiana dos protagonistas locais: as narrativas deslizam do prazer da natureza ao dissabor dos maus tratos - lixo, esgotos a céu aberto, falta de água ou água contaminada acusam a indignidade de vida.

No roteiro de textos agora oferecido, da universidade aos múltiplos leitores, reúnem-se autores comprometidos com a mediação social. Não é essa a essência da comunicação coletiva? Não é esse o compromisso da instituição pública, um investimento da sociedade? O laboratório de Narrativas da Contemporaneidade pretende **estar afeto aos que habitam o território paraibano,**

aos seus sentidos expressos e às experiências cotidianas observadas.

Ana Lúcia Medeiros, Débora Freire e Aderlon Amorim vão buscar raízes históricas da cidadania para a preservação do espaço horizontal da praia em João Pessoa perante o espaço vertical dos empreendimentos imobiliários na modernização urbana brasileira.

Histórias de protagonistas locais trazem à pauta deste livro a força, muitas vezes invisível, da ação miúda pela qualidade de vida, pelo prazer da convivência com uma natureza pujante à beira mar. O cotidiano persiste na narrativa posterior, em que Cláudio Cardoso de Paiva e Emília de Rodat Barreto circulam em Tambaú na viagem lúdica de uma Kombi, captam a voz de seu proprietário, portador de expressões da sociabilidade viva que não constam de manuais explicativos.

Os enredos aí tecidos resultam da compreensão sutil das trajetórias, distribuindo e negociando lazer e alimentação. Haverá autorregulação no caos urbano contemporâneo? Um passeio pelo rio Jaguaribe da capital paraibana, 25 km de extensão, levam o leitor a esse percurso de danos e perdas das águas outrora transparentes.

Judivan Gomes Procópio, Iris Lucena Pimentel Souto Maior e Filipe Francelino de Sousa nos oferecem essa viagem pelo rio e suas margens na voz do próprio Jaguaribe: criam um narrador privilegiado, virtude de estética autoral. Já Saulo Queiroz de Araújo assume o depoimento de quem sofre, junto com seus parceiros contemporâneos, a deterioração ambiental do Açude Velho em Campina Grande e capta o lamento coletivo: esse cartão postal da Paraíba merece “a solicitude dos poderes públicos”.

Enio Marques elege, por sua vez, uma população especial que historicamente não prima por se fixar em determinado território. Mas quando isso acontece, como na comunidade cigana de Sou-

sa, do alto sertão paraibano, faltam as condições mínimas de saneamento básico e seus habitantes reclamam por uma dignidade humana nos serviços de água e esgoto.

Para Adriana Bagno Alves Pinto, que reporta o local onde mora, a observação se expande à vizinhança de Cabedelo e aí constata, em contextos semelhantes aos demais deste livro, que só o trabalho de formiguinha dos resistentes consegue encarar as mazelas do saneamento básico. O paraíso de Intermares estaria definitivamente perdido? Outros espaços, outras comunidades fazem eco a essa interrogante de Porto do Capim.

Marcos José da Cruz e Tânia Maria Correia Braga abrem a lente e focam um projeto de revitalização sobre as carências da área. Mas talvez a tragédia seja culminante nos lixões. Andréa Batista e Thiago Figueiredo vão a Mamanguape, no Litoral Norte da Paraíba, e seguem os “pés do lixo”, escutam relatos de catadores, assumem com eles o horizonte prometido dos últimos dias dessa condição. Porque resistência e luta é o que não falta mesmo nas situações mais agudas. Camila Bezerra e Suely Porfírio, no texto final, navegam entre a poética das descrições apaixonadas por uma natureza privilegiada e o realismo contundente da palavra dos ribeirinhos, pescadores, ambientalistas. Todos solidários nos desafios a enfrentar.

O Brasil, como a Paraíba, se encontra na mesma encruzilhada. Cantos e lamentos estão presentes neste conjunto de ensaios-reportagem. As denúncias frequentam também o noticiário do jornalismo nacional. Ainda recentemente, no verão tórrido de 2019, apareceram relatos sobre as condições precárias, por exemplo, das praias de São Paulo. Em 18 de janeiro, a *Folha de S. Paulo* publicou no editorial que “não faltam mar e areia neste país abençoado com mais de 7.000 km de litoral; sobram, entretanto, coliformes fecais”.

Os 35 milhões de brasileiros sem água tratada e 100 milhões sem esgoto; os municípios sem orçamento e sem capacidade técnica para implementar projetos de infraestrutura; hábitos generalizados no desperdício de água ou no acúmulo de resíduos – tudo reforça a urgência do tema **saneamento básico**. E que falar da tragédia de Brumadinho no início de 2019 que multiplica o número de mortos da tragédia de Mariana em 2015, ambas em Minas Gerais? Os dejetos da mineração brasileira se acumulam com alto risco para a vida humana e os desastres ambientais narram uma história insuperável.

Voltando à presente antologia de ensaios-reportagem, os autores não pretendem um diagnóstico completo sobre a Paraíba, mas produzem expressivos significados a considerar. Trabalho de formiguinha...

Quando a natureza rege o modo de vida

ANA LÚCIA MEDEIROS²
DÉBORA FREIRE³
ADERLON AMORIM⁴

Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro têm entre seus encantos os arranha-céus, reconhecidos por seu simbolismo de modernização e progresso. Na metade do século XX, interesses econômico-financeiros e o crescimento da população urbana incentivam a verticalização de várias outras cidades brasileiras.

2 Jornalista, pesquisadora de Desenvolvimento Científico Regional (DCR) – FAPESQ-PB/CNPq/UFPB, autora dos livros “Sotaques na TV” (Annablume, 2006 / CCTA, 2019 – 2ª edição) e “Noticiador-Noticiado – Perfis de jornalistas numa sociedade em midiatisação” (Insular, 2015), professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ/CCTA/UFPB). analumbr@yahoo.com.br

3 Jornalista, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ/CCTA/UFPB). jornalismo_debora@yahoo.com.br

4 Jornalista, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ/CCTA/UFPB) aderlonamorim@gmail.com

A verticalização, uma possível solução de crescimento urbano (ou um contraponto à expansão horizontal), torna-se, assim, uma das principais imagens associadas às grandes metrópoles do país. Foi justamente o primeiro arranha-céu do Rio de Janeiro, o edifício “A Noite”, que encantou a retirante nordestina Macabéa, em *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector.

Nas metrópoles litorâneas, os prédios altos passam a compor o fascinante cenário das praias urbanas. Assim, a natureza tranquila de outrora dá lugar à concentração de grande quantidade de moradores. A paisagem com arranha-céus passa a ser uma característica, não só da capital fluminense, mas também de cidades como Recife e Fortaleza.

Surpreendentemente, João Pessoa, a terceira cidade mais antiga do Brasil, segue na contramão desse movimento e tem sua orla marítima marcada apenas por quatro prédios altos: os edifícios João Marques de Almeida, Borborema, São Marcos e Beira-Mar, construídos em meados dos anos 1960.

Por que a urbanização atípica?

Esse diferencial da capital paraibana representava um choque nos pensamentos urbanísticos do período que vai da década de 1950 até os anos 1970. A característica de cidade litorânea com atmosfera de interior torna João Pessoa uma capital sem parâmetros. Difícil sentir em qualquer outra cidade do litoral brasileiro a brisa da capital paraibana.

Nas praias de João Pessoa, até mesmo os (poucos) arranha-céus acompanham a tendência de urbanismo da época, apresentam características particulares. É o caso do edifício João Marques de Almeida. Harmoniosamente construído ao lado da casa de José Américo de Almeida, o edifício tem em sua estrutura uma ampla

área livre, como se fosse uma extensão da casa de José Américo de Almeida (que hoje funciona como centro cultural e museu da vida e obra do autor de *A Bagaceira*).

Nos anos 1960, em que a praia se afirmava como espaço de expansão urbana e local de moradia permanente, antes adotado como área de veraneio, é construído um hotel praticamente dentro do mar: o Hotel Tambaú. A presença do concreto nas areias da praia de Tambaú gerou discussões acirradas entre o governo e profissionais como engenheiros, professores, arquitetos, artistas plásticos, músicos e jornalistas que se opuseram à ideia.

Mas em época de implementação de políticas de turismo no país, vinculadas ao desejo de integração nacional, a construção do Hotel Tambaú, na praia de mesmo nome, entre 1965 e 1967, deu visibilidade à capital paraibana. O projeto do arquiteto carioca Sérgio Bernardes tem como principal característica o formato arredondado. Um marco moderno na paisagem natural da praia.

Para além do projeto do Hotel Tambaú, atribui-se a Sérgio Bernardes a proposta de limitar, nessa mesma época, a altura dos edifícios na orla marítima da Paraíba. Em plena ditadura militar, essa proposta foi adotada pelo governo estadual. E, após sucessivas alterações, ao longo dos anos, assumiu a forma atual da lei que determina a altura máxima de 12,9 m de altura – com três andares e pilotis – para prédios construídos em uma faixa de 500 metros, partindo da orla para o interior da cidade.

A longevidade dessa lei é resultado da formação de micromobilizações com interações sociais e culturais, cujos integrantes passaram a compor movimentos ambientalistas que levantaram uma bandeira, defendendo que a [Constituição Estadual de 1989](#) mantivesse em seus artigos a inclusão da preservação da zona costeira da Paraíba. Conseguiram. As praias e falésias foram incluídas como Áreas de Preservação Permanente.

Para a ambientalista Paula Frassinete, a luta pela manutenção da lei é intensa e, justamente graças a essa constante vigilância da sociedade civil organizada, desde o fim da década de 1980, quando foi promulgada a Constituição Estadual, não se vê em prédios com mais de três andares nos 183 quilômetros de extensão de todo o litoral paraibano, que vai desde a praia da Penha (sul) à cidade de Cabedelo (norte).

O rigor no cumprimento da lei representa, portanto, um elemento fundamental para a manutenção de uma paisagem arquitetônica não arranhada pela existência de quatro prédios altos, tão comuns em outras capitais litorâneas brasileiras. Segundo a arquiteta Elisabetta Romano, “a existência desses prédios não compromete a circulação de ar nas áreas próximas nem impede que o sol chegue à areia das praias da cidade”.

Qualidade de vida para além da brisa

Além da preocupação com a circulação do ar, outros fatores ambientais contribuem para a boa qualidade da vida urbana, conforme propõe o professor de Arquitetura, Fúlvio Teixeira: “não é só a ausência de espigões na orla que garante a qualidade de vida da população pessoense. Fatores como barulhos gerados por automóveis e motocicletas, ausência de estacionamentos, precariedade do transporte coletivo, manutenção da limpeza das ruas, coleta do lixo e qualidade do ar ocupam papel fundamental na avaliação do que pode contribuir para que a cidade ofereça boas condições de habitação”. Para o referido arquiteto, “índices urbanísticos, como recuos construtivos, taxa de ocupação e aproveitamento, regulados por legislação municipal, são igualmente importantes”.

Ao contrário de algumas capitais do Nordeste, cujas praias são interditadas, João Pessoa oferece praias convidativas ao lazer. Como a densidade populacional não é tão grande, especial-

mente em função da não-verticalização da orla, a movimentação no litoral paraibano é tranquila. A maior quantidade de usuários ocorre durante os finais de semana, com a presença de moradores de outros bairros que veem nas praias de João Pessoa um lugar convidativo para o lazer. Na opinião de Fúlvio Teixeira, o grande efeito da lei estadual que determina a altura dos edifícios na orla é restringir a quantidade de moradores nos bairros da praia e, conseqüentemente, reduzir a sobrecarga de infraestrutura local, como é o caso da baixa quantidade de carros circulando.

E a canalização de esgotos?

Não se pode esquecer, porém, a presença de esgotos clandestinos que desaguam no mar contribui para alterações na qualidade da água. Mas a meta de autoridades sanitárias em tornar [João Pessoa cidade sustentável](#), até 2020, cujo [projeto foi aprovado pelo Senado](#), contribui para que haja fiscalização dos poderes públicos sobre esses possíveis entraves ao desenvolvimento integrado e sustentável da capital paraibana. Um dos itens do programa é destinado à infraestrutura de oito comunidades ribeirinhas, potencializando o controle sobre a existência de esgotos clandestinos que possam desaguar no mar.

Esses movimentos de fiscalização se intensificaram consideravelmente a partir dos anos 2000. Mas ainda faltam informações precisas dos poderes públicos sobre a qualidade da água do mar e das areias da praia. [As pessoas ficam em dúvida se o que veem é esgoto ou água pluvial](#).

Oficialmente o controle não é exposto. A população tem acesso apenas aos níveis de balneabilidade: *imprópria*, *própria* e *satisfatória*, que indicam o número de coliformes fecais. Pesquisas realizadas entre 2017 e 2018, na praia de Manaíra, indicam o índice de 40 mil bactérias por 100 ml, o que é considerado, por especialistas, um

número alarmante. Para o advogado Paulo Nóbrega, duas mil bactérias já representam um número suficiente para interditar a praia.



Figura 1: Banhistas não sabem se o que veem é esgoto ou água pluvial

Especialista em direito Ambiental, Paulo Nóbrega alerta para o fato de que, mesmo que haja um controle, é necessário ainda mais rigor dos órgãos competentes na fiscalização das águas que desagüam no mar. É preciso controlar, inclusive, de que modo o aumento da densidade populacional em outras áreas da cidade contribui para que esgotos clandestinos provoquem a poluição do mar e também das areias das praias. E justifica: “Até mesmo as areias podem ser contaminadas por bactérias ‘termotolerantes’ (que suportam

calor com muito mais propriedade e sobrevivem por longo tempo), além de fungos, protozoários e alguns tipos de vírus que ficam na areia e podem contaminar pessoas que fazem apenas uma caminhada na praia, sem o contato direto com a água”.

Comércio flutuante

Na orla da capital paraibana, o comércio é flutuante. É comum a mudança de pontos comerciais. A tendência é o aparecimento de novas lojas, lanchonetes e restaurantes que atendam a um estilo de vida mais atual. Poucos são os estabelecimentos comerciais que se mantêm desde a implementação da lei que proíbe a construção de espigões na orla até os dias atuais. A banca de jornais Viña Del Mar é um dos poucos estabelecimentos que sobrevivem aos apelos da vida moderna.



Figura 2: Assis Farias: “as bancas deixam de vender informação para transformar-se em uma conveniência”

O proprietário Assis Farias garante que a banca já começa a perder as características originais. Nos anos 1980, a Viña Del Mar era um ponto de encontro entre políticos, jornalistas, intelectuais, artistas, médicos. Funcionava como um lugar para agregar pessoas. Hoje, os hábitos mudaram. “Os leitores de jornais já quase não comparecem à banca”, constata Assis Farias. E assegura: “Há 15 anos, as pessoas tinham nos jornais uma fonte de informação. A nova geração utiliza a internet para se informar”. Lamenta ver a banca deixando de ser um espaço de informação para dar lugar à venda de artesanato, *chip* para telefone, tabacaria. “A banca de revistas passa a funcionar como uma conveniência. Importantes revistas e jornais nacionais e locais quase não são mais procurados”.

Interação social à beira-mar

Em contraponto ao número limitado de moradores (uma consequência do limite de crescimento vertical), cada vez mais, as praias de João Pessoa se consolidam como espaço público de lazer para diferentes segmentos da população. Além disso, proporcionam um ambiente convidativo a turistas da própria região, do Brasil e do mundo. A brisa do mar, as águas mornas, a estrutura natural das praias e as construções que se adequam a esse ambiente fazem com que as praias urbanas sejam um convite ao usufruto da prática de esportes, lazer, integração familiar e, por fim, cuidados com a saúde. Pista de ciclismo, oferta de atividades esportivas, as largas extensões de areia, que evitam o acúmulo de pessoas, propiciam a frequência cotidiana de quem busca atividades que aliviem o estresse do dia a dia.

Características próprias da capital paraibana fazem com que pessoas das mais diversas idades busquem usufruir das riquezas naturais do lugar, como é possível observar nas cenas relatadas a seguir.

Cenas cotidianas da capital paraibana

É possível observar, em situações e lugares distintos na orla, [o senso de humor em cenas que poderiam gerar movimentos de tensão](#). A leveza e a alegria que fazem parte da cultura local, muitas vezes transformam uma possível confusão em motivo de descontração.

Há também cenas inusitadas que certamente ocorrem em função do despojamento próprio da cultura local: encontrar [pedalantes, patinadores, pedestres e... cavalos na pista de ciclismo](#). A reação? Risos e adaptação à “nova” situação.



Figura 3: Foto - Aderlon Amorim

E o que dizer de manter-se alheio aos movimentos externos, [concentrar-se durante um ensaio fotográfico](#), quando há muita gente passando e olhando? A cena foi observada em um sábado à tarde, quando a movimentação nas praias de João Pessoa é mais intensa do que durante os dias da semana.



Figura 4: Foto – Aderlon Amorim

Também podemos considerar surpreendente [um casamento à beira-mar com convidados usando trajes de gala, noiva vestida a caráter, tendo o mar como pano de fundo.](#)



Figura 5: Foto – Ana Lúcia Medeiros

As areias extensas são um convite para o casal aproveitar o fim de tarde, olhando o horizonte em cena romântica, tão comum nas tardes pessoenses.

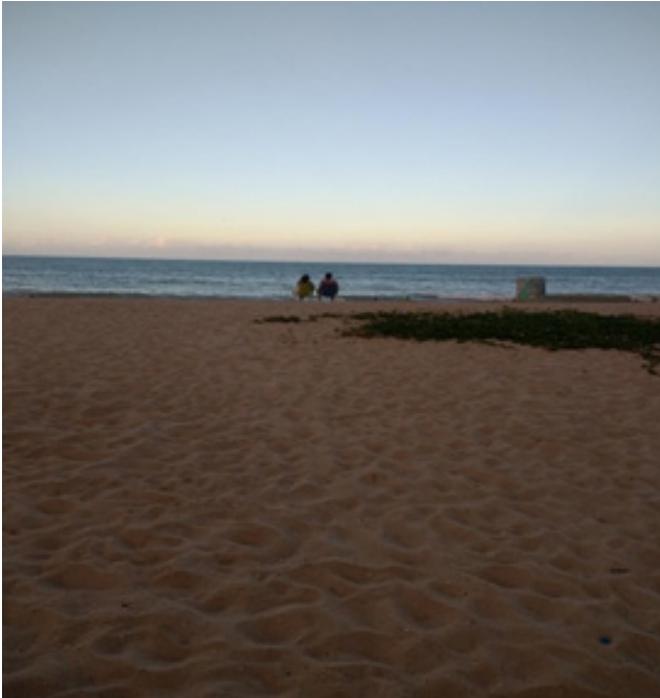


Figura 6: Foto – Ana Lúcia Medeiros

Cactos no litoral?

As singularidades do litoral paraibano são tantas que podemos até encontrar na vegetação uma planta típica do semiárido. Por entre os coqueiros, é possível nos depararmos com o cactus, arbusto que compõe a paisagem natural do Sertão.



Figura 7: Foto – Aristides Leite

E se o ônibus não passar?

Às 16h30, ela senta em sua cadeira na calçadinha da praia do Cabo Branco. Logo começa a contar os ônibus que passam na avenida. Faz isso todos os dias. Só termina a contagem ao ver o passar o décimo ônibus. Maria Mangureira, ou “Cotinha”, como prefere ser

chamada, é uma das tantas personagens que podemos encontrar na orla de João Pessoa. Aos 92 anos de idade, essa paraibana que se diz uma “dondoca”, tem sempre um chapéu colorido na cabeça e uma resposta na ponta da língua a qualquer opinião que se opõe à sua. Diante da pergunta da repórter, “e se o décimo ônibus demorar a passar?”, a espirituosa senhora prontamente responde: “vou pra casa. às 17h30, quando as luzes se acendem, começo a me preparar para ir para a minha casa”, informa, com um sorriso maroto estampado no rosto. Antes de ir pra casa, come um copo de mungunzá (feito com milho branco, leite condensado e coco), vendido no carrinho azul.



Figura 8: Foto – Ana Lúcia Medeiros

Reconstrução de uma época de luta

Além da mobilização de ativistas, a luta pela não-verticalização do litoral paraibano sensibilizou também estudantes na época da elaboração da Constituição do Estado da Paraíba. Foi o caso dos aprendizes de jornalismo Adeildo Vieira, Jaimacy Andrade e Ana Lúcia Medeiros, da Universidade Federal da Paraíba. Os estudantes, em suas experimentações, produziram o [vídeo “Espigões na Orla”](#), reconstituído agora, em preto e branco.

Três décadas depois de promulgada, a lei que proíbe a construção dos arranha-céus na orla de João Pessoa continua sendo obedecida. Os maiores beneficiados? Os cidadãos.





Figura 9 – Cena do vídeo Espigões na Orla

Imagens da brisa na tevê

As imagens atuais da orla de Tambaú, Cabo Branco e Manaíra podem ser vistas na Reportagem Espigões na Orla. Produzida para televisão (transmitida pela TV UFPB), a reportagem apresenta a dinâmica da rotina do lugar e revela que, apesar das adversidades, João Pessoa mantém traços de uma cidade de interior, oferece uma brisa como poucas capitais. E a obediência à lei pode ser a causa de tantas riquezas. Seguem algumas imagens que aparecem na reportagem.



Figura 10 – Cenas da reportagem Espigões na Orla





Figura 11 – Cena da reportagem Espigões na Orla

Se essa Kombi fosse minha...

CLÁUDIO CARDOSO DE PAIVA ⁵
EMÍLIA DE RODAT BARRETO ⁶

Eu me lembro de muitos casos de pessoas simples que me chamaram atenção pelas suas histórias extraordinárias. E no âmbito dos negócios ambulantes, há um caso particular. Carlos Felipe da Silva, 56 anos, habitante do Bairro dos Novaes, há 22 anos mantém uma espécie de “food truck” (ou como ele mesmo diz “fudi truque”), na praia do Bessa, próximo ao Mag Shopping, frente à antiga faculdade IESP. Com uma velha Kombi, o Sr. Carlos Felipe da Silva mantém – na verdade - um churrasquinho ambulante, atraindo uma fiel clientela há mais de duas décadas, que funciona

5 Professor. Titular do Departamento de Comunicação e professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB.

6 Professora e chefe do Departamento de Comunicação UFPB. emiliabarreto@hotmail.com.

todos os dias. De domingo a domingo, das 19h00 às 03h00, a kombi oferece seus serviços.

Uma breve etnografia da Kombi “food truck” abre um formidável leque de fenômenos, revelando arestas da socialidade cotidiana que não frequentam as páginas do noticiário, entretanto, a sua reportagem desvela a efervescência da vida vivida pelos anônimos, habitantes noturnos, na Felipéia de Nossa Senhora das Neves, primeiro nome da cidade de João Pessoa.

Dez mesinhas e 40 cadeiras desmontáveis de plástico, um fogão, bужão de gás, vários galões d’água, equipamentos de iluminação, farto estoque de bebidas alcóolicas, garrafas d’água, refrigerantes, vários quilos de carne (de boa qualidade), linguiça, queijo, muitos panos, toalhas e material de limpeza. Todo santo dia, Carlos e seu ajudante (geralmente um rapaz ou uma moça do seu bairro), pacientemente, armam e desarmam a “barraca”, fornecendo um eficiente serviço de churrasquinho aos clientes. O exato equilíbrio entre o estreito continente (a Kombi) e o abundante conteúdo (todos os ingredientes da barraca de churrasquinho) só é possível pela gestão de um sujeito que acumulou experiências em décadas de ofício.

Carlos iniciou sua trajetória na Kombi após ser demitido no trabalho anterior, onde era gerente de obras de construção. Tinha uma moto velha, vendeu e o ex-patrão o ajudou a adquirir uma Kombi de segunda mão. Observando a efervescência do movimento na praia do Bessa, principalmente em frente à Faculdade IESP, decidiu instalar o seu novo “empreendimento” ali mesmo, considerando a clientela formada pelos alunos, professores e funcionários que encontraram assim um novo espaço para lanchar a preços módicos. E então, o trabalho prosperou.

Com o passar do tempo a Faculdade IESP fechou, a clientela foi reduzida e a Kombi passou a apresentar problemas técnicos. A maresia sempre foi um fator de corrosão dos materiais metálicos, o que levou o Sr. Carlos a ter de enfrentar constantes necessida-

des de conserto do veículo, o que naturalmente trouxe diversos prejuízos ao seu trabalho. E, a parte do público, que se mantivera fiel desde o tempo da escola, já habituado à ingestão de bebidas alcóolicas no fim de semana, tornou-se mais reduzido com a implementação da “Lei Seca”, (dispositivo legal que reprime uso de bebida alcóolica pelos motoristas, com multa e suspensão da carteira de habilitação desde 2008).

Ele, quando fala, parece satisfeito e orgulhoso da sua condição de trabalhador autônomo (ele se diz microempresário).

A Kombi food truck e a mitologia da indústria cultural

Conheci o Sr. Carlos e a sua Kombi quando me mudei para a praia do Bessa, ao lado do Mag Shopping, e aos poucos iniciei uma prosa com ele, quando fiquei sabendo das suas dificuldades com a Kombi. O material estava deteriorando justo após a “Lei Seca” quando houve redução da clientela. Ele se mostrava preocupado pela falta de recursos, impossibilidade de conserto ou de compra de um outro veículo (seu ganha pão estava em situação de risco).

Naquela época, notei que havia alternância de seus ajudantes e uma moça que o assessorava contou seu sonho: escrever uma carta ao programa Caldeirão do Hulk, da Rede Globo, pois vira no quadro “Lata Velha”, a possibilidade de ganhar uma Kombi nova para trabalhar. Perguntou se eu poderia ajudá-lo a entrar em contato com a direção do programa e inscrevê-lo. Disse-lhe que iria ver o que poderia fazer. Passou-se o tempo e diversos afazeres me dispersaram, mas nunca deixei de contemplar da janela do meu prédio as peripécias do Sr. Carlos e sua Kombi. Notei que – principalmente – no inverno, suas dificuldades aumentavam.

Durante o período de chuvas torrenciais nos meses de março a junho, a Kombi mal se locomovia, as portas estavam despen-

cando, as mesinhas e cadeiras amarradas ao teto estavam se enferrujando muito rapidamente. Era a baixa temporada, o que significava uma grande redução da clientela. Notei, que o Sr. Carlos desapareceu por um bom tempo. Um dia, quando retornou, resolvei retornar à conversa.

A sua ajudante me informou que a Kombi estava praticamente sem porta (tendo esta que ser amarrada com cordas) e que numa curva mal-feita, num dia chuva, o fogão caiu numa ribanceira, junto com outros objetos essenciais. Ele conseguiu – com muito esforço – arranjar outro fogão e equipamentos de cozinha, mas a Kombi ainda continuava a dar problemas, tendo até que ser empurrada para poder funcionar.

Aquelas informações ficaram me martelando e insisti nas conversações e pedi para que a sua “assessora” me enviasse os seus dados e algumas fotos da Kombi para que eu pudesse entrar em contato com a direção do programa “Caldeirão do Hulk” e tentar inscrevê-lo – quem sabe teria uma chance – no quadro “Lata Velha”. Passou-se o tempo, até que um dia a “assessora” me enviou fotos da Kombi pelo WhatsApp, mas isto coincidiu com um novo desaparecimento do Sr. Carlos. Ocorreu, também, infelizmente, que as fotos enviadas não abriram no meu WhatsApp.

Recentemente o Sr. Carlos voltou, com outra Kombi, semi-velha e novo staff, pois a assessora decidiu abrir um negócio no seu próprio bairro. Atualmente, dois rapazes se revezam na ajuda com a instalação-desinstalação diária da Kombi food truck, além do atendimento aos clientes.

Me pareceu feliz em retornar ao métier, dizendo já estar acostumado ao som do quebrar das ondas à beira-mar. Mas, ele tem seu próprio som e tem bom gosto, pois distintamente dos outros comerciantes, com negócios similares, usam músicas de qualidade duvidosa, enquanto que ele prima pela reprodução das melhores

faixas da MPB; sendo um cinquentão conservado aprecia os sucessos da MPB que animaram a sua geração durante a juventude.

Logo, a Kombi *food truck* conta com um atrativo extra que é a trilha sonora dos anos 70/80, incluindo o melhor da MPB e os cantores nordestinos. Ocorre, porém, que a carcaça da “nov(elh)a” Kombi começa a apresentar sinais de deterioração. Olho para ele, enquanto converso e fico pensando no seu sonho, na mitologia do “Caldeirão do Hulk” e no quadro “Lata Velha” que poderia lhe dar uma Kombi Nova, e penso na sua realização e conquista da felicidade, em moldes fantasistas do que seria uma espécie de “Minha Kombi, minha vida”, no contexto das mutações urbanas.

João Pessoa já foi aclamada “cidade verde”, antes dos espigões. Hoje consta na mídia turística como o paraíso dos aposentados do Brasil, porque não apresenta os índices de violência de Recife, sua capital vizinha. Nos anos 90, o projeto de saneamento básico veio junto com o espectro da gentrificação. Na história recente da cidade, cumpre lembrar os circuitos de lazer e trabalho na pacata praia de Tambaú, em torno do hotel Tambaú.

Era o período da redemocratização e naquele contexto uma linguagem irreverente, após anos de censura prévia à imprensa e outros dispositivos de cerceamento da liberdade, as vozes populares se fizeram ouvir. Junto aos nichos libertários, os segmentos da boêmia, formada por jornalistas, universitários, artistas e intelectuais se reuniam em vários pontos da cidade, principalmente, na conhecida praia de Tambaú.

Ali, o popular “Bar da Xoxota” foi um núcleo revigorador. Em seu entorno se expandiram também os bares com nomes bizarros como bar do “Pau Mole” e bar do “Pau duro”, expressões de uma irreverência inocente face àqueles tempos da abertura política e cultural, devidamente registrados na mídia impressa e hoje acessível pela internet aos pesquisadores do folclore, comportamento e vida social em João Pessoa, nos anos 70/80.

A moderna tradição do churrasquinho nos bairros da cidade

Desde o começo dos anos 80, os tradicionais espaços de lazer da cidade (clubes e associações centenários) cederam terreno para a instalação de modernos restaurantes, boates e bares que reconfiguraram os hábitos de consumo dos pessoenses. Por um lado, este representa uma mudança na forma de estratificação social e o surgimento de uma classe média com outras referências éticas e estéticas; por outro lado, atesta os efeitos da midiaticização dos hábitos, em sintonia com os modismos lançados pela televisão, particularmente as telenovelas, o cinema e as influências irradiadas com a “ocidentalização” (universalização dos costumes) e a “colonização norte-americana”, que moldou os hábitos e comportamentos dos brasileiros.

Nos anos 1990, sob a égide da globalização, houve a expansão dos shoppings, lojas de conveniência, franquias self service, cadeias de fast foods, o que no fim das contas revelou uma nova cartografia socioeconômica definida pelos hábitos de consumo, lazer e modos distintos de socialidade.

No que concerne ao Nordeste brasileiro, o crescimento demográfico ocorreu de maneira desbalanceada, formando nichos de ricas habitações na orla marítima, em detrimento do povoamento e densidade populacional no centro (que se tornou menos residencial e hegemonicamente comercial), ao mesmo tempo em que se ampliaram os bolsões de pobreza na periferia.

Contudo, os sistemas de transporte favoreceram o deslocamento das vastas faixas populacionais para a orla marítima, principalmente nos feriados. E estas legiões, guarnecidas com parques recursos, ocuparam majoritariamente os estabelecimentos com

preços mais acessíveis, as populares “barracas” de praia que se tornaram os recantos mais atraentes.

Mas, nesse interim desenvolveram-se complexos projetos de saneamento público, considerando principalmente o escoamento dos dejetos para o mar. O êxito de tais projetos, dentre outros, de matizes ecológicos, como a proteção das tartarugas marinhas, que desovam na areia da praia, resultou na proibição dos estabelecimentos de bares na orla marítima. A solução encontrada pelos comerciantes foi a utilização de equipamentos móveis, podendo armar e desarmar as barracas litorâneas, o que as colocava sob o âmbito da lei e estrategicamente criava meios alternativos de sobrevivência utilizando os recursos de que dispunham para trabalhar.

Voltemos à Kombi



Figura 1: Luminosidades efêmeras, básicas, fundamentais. Saneamento básico em noite dominical na Kombi do Cafuçú (**Foto:** Cláudio Paiva)

Estamos em 2018. A cidade cresceu, se tornou metrópole (para o pior e para o melhor) e nesse contexto muitas histórias permanecem como a do Carlos e sua Kombi *food truck* que tem feito a

alegria e bem-estar de muitas pessoas simples que ali encontram um espaço de lazer e descontração à beira mar. Então, contemplo a condição de Carlos e seus clientes com admiração, percebendo que o seu trabalho exige muito esforço e dedicação, assim como a nobreza e solidariedade dessa gente simples que expressa um estilo de vida prosaico com muito vigor e tenacidade. Imagino os milhões de pessoas no Brasil afora nessas condições, e tudo isso me parece uma experiência de dignidade, de longe-perto, observo tudo e fico pensando.



Figura 2: Saneamento básico: na Kombi do Cafuzu, tudo é muito simples; é pobre, mas gostoso e bem limpinho (**Foto:** Cláudio Paiva)



Figura 3: Precisamos de um saneamento básico nessa Kombi
(Foto: Cláudio Paiva)



Figura 4: Queremos uma kombi nova (Foto: Cláudio Paiva)

Eu, Jaguaribe, sonho e resisto

JUDIVAN GOMES PROCÓPIO⁷

IRIS LUCENA PIMENTEL SOUTO MAIOR⁸

FILIPE FRANCLINO DE SOUSA⁹

7 Jornalista formado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre em Jornalismo pela UFPB, e há 18 anos no mercado. Natural de Itaporanga/PB. Com atuação em assessoria de imprensa, rádio e mídia on-line. Já trabalhou na Prefeitura Municipal de João Pessoa, Rádio Sanhauá (AM), Rádio Santa Rita FM e atualmente é jornalista da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC) lotado na rádio Tabajara.

8 Jornalista do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), com atuação no Portal, Rádio, TV, Impressos e Mídias Digitais da Instituição. Formada em jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e especialista em mídias digitais e convergência pela Faculdade de Ensino Superior da Paraíba (FESP) e em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

9 Mestrando em Jornalismo Profissional pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Diretor Geral de Comunicação e Marketing do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) desde 2014. Servidor Público Federal há 35 anos. Atualmente acumula o cargo de diretor do Sindicato dos Jornalistas da Paraíba. Atuou como jornalista na Rede Amazônica (TV Roraima), na Rede Paraíba de

Eu, Rio Jaguaribe, com 21 km de extensão já fui inspiração de lendas, gerei renda e servi de pontes entre comunidades. Minha atual nascente situa-se na Zona Sul da cidade de João Pessoa, nas proximidades da Comunidade Boa Esperança. De onde parto em direção à planície costeira, cortando a capital, drenando as águas que minam das sete lagoas. Não há como determinar o dia e o momento exatos em que surgiu o filete de água que me pariu.

No alto da perimetral que liga a Zona Sul ao lado Oeste da Capital, o asfalto da Rodovia Transamazônica (BR 230), fumeга, contracenando com os veículos que passam velozes com seus passageiros indiferentes à existência da comunidade Boa Esperança e de um fiozinho de água que nasce na encosta de um declive do asfalto e do povoado onde repousa minha cabeceira. Raramente, as pessoas param para me contemplar como manancial. Dos seus automóveis, olham pelas janelas, como se estivessem diante da televisão no conforto de suas casas.

Era sábado e já passava do meio dia. As pessoas na Comunidade Boa Esperança, seguiam suas vidas normalmente. Próximo à minha fonte, um casal de jovens colhia mangas de uma mangueira que ficava dentro do terreno da casa de esquina. Outras pessoas dentro de um bosque, cercado de arame farpado, curtiam o sábado numa conversa animada, regada a cerveja e ao som da música regional que cedia passagem para o forró estilizado. Nem as pessoas e nem as músicas cantavam sobre o meio ambiente, muito menos acerca de saneamento básico. Todos buscavam o prazer e a diversão do final de semana. Parte das crianças brincava no meio da rua pelas calçadas. Alguns adolescentes, abrindo-se do

sol intenso da Capital paraibana, se posicionavam embaixo das árvores.

Enquanto todos seguiam com suas vidas, eu deslizava para a minha jornada diária seguindo o que faço todos os dias: percorro os bairros, Cruz das Armas, Varjão, Jaguaribe, Castelo Branco, Miramar, Tambaú, Manaíra e Bessa até desaguar no mar, entre as praias do Bessa e Intermares (Cabedelo). Além das comunidades: Boa Esperança, São Rafael, Santa Clara e São José.

Nesse mês de novembro, choveu pouco em João Pessoa e sem a água da chuva meu fluxo diminui. Quanto ao meu percurso, eu o sigo diariamente, sou um rio perene e solitário. Há tempos, eu corto os bairros de João Pessoa sem chamar muita atenção para mim. Isso é até bom, porque assim eu evito ouvir os comentários que fazem sobre mim quando me observam mais de perto.

Quem me olha, pelo menos na sua maioria, não percebe que eu fico muito triste por não poder mais ser alimento como já fui um dia para uma boa parte da população da minha cidade. Quem confirma o que eu estou a relatar é Jairo Felismino da Silva, 35 anos. Eu o vi nascer. Temos uma relação, praticamente, de pai e filho. Fico emocionado quando escuto Jairo, que não só carreguei no colo, mas também, em minhas correntezas, dizer, muito claramente que eu era fonte de alimento para muitos porque era grande a existência de peixes. A minha condição atual é de um rio agonizante. Sou vítima de um descaso sem precedentes. Durante a minha existência, venho perdendo meu encanto de rio.

Hoje foi um dia diferente, observei três visitantes nas minhas margens conversando com os ribeirinhos. Eram jornalistas interessados em saber o que havia ocorrido comigo. Diante dos diálogos, os visitantes observaram que nos últimos 50 anos, a minha identidade se desgastou com o crescimento desordenado da cidade de João Pessoa e com a indiferença dos poderes públicos. Fecham os

olhos para a minha preservação, permitem o aumento descabido do descarte de esgoto e lixo nas minhas águas.

Eles batem à porta de uma senhora. Ela sai, a mulher com uma aparência sofrida atende e observa os forasteiros meio desconfiada. Antes que ela fale alguma coisa, um deles faz uma pergunta sobre mim. A senhora sabe onde fica a nascente do Rio Jaguaribe? Ela prontamente responde, “não sei não senhor. Pergunte à vizinha do lado que ela mora aqui há muito tempo”. A filha dela que deve ter uns quatorze anos, saiu e perguntou à mãe sobre o que eles queriam saber? A mãe balbucia alguma coisa e cuida logo de entrar em casa, levando as outras crianças que também vieram curiosas.

Em seguida, o grupo bate à porta da casa vizinha. É uma casa modesta, com duas janelas divididas por uma porta ao centro. Dona Geraldina Maria Alves, 61 anos, mora na comunidade há aproximadamente 31 anos. Com visíveis problemas de saúde, ela traz uma faixa no pé direito. Movimenta-se com dificuldade, mas abre a porta e sorri para os três visitantes. Ela fora uma das pioneiras na comunidade e me conheceu nos meus melhores anos, quando a comunidade foi criada. Esforço-me para ouvir sobre o que eles conversam e escuto quando ele pergunta. “A senhora sabe onde é a nascente do Rio Jaguaribe?” Ela fala que fica próximo ao posto de gasolina localizado ali adiante na BR 230. Ele pergunta, ainda, se a comunidade utiliza água da minha nascente para o consumo. “A senhora lembra quando foi a última vez que o rio foi utilizado pela comunidade?” Ela diz que “fazia aproximadamente vinte anos”.

Quando a comunidade surgiu, por meio de invasões, eu era a única fonte de água. Mas não era só isso, todas as necessidades, desde a água para o consumo humano, a lavagem de roupa, pesca, banho e lazer. A vida na comunidade girava em torno da minha

nascente, convivíamos em harmonia, homem e rio. Tínhamos o respeito mútuo.

Não foram poucos os momentos que também matei a sede dos que vieram até mim. Eu exercia bem o meu papel social, ou seja, eu era uma fonte de vida. Aqui, tudo era abundante. É duro ouvir que, hoje, eu não presto para nada. Pois é, não poupam nem sequer o meu berço. Hoje, estou velho, cansado e maltratado. Mal posso conduzir minhas águas por conta dos obstáculos espalhados em todo o meu percurso. As minhas águas transparentes ficaram no passado. Viraram história cujas páginas muitos ignoram fingindo desconhecê-las.

Da minha nascente à minha desembocadura, há uma realidade dura que somente sabe quem sente. Certo dia, não muito distante, neste local era tudo tranquilo. Havia harmonia entre o povo e a natureza. Havia convivência plena entre todos: índios, fazendeiros, ricos, pobres, negros e brancos. Cada um tinha o seu espaço e função no universo. Era bonito ver o rumor dos cardumes. Até o carrancudo jacaré se aproveitava da superfície de águas claras para tomar um banho de sol. Nos arredores, as matas ciliares davam toda a proteção que precisávamos para continuar sendo fonte de vida para o povoamento de João Pessoa. Posso não ter uma história parecida com a do Rio Amazonas e a do Rio São Francisco que surgem nas encostas das montanhas e vão engrossando até se tornar uma grande bacia, mas minhas águas também fazem história e não deixam de ser uma boa metáfora para ilustrar a força da solidariedade.

Refletindo sobre a minha condição, voltei ainda mais no tempo. Lembrei-me dos dois povos indígenas que viviam e ainda vivem por estas terras: os Tabajara mais ao Sul e os Potiguara radicados ao Norte. Em tempos remotos, presenciei grandes combates desses dois povos, ambos da nação tupi, unindo-se contra a coroa luzo-espanhola nos idos de 1665. O meu nome também é herança

dos primeiros povos que habitaram esta terra. Jaguaribe é uma palavra de origem tupi, significa *rio das onças*.

Ao voltar do meu devaneio, vejo que os três visitantes deixam a casa da senhora e seguem em direção a um pescador que se encontra lá em cima no na BR 230. Apressados, eles passam por mim rapidamente e nem percebem a minha presença. Sigo o grupo o máximo que posso, felizmente eles não se afastaram muito. Vi quando eles se aproximaram do homem. Era seu Severino José da Silva, de aproximadamente 70 anos, um morador antigo da região. Pescador há 40 anos e de anzol nas mãos, ele lembra com tristeza que ao faltar água em sua casa vinha beber diretamente na minha fonte e ainda aproveitava para pescar dos peixes que eu cuidava com muito carinho. Quando Severino encostava seus lábios sobre mim tinha a sensação de receber um grande beijo. Digo a Severino que o nosso sentimento é recíproco. Chega a ser revoltante constatar que me falta condições de oferecer peixes e água que possam ser consumidos. Eu confesso, Severino, sinto muita falta desse tempo que podíamos conviver em paz plena. Eu cuidava de você e você cuidava de mim.

De fato, todos os dias observo Severino passar por mim, para ir pescar na região das Três Lagoas que também faz parte do meu trajeto. Pouco depois, ele segue a pé com sua vara de pescar. Nesse momento, o grupo entra pelo que sobrou de uma mata e segue até achar o pequeno córrego por onde ensaio os meus primeiros passos. Eles atravessam uma ponte improvisada com um tronco de coqueiro e seguem o curso de água até chegar à minha nascente.

Não demora muito para a comunidade perceber a presença dos três forasteiros. Logo, um morador se apresenta e pergunta ao grupo o motivo da visita. Bem, desde que chegaram e demonstraram interesse por mim, essa era a pergunta que eu queria fazer aos visitantes se eles pudessem me ouvir. Então, espero atento a res-

posta. Um deles responde. Boa tarde, meu nome é Filipe e meus colegas são Judivan e Iris. Somos jornalistas e estamos fazendo uma pesquisa sobre o Rio Jaguaribe. Vamos percorrê-lo desde a nascente até a sua foz para escrevermos um ensaio-reportagem. Sabendo que sou o motivo do interesse, sigo os jornalistas, para contar minha história por meio da fala dos meus ribeirinhos e das minhas memórias.

Paro um instante para observar a reação do morador. Percebo que ao ouvir dos forasteiros o motivo da visita, o semblante de Marcos Antônio dos Santos se ilumina. Morador da comunidade há 35 anos, Marcos é meu guardião. Ele havia sido um dos primeiros a se estabelecer aqui. Mais do que ninguém reconhece minha luta para me manter vivo.

O crescimento desordenado da comunidade deixou para trás o local do meu nascimento. Não fosse pouco, a Companhia de Esgoto do Estado da Paraíba (CAGEPA), canalizou a minha nascente, devido um nivelamento do terreno, na tentativa de melhorar o saneamento local. Desde então, os meus primeiros passos seguem invisíveis até romper as pedras da construção erguida pelo homem e desaguar mais à frente. Na parte elevada do meu lado esquerdo, um depósito improvisado acumula o lixo gerado pela comunidade do local. Além do lixo doméstico, há acúmulo de tubos de antigos monitores e outros resíduos eletrônicos, provavelmente provenientes de uma assistência técnica que fica na entrada da comunidade. O material poluente é despejado sem nenhum cuidado bem próximo ao local onde as minhas águas veem os primeiros raios de sol. Do outro lado, há também lixo, em menor quantidade, fazendo os montinhos aqui e ali.

O morador desce até minha fonte e enquanto retira as pedras que dificulta a passagem da água fala: “Aqui é o olho d’água, ninguém pode matar. Quando falta água, todo mundo corre aqui. Esta é a nascente do Rio Jaguaribe!”. Enfatiza o homem. Dando um

tom ainda mais dramático; ele grita, contundentemente, que não vai deixar ninguém me matar porque eu sou a vida dele e só quem pode acabar comigo é Deus.

Ele conta que a invasão começou em 1982. No início, havia uma represa e ela foi demolida por um proprietário mais abastado levando a água acumulada pela proteção natural junto com os peixes que serviam de alimento para a comunidade.

O trabalho na defesa da salubridade da nascente não é uma tarefa fácil, ele conta que já teve de expulsar uma pessoa que levou um cavalo doente para banhar nas minhas águas: “Se o senhor entrar com esse cavalo aqui eu não vou bater no cavalo, mas você vai apanhar”. Outra medida de proteção foi a construção de uma cerca pelos moradores para evitar construções irregulares. A comunidade barrou a edificação de uma igreja dentro da mata próxima às minhas margens. Assim como pessoas que tentaram retirar a cerca para invadir o pedaço de terra próximo à minha nascente. E assim, por causa dessas pequenas lutas diárias que mantenho o que resta da minha composição inicial. Mas, nem sempre sou bem sucedido. Nem bem eu me despeço da minha nascente, já recebo a primeira carga de esgoto doméstico não tratado.

Os governantes, assim como a comunidade que surgiu próxima à minha nascente, encontraram o caminho mais cômodo para livrar-se dos seus dejetos. Embora não haja justificativa para esse descaso com uma fonte de água limpa e potável, conforme eu avanço na minha caminhada diária, novos esgotos vão se misturando à minha vazão e tornado minhas águas turvas e contaminadas. Logo mais adiante, nas minhas margens, começam as novas edificações construídas pelo poder público para abrigar os ribeirinhos. A ação evidencia que meu espaço está cada vez mais restrito. Mas, ainda assim, dá pra ostentar uma pequena fauna local com peixinhos e garças. E as minhas águas, apesar de já estarem

contaminadas, ainda há locais em que elas se encontram transparentes.

Da comunidade, saio cortando a cidade e a cada bairro que passo novos detritos são acrescentados ao meu leito e o nível da minha contaminação só cresce. A cidade avança sobre mim e deixa seus resíduos me invadir.

Por muito tempo, representei um elemento vital para a vida na cidade de João Pessoa que segundo o IBGE, tem uma população estimada de 800.323 de habitantes. Hoje sou simulacro de rio. Uma correnteza do descaso. Fruto do pecado alheio. Percebo que os visitantes estavam interessados em conhecer o percurso das minhas águas. Embora não alimentasse grandes pretensões, fui ao encontro deles e entrei na conversa por meio dos meus personagens remanescentes.

Um deles é o senhor Fernando Inojosa Mendes, nascido há 68 anos em João Pessoa, filho de lavadeira, hoje biscateiro radicado na Comunidade Santa Clara, área residual do Conjunto Castelo Branco I. Seu Fernando, como é conhecido, sempre sorridente, não esconde sua grande paixão e declara que sou o seu primeiro amor: “O Rio Jaguaribe mexe comigo, me emociona”, diz ao acrescentar que “quem nasce nas proximidades de um Rio sabe a importância que tem as suas águas à comunidade”. A temperatura das minhas águas sobe quando escuto meus ribeirinhos declararem o seu amor por mim e rememorarem que, por muito tempo, os carreguei no colo e embalei seus sonhos nas minhas correntezas.

Contudo, fico muito triste ao sentir o meu status de fonte de lazer e de ganha-pão em ruínas. De fato, estou perdendo a minha identidade como rio de águas preciosas que necessitam ser preservadas e me tornando um rio de lágrimas vertidas pelos meus ribeirinhos. Não é fácil vivenciar este universo imagético de um mundo inspirador para desembocar nessa foz de lamentações.

Cadê os peixes? Cadê as correntezas? Isso, praticamente, não existe mais por conta da falta de amor da população pelos rios.

Como lembra o meu filho Fernando ao afirmar que sou fruto da sofreguidão de um povo que agride o meio ambiente como se tudo fosse normal e que em suas próprias palavras expressa: “Lembro minha mãe lavando roupa e eu igual uma piaba nadando. Hoje, minha mãe já se foi para outro plano na sua santa inocência e eu, agora, permaneço em uma luta sem trégua pela sobrevivência do nosso Rio Jaguaribe”.

Em meio a tantas agressões, finalmente chego a um local onde a natureza preservada me faz renascer. A Mata do Buraquinho é um corredor natural onde a fauna e a flora caminham harmoniosamente. Protegida da intervenção humana a natureza faz tudo se regenerar. No Jardim Botânico, localizado na mata, minha alma se refrigera. A natureza me devolve a vitalidade e o viço. Sinto-me revigorado. Como é bom poder caminhar em harmonia com a fauna e a flora preservadas. Até chegar aqui, recebo toda a sorte de impurezas, perco o brilho e a vitalidade, mas neste lugar eu finalmente posso renascer e aproveitar o que a natureza tem de melhor. Nessa parte do meu percurso, sigo lento. Deixo-me levar por meio da vegetação que cresce acima do meu curso e passo devagarinho pelas curvas da mata e linfáceas que filtram minhas águas num processo de bio-remediação que me dá uma aparência próxima daquela que tenho na minha nascente.

Vários segmentos são retidos nas raízes das plantas e minhas águas ganham mais pureza e saúde. E isso, não sou apenas eu quem está dizendo.

Aqui do meu canto, ouço atentamente as explicações da bióloga Pietra Alencar Marques Costa que atua no Jardim Botânico. Ainda hoje ouvi quando ela falou que várias análises já foram feitas e constataram que as minhas águas ao atravessar o trecho da Mata do Buraquinho saem mais limpas do que antes da sua chegada.

Esta é a prova de que a mata tem a importância de ser a filtradora do curso d'água. A mata tem esse poder terapêutico e me enche de esperanças de que ainda posso ser despoluído. Em seu trabalho, a bióloga não pediu reservas para dizer que as pessoas esquecem que elas dependem do ecossistema para viver.

Não sei bem ao certo, quais fontes constataram o fato de que minhas águas ficam mais puras ao passar por aqui, mas também faço as minhas análises. Passando por aqui diariamente tenho tempo para refletir. Os dados que utilizo em minhas reflexões? Ah! Isso é perceptível basta olhar para mim. Não estou apenas mais limpo, como também não estou só.

Aqui eu abrigo uma fauna modesta, mas poderosa. Tenho orgulho de ter em minhas águas duas espécies de jacarés. O jacaré coroa e o jacaré de papo amarelo. Nada mal para um rio que corre integralmente no perímetro urbano. Dentro desse perímetro que é o meu refúgio, me colocaram duas jangadas artesanais feitas do bambu retirado da própria Mata do Buraquinho.

Uma delas é usada para fazer a limpeza que a natureza não consegue, infelizmente, alguns humanos que frequentam o Jardim Botânico deixam descuidadamente cair lixo em minhas águas, apesar do cuidado dos seguranças que guardam o local. E a outra jangada serve de apoio para os jacarés pequeninos tomarem banho de sol. Gosto de ver o avanço deles tentando subir na jangada pela primeira vez.

Para depois ficarem imóveis aproveitando os raios de sol para se aquecer. Ainda há os peixes de variadas espécies e os cágados que vagam pelas minhas águas indo e voltando aleatoriamente. Também gosto de olhar para as minhas margens e observar os insetos que fazem o seu burburinho diário.

O canto dos pássaros é a trilha sonora que embala o ambiente, envolvendo e acalentando a natureza que por muito custo en-

contra-se preservada. As gaiolas que pendem das árvores estão lá só pra lembrar que lugar de pássaro é na natureza e não privados da liberdade. O canto da natureza embala os sonhos de quem vai eternizar momentos especiais de suas vidas por meio de ensaios fotográficos tendo a natureza como cenário. Daqui eu posso observar as famílias que chegam em busca de um ambiente agradável para descansar. Casamentos, nascimentos, aniversários, todas estas celebrações são compartilhadas comigo.

O Jardim Botânico se insere dentro da Mata do Buraquinho. Atualmente é composta por 512 hectares, o último desmembramento dessa mata foi para a construção do Campus I da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Aqui está o que sobrou da mata atlântica densa e fresca que cobria a cidade litorânea de João Pessoa. Dentro da unidade de conservação, ele se classifica como refúgio de vida Silvestre.

O ambiente é tão agradável, acalma até as pessoas que trabalham aqui. Esses dias eu ouvi o seu Marcos Eduardo Ferreira de Souza (54 anos) que trabalha na guarda do Parque dizer o seguinte. “Aqui é tão bom que eu posso chegar estressado e em pouco tempo o estresse vai embora”.

Toda essa paz, logo se acaba. Ainda dentro das dependências do Jardim Botânico eu recebo uma carga significativa de esgoto doméstico não tratado. A tubulação que despeja o líquido indesejável foi construída para escoar a água da chuva e posteriormente passou a receber esgotos por meio de ligações clandestinas.

Na comunidade São Rafael, os afluentes são os esgotos domésticos que despejam perenemente em minhas águas como conta Michel. Percebo-o cheio de desencanto ao mostrar uma galeria de água pluvial e contar que aquele canal era para receber a água da chuva, mas muitos aproveitam para fazer as ligações de esgoto nela e jorram impiedosamente em mim me deixando moribundo assim.

Antes de atravessar a ponte da Avenida Pedro II, que separa o Jardim Botânico da comunidade São Rafael, a água transparente, parcialmente purificada pela natureza dá lugar a uma água turva mais contaminada. Os moradores Maurício Conceição dos Santos, 45 anos, e Michel Paiva da Silva, 25 anos, recordam que em tempos de menino usavam a ponte como plataforma para saltos nas minhas águas.

A impossibilidade de pesca, banhos, lavagem de roupas e utilização das águas do rio para as necessidades diárias são assuntos recorrentes nas comunidades ribeirinhas. Todos sentem falta da bonança generosamente por mim oferecida em tempos passados. Hoje em dia, peixes não são mais encontrados como antes. Quando chove forte, a enxurrada dilui um pouco a poluição e nesse período aparecem alguns peixes que logo perecem diante das adversidades que encontram quando chega a estiagem.

O meu assoreamento ajuda a intensificar as enchentes. Os detritos depositados no meu leito tornam-me raso e quando o volume aumenta eu tenho que seguir o meu caminho. O nível da água sobe e invade as casas. Os moradores das áreas alagadas fazem o que podem para não perderem o pouco que têm. Uma vez, Jairo teve que improvisar e colocar os móveis o mais alto que conseguiu.

Para evitar essas tragédias, o poder público realiza a minha dragagem. Trata-se de uma solução paliativa, uma vez que por meio dela, retira-se o sedimento em mim depositado, o lixo e a vegetação dificulta-me a respiração e, por fim, o material é depositado na beira do rio. A prática gera um círculo vicioso porque negligencia o final do processo que seria devolver-me a vegetação nativa e conscientizar a população sobre a importância de não jogar lixo em minhas águas e margens para que as inundações não voltem a acontecer. Contudo, essa prática de dragagem, embora não seja a ideal, ameniza o problema quando a chuva vem.

Os primeiros moradores da comunidade São Rafael encontraram nas minhas margens uma área alagadiça. Com a prática da dragagem essa área foi substituída por um terreno arenoso, do qual os moradores retiram areia para construção ou ampliação das habitações. E, em consequência dessas escavações surgem buracos no solo que são, eventualmente, preenchidos com metralhas oriundas de demolições no interior da comunidade.

Imagino que poucos sabem, mas, eu também já fui diversão para tanta gente que via em mim um instrumento para desaguar seu estresse e até mesmo suas mágoas. Coisas do dia a dia de cada um. Algo bastante comum entre os que vivem nas cidades. O bom é que sempre estive aqui de braços abertos para receber um por um.

Para mim, era uma riqueza testemunhar a alegria que se estampava no rosto daquelas pessoas que se dirigiam para suas casas depois da recreação. Claramente, dava para notar que elas saíam de almas limpas porque já tinham sido lavadas pelas minhas águas.

Famílias inteiras deixavam seus lares para se deleitarem nas minhas belezas naturais. Em vários locais do meu corpo eu podia sentir e ouvir o riso das crianças que se divertiam de maneira impulsiva. Vou confessar que também me divertia com elas. A felicidade delas me enchia de vida. Para ser bem sincero, no fundo das minhas águas a alegria maior era a minha de poder proporcionar momentos inesquecíveis.

Nada era mais valoroso do que também presenciar jovens e adultos se enamorando envolvidos em encantos de beleza que tanto faziam sonhar. Era muito bom tê-los acolhidos em meu leito. Eu sempre costumava abraçar a todos, indistintamente, porque o meu amor sempre foi muito grande. Eu sou, na verdade, um rio de amor.

Todos que me procuravam sempre tiveram a melhor recepção possível. Não queria saber de quem se tratava. Podia ser criança, jovem, adulto, homem, mulher, pessoa idosa, enfim, a acolhida era muito refrescante. Recebia bem até mesmo aquelas pessoas que vinham lavar as sujeiras das suas roupas nas minhas fontes de águas cristalinas.

Confortava-me saber que estava sendo útil para aquelas pessoas que faziam daquilo uma fonte de renda. Eu, inclusive, tenho testemunhas para provar tudo que relato, e, apresento a vocês Maurício Conceição dos Santos, 45 anos, nasceu do meu lado. Ele conta que, antes, a minha água era transparente e, aqui pescava-se, tomava-se banho e lavava-se roupas também. É muito doloroso ouvir o que Maurício fala sobre mim atualmente. Para ele, sou um rio que está acabado.

Diante da degradação, a presidente da Associação dos Amigos da Natureza (APAN), a ambientalista Paula Frassinete disse que gostaria de me pedir perdão pelo que estão fazendo comigo. É muito forte quando diz que eu só dou alegria, beleza e alimento. Ela inclusive sugere que toda a Paraíba deve me pedir perdão e prometer que fará de tudo para que possa reverter a situação em que me encontro nos dias de hoje.

Nutrindo o mesmo sentimento, o engenheiro ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), Janduí Figueiredo, abriu seu coração para dizer que qualquer cidadão pessoense teria que me pedir desculpas por tudo que não foi feito para que eu chegasse a esse patamar de degradação.

Janduí sabe que vivo doente. Que não tem qualidade as minhas águas e nem as matas ciliares. Tudo isso tem me tornando agonizante há bastante tempo. O meu sopro de vida vem quando ele sabe que sou importante para a minha cidade e que, por isso, mereço receber um olhar com mais atenção. Ele entende que ain-

da há tempo de me salvar e que os monitoramentos estão sendo feitos desde minha nascente até minha desembocadura.

Eu não preciso só que reconheçam os meus problemas, as minhas angústias, as minhas chagas e as minhas dores. Como todo doente eu necessito de cuidados, de tratamento adequado e de remédios definitivos.

O engenheiro da CAGEPA, Rubens Falcão, conta que as ocupações desordenadas nas minhas margens constituem-se em uma grande preocupação, bem como, a recuperação das matas ciliares é fundamental para a minha recuperação e que somente será possível com a remoção das famílias que se alojaram perto de mim. Aí vem de novo ele (o esgoto). Rubens não nega a sua existência na minha vida através das ligações clandestinas, diretamente, nas galerias pluviais.

Pelo visto, essa situação não será de fácil resolução. Em *Jaguaripe: O rio das onças*, o cineasta, Marcus Vilar, chama a atenção da sociedade para o meu drama. É chocante demais para mim quando Marcus verbaliza que passou mal ao me ver como realmente sou, ou seja, todas as minhas partes estão tenebrosas. Foi nesse clima que ele começou o seu trabalho de pesquisa para o filme que traz a minha história. Ele realmente constatou que eu estou agonizando e que se nada for feito vai afetar todo mundo.

Marcus revela na película que meu dilema é grande demais. São tantas forças agindo contra mim que até o meu curso foi desviado. Olhem o que ele diz sobre isso: “tem um problema muito forte que é o poder econômico. Termina entrando em lugares que não devia. Por que liberaram a construção do Manaíra Shopping naquele local?”

Eu posso parecer invisível para muita gente. Porém, vejo e escuto tudo. Vejo carros e pessoas passarem apressados sobre mim muitas vezes ao dia. É um frenesi muito intenso. Fico no silêncio.

Seja noite ou seja dia. Para alguns, pode até parecer covardia. A verdade, é que me falta oxigênio.

A carga que recebo e carrego é bastante pesada. São verdadeiras toneladas de lixo. É lixo sólido (sofá, cama, colchão e até fogão). É lixo líquido (esgoto) esse é lançado em mim sem nenhuma piedade. Vem de todas as partes. Às vezes, fico pensando por que agem assim com tanto descaso. Não fiz nada para merecer tanta agressividade.

Aos que me ignoram, digo que estou na luta. Posso até não exalar um bom cheiro, um bom odor. Mas, sei que nem tudo está perdido porque ainda vivo. Estou ofegante, isso é um fato incontestável, mas não estou morto. Posso até ter morrido para alguns ingratos que circulam sobre mim sem me olhar e sem me ver. Vivo e posso acreditar no amanhã onde voltarei a exercer a minha função social em sintonia com o desenvolvimento e a sustentabilidade.

A intervenção humana acontece independentemente da minha vontade, mas a natureza cobra o seu preço e o humano que vive em minhas margens sabe bem como é ter a casa invadida pelas águas e pelos animais que vivem em meu interior. Ninguém conhece tão bem essa realidade como os moradores da Comunidade São José em Manaíra.

A comunidade surgiu nos idos dos anos 1970. Dona Ivete Pereira da Silva, mora na comunidade desde que casou em 1976 e acompanhou o crescimento da comunidade, aqui criou seus filhos e netos e já passou por todo o tipo de dificuldade. Aqui, vivenciou e ainda vivencia muitas coisas, boas e ruins. Coisas boas como tomar banho e lavar roupas (Só que isso faz muito tempo). Coisas ruins, como por exemplo, desmoronamento e mortes. Como podem ver, trata-se de situações difíceis para mim e também para pessoas que fincaram suas raízes aqui.

As casas construídas rentes ao meu leito, não são poupadas quando a chuva vem e o nível das águas aumenta. Seu Marcos Antônio da Silva recorda, até achando engraçado, quando depois de um alagamento, um vizinho encontrou um jacaré dentro do banheiro. Ele conta que foi uma correria, uma gritaria. Não era uma situação fácil de resolver. O réptil tinha que ser devolvido vivo à natureza. Os moradores tinham consciência de que não poderiam matá-lo porque isso constituiria em crime ambiental. Passado o susto, os moradores respiraram aliviados e seguiram suas vidas, tentando recuperar os prejuízos causados pela enchente.

Ao adentrar na comunidade de São José, minhas águas estão enegrecidas. Desde a minha nascente, nessa altura, já passei por diversas comunidades. Todas elas, embora lamentem a minha condição, me deram o mesmo tratamento. Em parte, por também estarem impotentes para darem solução aos seus próprios desafios. A vida dos ribeirinhos não é fácil. Aquelas casas que ficavam praticamente dentro do rio já foram retiradas pela defesa civil. O aluguel social é uma solução temporária enquanto a casa nova não vem. Um conjunto de apartamentos foi construído para os moradores, mas ainda não foi liberado para a habitação.

A paisagem ao meu redor contempla um misto de beleza e decadência. Em Manaíra, um dos bairros mais abastados da capital paraibana, a sociedade não enxerga a comunidade ali perto. Não sabem como vivem e não veem nisso nenhuma relevância. A comunidade segue em frente. A proximidade da praia garante o acesso à diversão sem que seja preciso pagar nenhum transporte.

As famílias tocam suas vidas sonhando com algumas conquistas. No imaginário local, o sonho comum de me ver revitalizado, limpo e com todos os benefícios que traria se fosse despoluído. Benefícios bem conhecidos pelos moradores mais velhos, os quais alcançaram a bonança trazida por mim.

Hoje, a comunidade convive com a sujeira, não só do esgoto descartado, mas também o lixo. Ao longo das minhas margens, há pequenas construções que servem a diversos fins. São oficinas, depósito de lixo para a reciclagem, garagens e até chiqueiro de galinhas e cocheira para cavalos. A sujeira gerada por estes animais tornam a minha situação mais degradante.

Por onde passo só escuto palavras de lamento. É o caso de Narciso Otávio Nascimento. Ele convive comigo há 30 anos. É ele quem diz, com a voz embargada, que só não já morreu porque se trata de uma pessoa muito forte porque o esgoto corre de um lado para outro e, com isso, disseminando uma série de problemas que jamais poderia imaginar que isso fosse acontecer um dia. Como em um flashback, baixa a cabeça e conta que quando chegou aqui nas minhas margens, foram incontáveis as vezes que tomou banho nas minhas águas limpinhas. Coisas que ficaram em um passado bem distante.

Em meio a todo esse caos, alguns moradores já se acostumaram a conviver com os animais e insetos típicos de ambientes insalubres. Ratos, baratas, escorpiões, cobras e muriçocas são comuns por aqui. E, também são motivos de piada. Ouvi um morador contando que tirou um cochilo em frente de casa e quando acordou as muriçocas já tinham arrastado ele por uns dez metros.

No bar, próximo a uma das passarelas construídas sobre mim, uma ratazana vai e volta em busca de alimentos. A presença humana não a intimida. Dois frequentadores do bar contam que ninguém tem coragem de matar os ratos. Já pertencem à localidade. Outro morador ilustre daqui é o jacaré Billy. Nos dias quentes ele sai para tomar banho de sol sem incomodar e sem ser incomodado. Os moradores jogam restos de galinha para ele se alimentar, mas quando falta o alimento ele também caça as galinhas que são criadas soltas às minhas margens.

O lixo, o esgoto e eu parecemos algo distante para os moradores de Manaíra. Observando das minhas margens, o mundo fora da comunidade São José, se destaca a grande quantidade de prédios erguidos à sua volta. Um deles, o mais comentado na comunidade é o Shopping Manaíra.

Os moradores contam que a construção do shopping trouxe inúmeros prejuízos para a comunidade e para mim. Segundo os moradores, o meu curso passaria pela área onde hoje fica o estacionamento do estabelecimento comercial. Quando chove a água represada não encontra vazão no canal - criado pelo homem interessado em ocupar o lugar onde deveria estar o meu leito e retorna para dentro da comunidade causando inúmeros transtornos.

Posso garantir que esta narrativa reúne declarações espontâneas e reais. As histórias contadas às minhas margens assim como na mesa dos bares são as mesmas que se ouvem no interior das residências e nas rodas de conversas na comunidade. São casos que refletem a vida cotidiana com seus fatos retratados à luz das experiências dos jornalistas e suas personagens.

O espelho tem duas faces

SAULO QUEIROZ DE ARAÚJO¹⁰

E o saneamento básico neste cartão postal paraibano?

Constituído de uma considerável parte de água, o organismo humano mantém uma relação dúbia com esse elemento fundamental e fundante da nossa espécie. Ao passo em que dele necessita, também o maltrata; ao mesmo tempo em que dele se farta, também pena em busca do mesmo nos períodos de escassez. É da água a vida que nos é dada, canta a música¹¹, mas também vem

10 Radialista e jornalista (graduado em Comunicação Social pela UEPB – Universidade Estadual da Paraíba) além de autor e diretor teatral, sendo responsável por alguns dos espetáculos de maior sucesso de público na Paraíba. Hoje tem textos encenados em São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco e Ceará. Dirigiu o Teatro Municipal Severino Cabral e o Centro de Arte e Cultura da UEPB e é, atualmente, diretor de programação da TV Itararé (afiliada da TV Cultura em Campina Grande-PB). Na emissora, criou o primeiro e mais longo programa inteiramente voltado para o jornalismo cultural na TV aberta paraibana, o Diversidade, além de outros no segmento das artes e do entretenimento. Como mestrando da UFPB, dedica-se no momento à pesquisa sobre “critérios de noticiabilidade no jornalismo cultural.

11 Eu e água – composição de Caetano Veloso.

dela os medos mais atávicos que conhecemos: afogamento, naufrágio, enchente.

Nessa corredeira do tempo, construímos represas, açudes e lagos artificiais que possam conte-la para o consumo ou detê-la na voracidade de sua força destrutiva, mas sempre dentro da precariedade que nos constitui e nos submete à sua vontade. Foi sob essa égide que o Açude Velho foi cavado nos idos de 1800, trazendo alívio aos anos de estiagem em Campina Grande, no interior da Paraíba. E foi também sob ela que os campinenses transformaram esse símbolo de saciedade num ícone urbano, cartão postal clássico da Rainha da Borborema, também maltratado ao longo das estações.

O açude que hoje é cercado por dois museus (o MAPP, Museu do Artista Popular da Paraíba, obra com a assinatura de Niemeyer) e o Museu Digital (mantido pelo SESI), possui dois monumentos que ajudam a atribuir ao lugar o título de patrimônio histórico e cultural: o monumento em homenagem a Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga, cena da bodega, e os Pioneiros, um trio de estátuas que representam três personagens fundamentais para a compreensão histórica e social da cidade: a catadora de algodão, o índio e o tropeiro.

Há ainda uma praça que abriga um monumento à Bíblia, a sede da Associação Campinense de Imprensa, um prédio destinado ao movimento estudantil da UFCG¹² e vários quiosques onde são comercializados lanches, água de coco e bebidas alcoólicas. Nada disso, entretanto, consegue diminuir os erros em termos de saneamento básico que envolvem o velho lago. Seu glamour, sustentado pelo aspecto visual de espelho d'água gigante numa zona imobiliária de alto valor, não é capaz de deter sua reputação fétida

12 Universidade Federal de Campina Grande.

e poluída. Quem circula diariamente pelas suas calçadas, seja a caminho do trabalho e da escola, seja praticando algum esporte, enfrenta os períodos de fedentina com uma certa indiferença, uma maneira elegante, mas omissa, de ignorar o ônus e se concentrar no bônus.

Letícia Araújo, professora aposentada, caminha toda tarde ao redor do reservatório e parece importar-se pouco com sua situação crítica. *Não me incomoda nem um pouco. Caminho aqui três vezes por semana e só sinto mau cheiro de vez em quando. O povo também exagera, a imprensa adora aumentar as coisas, fazer moído¹³ com o que não precisa. Você acha que se fosse assim como dizem, fedorento e poluído, teria esse povo todo caminhando aqui todo dia? E essas garças? Aqui até jacaré, tem, meu filho.*

De fato, após algumas medidas paliativas, como a extração completa dos aguapés¹⁴, tipo de planta aquática que acentuava o mau cheiro nas épocas mais quentes do ano e que se nutre das águas poluídas de rios e reservatórios de água doce. Também a limpeza dos bancos de areia e a correção do assoreamento do seu leito. Assim, o açude exala seu odor desagradável um pouco menos do que antes, embora isso não signifique ausência de polui-

13 Expressão usada no nordeste para designar repetição de um mesmo assunto, redundância, falação.

14 Eichhornia, vulgarmente conhecido em Portugal e Angola como jacinto-de-água e, no Brasil, como aguapé, mururé, orelha-de-veado, pavoá, rainha-do-lago, uape e uapê, é um gênero botânico originário na Bacia Amazônica, na América do Sul. Pertence à família Pontederiaceae.3] É considerada uma das piores espécies invasoras. São plantas aquáticas flutuantes e rizomatosas que têm preferência por rios de fluxo lento ou lagoas de água doce. Possuem grande capacidade de tolerância e absorção de poluentes como, por exemplo, águas contaminadas por esgoto e rejeitos industriais, incluindo metais pesados.

ção. A presença de garças também não é indicativo de limpeza, já que são uma espécie de fácil adaptação a ambientes degradados.

Era uma vez um riacho...

Voltando às origens do manancial, sabe-se que suas águas sempre foram alimentadas pelo Riacho das Piabas, uma fonte que serviu para o consumo de muitas famílias nas proximidades da Mata do Louzeiro, onde está a nascente do córrego. André Brasileiro, pedreiro de 47 anos, morador do bairro Rosa Mística, atravessado pela fonte, relembra os dias de pureza do Riacho das Piabas: *aqui num tinha esgoto, num tinha lixo, tinha pouca casa e dava até pra pescar; era uma coisa linda de se ver, tomei muito banho aqui, minha mãe lavava louça, lavava roupa, era uma beleza; hoje tá essa podridão, a própria vizinhança suja tudo, não tem paciência de esperar o carro do lixo, sai jogando sacola, cavando esgoto pra cá, é triste, viu?*

Dona Inês de Brito, que já foi lavadeira e hoje trabalha como diarista, faz coro ao vizinho lembrando os bons tempos: *aqui tinha fartura, a gente aguava horta e jardim tirando desse riachinho; meus menino tudim tomava banho aqui, não tinha água de torneira, então era aqui mesmo que eles se banhava, e nunca pegaram lombriga, doença de pele, coceira, essas coisa que hoje quem pisar nessa água pega. Também, a prefeitura só enrola, né? Num faz nada.* Enquanto dava seu depoimento, Dona Inês era corroborada pela fala de outros moradores que não quiseram comentar, mas que compartilhavam com ela testemunho semelhante. São pessoas que acompanharam as alterações graduais sofridas pelo meio-ambiente decorrentes do inchaço populacional sem a proporcional oferta de infraestrutura básica.

Apesar dessa situação de degradação ecológica, um projeto denominado Articulação pela Revitalização do Riacho das Piabas

vem sendo desenvolvido por líderes comunitários, membros da igreja católica e moradores da região.

Através de caminhadas ecológicas, visitas de casa em casa e reuniões com autoridades municipais, a iniciativa se empenha num objetivo difícil de ser alcançado: primeiro, conscientizar a população da importância desse afluente do Açude Velho, hoje um verdadeiro esgoto a céu aberto, com zonas assoreadas, muita poluição advinda das moradias do seu entorno e também do lixo atirado em suas margens pelos próprios moradores que hoje reclamam da fedentina e do descaso das autoridades; segundo, cobrar das instituições públicas medidas urgentes para a solução dos problemas decorrentes principalmente da falta de saneamento das moradias locais. Parece um paradoxo, mas é assim mesmo a situação desses campinenses – até um certo ponto, convenhamos, trata-se de um problema de saúde pública que o município precisa resolver, mas afora essa responsabilidade governamental, há uma ação humana contínua e efetiva na degradação do riacho.

Um dos envolvidos no projeto, padre Acírio, se preocupa principalmente com os diversos fatores que se cruzam nessa complexa situação de falta de saneamento básico que causa a degradação dessa fonte de água outrora limpa. *Precisamos nos preocupar com a situação dessas pessoas que moram aqui e carecem de saneamento, transporte, segurança e uma série de outros itens fundamentais para uma vida sob condições mínimas de infraestrutura.*

Ele compreende a complexidade da situação que passa, inexoravelmente, pelo bem-estar da população. Acírio admite que já foram feitas várias reuniões, durante as quais foram discutidas alternativas de urbanização do riacho, embora sem nenhum resultado prático até então. Como homem de fé, acredita que as conversas com o prefeito e seus secretários poderão resultar em soluções futuras. *A gente fez um levantamento e um relatório bastante razoáveis e apresentamos ao prefeito. Ele assinou o papel e prometeu*

algumas providências, depois tivemos umas reuniões com vários secretários e entidades como STTP¹⁵, CAGEPA¹⁶ e PM¹⁷, para ver esses problemas daqui e aí eles apresentaram uma preocupação e um projeto que está sendo pensando para toda essa área.

E assim segue o Riacho das Piabas, como muitos outros córregos, rios e riachos brasileiros, envenenado pelos esgotos até que haja uma vontade política capaz de mudar seu curso. Enquanto isso, sua utilidade tem sido apenas levar mais poluição aos canais que chegam ao Açude Velho, desonrando uma história na qual teve um papel crucial para a situação hídrica de Campina Grande. No período de estiagem que foi de 1824 a 1828, a construção do açude foi uma medida do governo provincial da Paraíba que iniciou a obra em 1828 e concluiu em 1830. Durante um século ele reinou absoluto como principal fonte de abastecimento d'água da segunda maior cidade paraibana, até que entre os anos de 1951 e 1956 foi construído o açude de Boqueirão, inaugurado pelo presidente Juscelino Kubitschek em janeiro de 1957, que passou a fornecer água para a cidade.

As águas rasas da indiferença

De volta ao Açude Velho dos dias de hoje, é possível perceber que o convívio com um cartão postal de beleza indubitável, mas em pleno colapso ecológico, é pacífico e não carrega preocupações importantes no tocante à saúde. Os vôos das garças sobre as águas verdes conseguem abstrair do sentimento público qualquer preocupação mais profunda com o reservatório. Nesse sentido, o

15 Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos.

16 Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

17 Polícia Militar da Paraíba.

campinense em geral prefere as águas rasas da indiferença, fazendo uso do açude de uma forma que seria inimaginável numa sociedade consciente da importância do saneamento.

Seu Lourival, 53 anos, morador do bairro de José Pinheiro, um dos que margeiam o Açude Velho, tira do manancial uma parte do seu sustento através da pesca de tilápias. O peixe, farto no cardápio de muitos restaurantes de Campina Grande e cidades circunvizinhas, é uma das iguarias mais apreciadas pela clientela devido a leveza de sua carne. Mesmo não admitindo, ele deixa entender que uma parte do que pesca vai para o consumo próprio, sendo o restante destinado à venda, clandestina, desse peixe facilmente vendável: *tudo que a gente pega aqui vai pro bucho...tem muito peixe bom, a maior parte é grandona, muito melhor do que peixe da feira...eu não como peixe da feira, não se sabe a procedência, né? Prefiro as tilápia daqui mesmo, ou as piaba, pelo menos a gente sabe de onde vem. Também dá pra vender o que passa, pra não estruir¹⁸, a gente vende mesmo.* E o povo compra. O “povo”, nesse caso, são os açougues e peixarias clandestinos do Zé Pinheiro, bairro onde ele mora, do Catolé e até mesmo da Feira Central de Campina Grande.

Chiquinho de Deda é um homem de meia idade, pele curtida pelo sol, sorriso banguela e traje de torcedor do Campinense Clube, um dos dois times que polarizam as torcidas na Serra da Borborema. Pesca usando tarrafa com a ajuda de dois netos, jovens de menos de vinte anos que o acompanham toda manhã até o Açude Velho. Entre uma lançada e outra da velha tarrafa, observa os netos dar frecheiros¹⁹ no açude. É prática comum o nado no local. As águas esverdeadas e, em alguns períodos do ano, extremamente fedorentas, não espantam outros jovens da mesma idade.

18 Verbo usado no nordeste com o sentido de desperdiçar.

19 Termo usado na região para designar mergulhos de cabeça.

Usualmente concentram-se nas proximidades do sangradouro e fazem uso da estrutura de concreto armado como trampolim para os saltos e mergulhos. *Me criei frecheirando aqui, eu, meus primos, dois irmãos que hoje nem moram mais em Campina, tempo bom, viu?* Mirando o lado oposto da margem, lembra outrora: *logo ali tinha um restaurante, mais na frente um campinho de futebol e aqui onde hoje é o Parque da Criança, tinha o curtume dos Mota. Se é pra falar de sujeira, eu vou logo dizendo que vi a sujeira do curtume escorrendo aqui pra dentro, mas ninguém dizia nada, os Mota eram rico, tudo cheio da grana e davam emprego a muita gente. Quem era doido de falar? De fiscalizar? Danar uma multa? Nem se falava nessas coisa naquele tempo.*

Pergunto como era a qualidade da água nos idos dos anos sessenta, começo dos anos setenta e ele me responde com uma nostalgia tranquilizadora: *o povo diz que a água daqui tá poluída, que num presta pra banho nem pesca, mas foi sempre assim, a cor num mudou quase nada, sempre foi verde e fedia de vez em quando. Mas isso é de peixe morto.* E os esgotos, seu Chiquinho? *A água espalha, passa por aqui e vai pro Canal do Prado, num ofende, não.* Ofender é um verbo muito usado no Nordeste para designar algo que faz mal, seja comida ou bebida. Quando algo ofende a gente, significa que é ofensivo à saúde.

Dou mais umas duas voltas em torno do Açude, observando o movimento dos atletas e pescadores e lá pelas duas e meia da tarde, encontro seu Chiquinho e outros pescadores retornando para casa em suas bicicletas, cestos plásticos quase cheios de pesca atrelados às magrelas. Entre as tilápias, algumas piabas. Pergunto se comem. *Oxe...e não? Piaba sequinha, fritada no óleo, com uma farinhazinha de tira-gosto, tem coisa melhor?* Os netos vão na frente, tarrafas nos braços, chutando uma bola meio murcha de um para o outro. As peles, curtidas no sol do agreste, ficaram mergulhadas um bom tempo e esse mesmo ritual de pesca e lazer sob a quentura do sol se repete algumas vezes durante a semana.

Um caldo insalubre que alimenta a vida

É curioso o quanto a capacidade adaptativa humana pode ser observada numa prática arriscada como essa; mesmo submetidos a uma série de fatores de risco na relação com o açude, como a exposição ao sol em períodos de alta incidência de raios UHV, o contato direto com a água poluída e até mesmo o consumo de pescados possivelmente contaminados, esses homens aparentam saúde.

Levam uma vida normal e, quando perguntados sobre doenças de pele ou respiratórias, brincam dizendo que o remédio é a água do açude. Davyson, um dos netos de seu Chiquinho, ousa uma comparação com as águas do mar. *Nunca adoeci nadando aqui, nunca, mas no dia que tomei banho em Lucena²⁰ peguei micose, voltei todo me coçando. O povo fala muito, mas só sabe quem passa, nós aqui vivemos nesse açude bem dizer o ano todo, nunca adoeci, vizinho nunca adoeceu, ninguém que eu saiba.* É mesmo impressionante.

Uma das razões para essa tolerância do organismo a possíveis doenças advindas do contato com as águas do Açude Velho talvez seja a concentração de poluentes por metro cúbico. Em estudo realizado pela Universidade Estadual da Paraíba, foi detectada a presença de metais pesados no corpo aquático como íons de cádmio e cobre. A concentração máxima de cádmio observada no estudo de 2010 foi de 0,1mg.L-1, estando dentro do padrão recomendado pela resolução 357 do CONAMA que é de 0,2mg.L-1 para efluentes urbanos.

A concentração máxima de cobre determinada foi de 0,26mg.L-1, quando a mesma resolução do CONAMA admite valores até

1mg.L-1. Embora estejam dentro dos padrões aceitos pelo órgão, é válido lembrar que algumas doenças que esses metais pesados podem trazer a humanos acontecem muitas vezes ao longo do tempo, graças ao efeito cumulativo nos organismos.

O que não representa uma preocupação efetiva, seja dos desavisados que utilizam as águas ignorando esses dados, seja por parte da Prefeitura ou mesmo da Defesa Civil que não coíbe as práticas recreativas e de pesca no reservatório. Por outro lado, um estudo de 2016 apontava para dados preocupantes, mas não surpreendentes: “as análises de coliformes termotolerantes demonstraram a presença de organismos patogênicos, podendo colocar em risco a saúde daqueles que se alimentam dos peixes provenientes do açude”, conforme artigo apresentado no VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental.

Um funcionário da Defesa Civil, que não quis se identificar, revelou que já houve tentativas tímidas de conscientizar esses pescadores clandestinos e mergulhadores desavisados, mas sem efeito. ***Eles não admitem que essa água possa fazer mal, embora aceitem que seja poluída.*** Não deixa de ser verdade essa afirmação. É como se esses homens e crianças se percebessem imunes aos males que metais pesados, lixo orgânico e outras formas de poluição pudessem lhes causar.

Há um ar de heroísmo nas falas desafiadoras de uma realidade assim, um quê de coragem posta à prova, o que poderia explicar a ausência de mulheres (mais sábias) nessas atividades de risco. Como que dotados de uma imunidade mágica, mais dependente da sorte do que propriamente de alguma proteção milagrosa, esses homens, como fez nossa espécie ao longo da sua evolução, exercitam a capacidade adaptativa para seguir adiante, sobreviver e até tirar prazer de uma circunstância a priori nociva.

Acompanho seu Chiquinho e seus netos até sua casa e conheço sua esposa, Dona Laurinda. Ela me recebe desconfiada, mas ofe-

rece café. Aceito uma xícara e puxo conversa. A senhora já tomou banho no Açude Velho? Ela abana a cabeça com veemência e torce a boca: *Deus me livre, esse homem é doido e leva os menino com ele nessa loucura. Esses peixe de lá eu nem encosto a mão, eles mesmo limpa, trata, depois vende. Doido é quem compra. Eu já disse a eles que um dia isso vai dar mal, alguém vai adoecer porque comeu essas tilápia e vai sobrar pra eles; mas ninguém me ouve aqui. Ele diz que eu só falo miolo de pote²¹, aí eu me calo pra não me zangar.*

Os projetos de saneamento não contemplam a realidade atípica do Açude Velho, talvez por não haver ainda um estudo mais profundo sobre a sua importância e também as implicações sociais como a dessas famílias que mantêm com o lugar uma relação bem estreita. Outro ponto importante é que pouca gente dá conta de que, pelas suas dimensões, o reservatório possui uma grande influencia sobre o clima da cidade, amortecendo o calor agrestino e criando um microclima mais ameno na região.

Da cultura microorgânica à produção cultural

Mesmo com essa dicotomia que contrasta os traços contraditórios do belo visto pelas lentes fotográficas e pelos turistas e o feio das águas poluídas, ameaça ao ecossistema do reservatório e também aos transeuntes que passeiam, vivem ou trabalham na região circunvizinha, surgiram expressões criativas que denotam o fascínio do povo de Campina Grande pelo espelho d'água de cerca de dois quilômetros e meio de bacia. Uma delas foi o bloco Jacaré do Açude Velho, que todos os anos no período carnavalesco atrai

21 Expressão utilizada no nordeste brasileiro para designar conversa jogada fora, conversa vazia ou conversa besta, sem muita importância.

centenas de foliões, inclusive crianças, num percurso ao redor do lugar que lhe dá nome.

O jacaré do título, que é real, foi trazido para as águas do reservatório na década de oitenta por um biólogo da cidade. Da espécie papo-amarelo, o réptil desenvolveu-se, criou fama e passou a habitar o imaginário coletivo dos campinenses, que o tornaram um misto de realidade e lenda, já que para os que não o viram considerar plausível um jacaré num açude em pleno agreste da Borborema é muito difícil.

Outra manifestação cultural que bebeu na fonte do imaginário popular em torno do açude é o espetáculo Jack, o jacaré do Açude Velho, de uma companhia de teatro local, a Caras & Bocas. Na encenação, o jacaré tem nome – um híbrido de Jackson do Pandeiro e Michael Jackson – e atitude de pop star, fazendo campanha em prol da preservação do reservatório. Com muito humor, aparecem em cena personagens da fauna local como a garça e o socó²², além de um casal de sapos, um cágado e um caramujo, ao lado de um trio de piabas cantoras e de uma personagem que simboliza o des-caso público com a natureza, uma sereia-bruxa chamada Poluta.

Também um artista da cidade, Jarrier Alves, desenvolveu em 2015 uma intervenção inspirada no movimento messiânico Borboletas Azuis, da década de setenta, que tinha como líder Roldão Mangueira, construindo uma espécie de ponte com garrafas pet descartadas, sobre a qual o público se arriscava a cruzar as águas. Essa intervenção artística foi inspirada na suposta tentativa de Mangueira de andar sobre as águas, o que causou grande repercussão nos meios de comunicação locais e até nacionais. Numa percepção inspirada que só a arte permite, Jarrier realizou três crí-

22 O socó-boi (*Tigrisoma lineatum*) é uma ave da família dos ardeídeos que vive nas margens de rios e lagos. Se alimenta de peixes, moluscos, anfíbios e répteis. Permanece imóvel, esperando sua presa.

ticas simultâneas: sobre a fé cega que a religião pode despertar, sobre a deturpação dos fatos provocada pela imprensa e sobre o estado poluído do reservatório.

Espelho, espelho meu...

“O Açude Velho torna-se mais e mais digno da solicitude dos poderes públicos. Nossas prensas hidráulicas, nossa iluminação elétrica, nossos trens, nossas indústrias, tudo depende de sua existência. É sua água, realmente, que satisfaz tamanhas necessidades, possibilitando esses largos surtos de progresso, do qual justamente nos orgulhamos. Se uma de suas paredes se partisse, inutilizando-o estaríamos com a vida do nosso meio social perturbadíssima, quase aniquilada” – essa publicação do *Correio de Campina* que data de 1824 continua sendo atualíssima. A importância do Açude Velho já não reside no fornecimento de água, é verdade, mas no valor simbólico, histórico e ecológico que ele possui. Mantê-lo vivo não é maquiá-lo para as melhores fotos, já que se trata de uma paisagem espetacular, mas articular esforços para que um plano de saneamento possa desviar do seu leito os litros de esgoto hospitalar, doméstico e empresarial que desaguam nele. Seu potencial turístico ainda não foi devidamente explorado e as possibilidades de ampliar seu uso ecossistêmico são muitas, prova é que até espécies de outras regiões conseguem sobreviver nele.

Como nos arquétipos evocados nos contos de fadas, onde belas rainhas podem se revelar terríveis bruxas, é curioso notar que esse mesmo espelho d'água que enche os olhos de quem o contempla, reflete uma face feia, deformada pela distância que separa um açude apto à pesca e ao nado, de uma fossa a céu aberto com margens decoradas por edifícios e monumentos.

Sousa, comunidade sem o básico

ENIO JOSÉ MARQUES DA SILVA (ENIO MARX)²³



A comunidade cigana é um dos grandes patrimônios imateriais do alto sertão da Paraíba. Considerada a maior do Brasil, a comunidade cigana de Sousa busca preservar e enaltecer seus valores e tra-

²³ Enio Marx é um educador graduado em Comunicação Social pela UFCG e mestrando em Jornalismo pela UFPB. Atuou em emissoras de rádio e televisão e também como arte-educador e ator. Atualmente, colabora no setor de comunicação da CPT-Sertão/PB e do Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano/IFPB, além de apresentar o Jornal da Educativa na rádio Educativa 105 FM.

dições. Contudo, mesmo sendo detentor de uma cultura tão próspera, o povo cigano é vítima de uma série de injustiças sociais. O saneamento básico é um dos aspectos em que esta comunidade é desassistida. O foco desta reportagem é baseada neste contraste entre a pujança cultural e a situação de vulnerabilidade em que se encontram os ciganos de Sousa.

Muitas personalidades brasileiras, das mais diversas áreas têm ou tiveram origem cigana, dentre eles estão: o ex-presidente Juscelino Kubitschek; a poetisa Cecília Meireles; o comediante Dedé Santana e o cantor Sidney Magal. Mas, nenhum deles terá sua história contada nesta reportagem. Em seu lugar, torna-se visível o esforço de um homem que apesar de sofrer com inúmeros descasos, como a falta de saneamento básico, continua a viver em sua comunidade.



Figura 2: Ronaldo Carlos, Líder da Comunidade Cigana

A rodovia transamazônica, também conhecida como BR 230, foi projetada durante a ditadura militar e interliga Cabedelo no litoral paraibano a Lábrea no Amazonas, cortando sete Estados. Este trajeto tem muita história para contar. E é ao lado do quilômetro 443 que mora um povo pacato e trabalhador. Vivendo em casebres humildes, alguns de barro e outros de alvenaria, a comu-

nidade cigana da cidade de Sousa, no alto sertão paraibano, faz brotar vários personagens ilustres.

São pessoas que cantam, dançam e tocam vários instrumentos. A comunidade cigana de Sousa é um verdadeiro celeiro de artistas. Seu Ronaldo Carlos é um deles. Nasceu com a habilidade de fazer o próximo feliz, seja através do poder do seu violão, ou seja, através do seu perfil de lutar pelo bem estar da comunidade.

São muitos os obstáculos que o violeiro enfrentou para ver o seu povo saciado. O maior deles não podia ser outro: o preconceito. Certa vez, o chefe do Centro Nacional de Abastecimento (CONAB) em Sousa prendeu 1.080 cestas básicas por entender que os ciganos não era um povo tradicional.

Como bom sertanejo que é, Ronaldo não desistiu. Procurou pela ativista na área de Direitos Humanos, Aldenora Macedo, a qual não hesitou em ajudar o amigo. Ela tratou logo de marcar uma audiência entre o artista e dois desembargadores com direito a almoço, transporte e hospedagem. Foi a primeira vez que o seresteiro decolou de João Pessoa, há 450 km, de sua comunidade até a capital federal. Friozinho na barriga define as primeiras horas de voo. Mas, 2 horas e 45 minutos de deslocamento foram o suficientes para que nosso herói pudesse se ambientar a uma aeronave.

Antes de aterrissar, o sertanejo ficou bestificado com a cidade em forma de avião projetada pelo ex-presidente, Juscelino Kubitschek, também de origem cigana e que dá nome ao aeroporto da cidade. Ao descer, seu Ronaldo teve pouco tempo para se apresentar aos desembargadores, Márcio Pacheco e Fátima Pinheiro.

Dr. Pacheco ficou surpreso com a história que ouviu daquele homem de olhar sereno. O meritíssimo bateu na mesa e esbravejou indignado: “Será possível? Um ser humano em sã consciência

afirmar que os povos ciganos não são povos tradicionais? Vamos resolver este problema imediatamente”.

O juiz entrou em contato com o desembargador da Paraíba que emitiu um documento exigindo o desbloqueio das cestas básicas em até 30 dias.

E para presentear os dois juízes que ajudaram à comunidade, seu Ronaldo agraciou os ouvidos dos magistrados com música. O seu instrumento de guerra havia ficado em casa. Todavia, por obra do acaso, havia um violão com o dono do refeitório. E foi lá que os servidores do judiciário almoçaram ao som de Fernando Mendes, Roberto Carlos e José Augusto, todos entoados por uma só pessoa.

O violeiro ficou surpreso quando soube que aquela tocata realizada despretensiosamente, iria render um cachêzinho. Muito sensível, o Dr. Pacheco, passou um chapéu para o público e disse: “Cada um de vocês vai colocar uma contribuição para o nosso artista”.

Duas semanas após o retorno ao seu lar, seu Ronaldo recebe uma ligação que há muito se esperava. Era o chefe da CONAB que havia interceptado as cestas básicas: “O senhor tem até às 17h para vir buscar aqui”.

Pausa para uma breve história dos ciganos

Um dia, eu em Andaluzia ouvi um cigano a cantar. Havia no canto nostalgia de castanholas batidas ao luar. Este é um trecho da música *Cigano* de Altemar Dutra, na qual poderíamos personificar várias pessoas da etnia cigana. Marcados por estigma e desconfiança, os ciganos vivenciam um intenso fazer artístico destacando-se na música e na dança. A origem deste povo é incerta, apesar de vários estudiosos apontarem que sejam originários da Índia. A

palavra cigano vem do grego e serviu para denominar, no século VIII d.C., uma seita de bruxos e músicos. Até hoje, o cigano é retratado como um povo exótico envolto por mistérios e misticismo. Porém, atualmente, os ciganos querem quebrar este arquétipo e terem os seus direitos garantidos.

Segundo especialistas, os ciganos saíram da Índia, passaram pelo Afeganistão, Irã, Armênia e Ásia Menor. Em seguida, entraram na Europa pela Turquia e Grécia. A partir da migração pelo Oriente, os ciganos passaram a se dedicar ao trabalho de metais para sua subsistência: eram caldeireiros, ferreiros, latoeiros e ourives. Já as mulheres, ofereciam a revelação do destino através da leitura da mão.

Os ciganos que foram para os países balcânicos são os denominados ciganos roms e falam o dialeto romani. Os calons são aqueles que se instalaram em Portugal e Espanha e depois migraram para o Brasil e falam kalé. E os sinti que falam o dialeto sintó são encontrados na Alemanha, Itália e França. As três etnias têm o mesmo berço, e o Brasil recebeu ciganos desses três povos, sendo que existem diversos segmentos dentro destas sociedades. Os primeiros ciganos chegaram em terras tupiniquins, no Brasil-Colônia, em 1574, provenientes de Portugal.

Até meados do século XVIII havia no Brasil somente ciganos Calon. Mas já na primeira metade do século XIX, chegaram alguns ciganos Rom com ou sem suas famílias. Os ciganos Sinti vieram para o nosso país, acompanhados dos imigrantes italianos e alemães no final do século XIX.

Segundo dados de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população cigana no Brasil está estimada em aproximadamente 500 mil pessoas, vivendo em 291 acampamentos em 21 Estados da Federação. No entanto, a partir de 2014 estes dados não foram mais atualizados, fator que dificulta a aplicação de políticas públicas destinadas a estes povos.

A biografia de um seresteiro

Irmão mais velho de 11 irmãos, Ronaldo tinha 7 anos quando seu pai, Otávio, faleceu em Fortaleza. A sua mãe, Mariana Leite, era muito zelosa e cuidava do seu filho como se fosse único.

A perspicácia de seu Ronaldo também o ajudou em outras áreas do conhecimento humano. Autodidata, ele nunca entrou em uma sala de aula com a finalidade de estudar. Aprendeu a ler juntando as letras na lata de um confeito ou na carteira de um cigarro. Letra por letra, sílaba por sílaba e logo conseguiu compreender sentenças e interpretar textos. Em exatas, o músico também não fica atrás. Aprendeu a tabuada de cor e salteado: “Vez ou outra, minha filha Daniela, se engancha nas contas e quem ajuda sou eu”.

Além de músico, seu Ronaldo também se dedicou a estudar técnicas de enfermagem. Teve oportunidade de fazer um curso no Hospital Santa Terezinha. Aprendeu a aplicar injeção e fazer curativos, ofício que ele exerce até hoje voluntariamente para ajudar os membros da comunidade.

Depois, de concluído o curso de enfermagem, surgiu a oportunidade de trabalhar no hospital. Seu Ronaldo participou de uma seleção para técnico de enfermagem concorrendo com 185 inscritos. Ele tirou em primeiro lugar e comemorou como se tivesse marcado um gol de placa. O RH o informou que passasse na segunda-feira. Porém, a discriminação prevaleceu mais uma vez e o chefe do hospital riscou o nome que ficava ao topo da lista de selecionados.

Desapontado, Ronaldo Carlos só não foi atrás de seus direitos porque como todo artista sensível às emoções, ele rasgou o documento comprobatório. Todos os advogados lhes dizia que aquela era uma causa perdida sem as devidas provas de que ele havia passado.

Dá licença que meu povo quer estudar

Depois de destravar as cestas básicas da CONAB, seu Ronaldo também pelejou para saciar outro tipo de fome do seu povo, a fome de conhecimento. O cigano guerreiro queria oferecer aos comunitários, aquilo que ele nunca teve que é a oportunidade de estudar. Os jovens da comunidade não tinham acesso ao ensino básico. Assim, ele foi ao encontro da gerente da 10ª Gerência Regional de Ensino que recepcionou muito mal o líder cigano. Diante de pessoas que assistiram à petição, foi bastante categórica em dizer um não.

Novamente, Ronaldo mostrou que tal qual dizia o poeta Gonçalves Dias sobre os nossos nativos: “Sou bravo, Sou Forte, sou filho do norte”, ele não ia desistir de trazer educação para os jovens ciganos. E ele não estava sozinho nesta. O antropólogo, Hans Momen, endossou o coro diante do Secretário de Educação do Estado da Paraíba. O gestor prontamente atendeu à solicitação dos dois. Aliou-se a eles na época o procurador da república, Luciano Maia, que emitiu mais um documento exigindo a oferta de vagas em escolas da cidade para os ciganos.

O homem que contribuiu com a acessibilidade do seu povo à escola, hoje se orgulha da sua filha Daniela que se formou em Administração. Formada, ela está cursando a sua segunda graduação: “Muito feliz porque ela conseguiu com o esforço dela. No meio de 5 mil concorrentes ela conseguiu a vaguinha. Não tem como não se orgulhar”, disse ela com os olhos marejados.

Arte Por Todo o Sertão



Figura 3: A dupla Leonardo e Ronaldo Cigano

Além do violão, Ronaldo tinha outro companheiro de seresta. Leonardo não tinha habilidade com nenhum outro instrumento que não a voz. A dupla não tinha também músicas autorais, o tempo era bastante escasso para compor alguma coisa. Todavia, a atuação no palco e os repertórios diferenciam os dois: “Cigano só gosta de música bonita, cigano não gosta dessas safadezas que tocam no rádio de hoje não”.

De Cachoeira dos Índios a Junco do Seridó, são raros os lugares que os seresteiros da noite, Ronaldo e Leonardo, não tocaram na década de 1960 quando ainda eram nômades. Um deles ainda surge na cabeça de Seu Ronaldo. Foi um show realizado na cidade

de São José de Piranhas, na qual a multidão abandonou a festa. Os dois nunca haviam tocado para uma plateia tão minúscula. Havia uns oito gatos pingados que só não deixaram os seresteiros mais tristes porque estavam curtindo o som.

A cena não foi fator de desânimo para Ronaldo Cigano que sempre teve na música o seu alento. O tempo passa e com ele caminhamos juntos sem parar e algumas décadas depois, quem diria que o santo da casa obrou um grande milagre? Em Sousa, terra que até aqui presenciamos seu empenho em ajudar o povo cigano, seu Ronaldo venceu um grande concurso de música brega que contou com grandes nomes da cidade, como Judimar Dias que compôs canções de sucesso para grandes bandas de forró como Magníficos e Limão com Mel. Participaram também muitos artistas de renome local e também de fora.



Figura 4: Ronaldo Carlos na final do Festival de Brega

A plateia foi ao delírio ao escutar Ronaldo interpretando a canção *Garçom* do Rei do Brega, Reginaldo Rossi. E os jurados não tiveram como não dar uma bela pontuação ao artista. Seu Ronaldo

tirou 704 pontos, 196 pontos à frente do segundo colocado que por coincidência também veio da comunidade, o também músico, César Cigano.

A saga da vida sedentária



Figura 5: Crianças jogam bola próximo ao lixo

Os grupos de ciganos sempre gostaram de Sousa. A cidade de relevo plano tinha uma população de 62.049 habitantes no final da década de 1970. Conhecida por ter a maior trilha de pegadas de dinossauros do mundo, a cidade sertaneja já se destacava no comércio e na indústria. A população cigana naquela época era nômade mas sempre tinha a cidade sorriso da Paraíba como um ponto de referência. Sua fixação em território sousense ocorreu devido à aliança entre lideranças ciganas e políticos locais como o então prefeito de Sousa, Antônio Mariz, que posteriormente foi eleito governador da Paraíba.

Mariz foi o responsável pelo projeto de construção das casas de alvenaria na comunidade. Promessa que ele não conseguiu cumprir pois faleceu antes de assumir o maior cargo político do Estado. Seu sucessor, José Targino Maranhão, honrou a palavra do seu correligionário construindo 100 moradias de tijolo para os povos ciganos. Foi o começo de uma nova era para seu Ronaldo que viveu uma juventude muito feliz nas andanças que fez pelo nordeste acompanhado de sua família.



Figura 6: Banheiro improvisado ao fundo do quintal da casa de um cigano

Ronaldo Carlos faz parte dos cerca de 1.500 ciganos que vivem na Paraíba. Mais de 95% do total deles vivem em Sousa, sendo a maior comunidade sedentarizada do Brasil. A Comunidade pertence à etnia Calon e localiza-se na periferia da cidade. Divide-se em três ranchos no bairro Jardim Sorrilândia, situado a 3 km do centro. Juntos, estes acampamentos somam cerca de 600 pessoas.

Se no começo, a fixação desses povos parecia a solução dos problemas, com o tempo fincar raízes em solo souseño terminou causando uma série de transtornos advinda da falta de adaptação

ao convívio com os juróns (não-ciganos, na língua calon). Os ciganos não são contemplados com nenhum serviço de saneamento básico, nem esgotamento sanitário, as pessoas vivem lado a lado com a proliferação de doenças que são provocadas pela falta de higienização.

Importunados pelos mosquitos; respirando o ar poluído pela fedentina dos esgotos a céu aberto, Seu Ronaldo, ainda tem que tirar lama de dentro da casa quando chove. Diz ele: “A cozinha da minha casa tem uma parte que fica só lama quando cai um sereno. As minhas netinhas correm perigo de pegar uma doença. Só não pega porque minha mulher fica de olho”.

Na gestão do ex-prefeito, Salomão Gadelha, foi implantado um encanamento para distribuição de água na comunidade. Contudo, a tubulação é muito fina e uma das reivindicações de seu Ronaldo para os gestores públicos é a substituição do encanamento para um melhor aproveitamento da água que chega nas casas. Os esgotos são despejados nos quintais e nas vielas onde as crianças brincam.

Seu Ronaldo se compadece dos seus vizinhos que vivem em uma situação mais precária do que a sua. Algumas residências não têm chuveiro, nem aparelho sanitário. Há ciganos que precisam fazer as necessidades fisiológicas nos matos. Outros ainda, nem ao menos têm banheiro e tomam banho em lugares improvisados ao ar livre.

Saneamento Básico em Sousa



Figura 7: Quintal do Seu Ronaldo

Os serviços de água, esgoto e saneamento do município de Sousa são geridos pelo Departamento de Águas, Esgotos e Saneamento Ambiental (DAESA) da Prefeitura de Sousa, criado em maio de 2004. Antes da criação deste órgão, a prestação destes serviços era efetuada pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) pertencente ao governo do Estado.

A dinâmica atual de distribuição de recursos hídricos e coleta de esgotos no município pode ser descrita da seguinte maneira: o DAESA usufrui de todas as tubulações da CAGEPA para captação de água, além de realizar o tratamento para oferta da população. O departamento municipal controla a manutenção das redes de água e esgotos da cidade e realiza a cobrança pela prestação destes serviços. No entanto, a autarquia municipal não estaria pagando nada à concessionária do Estado pelo tratamento da água. Estima-se que o débito do DAESA ultrapasse 40 milhões de reais, estando no topo da lista de devedores da CAGEPA.

O modelo de gerenciamento do abastecimento de água e esgotos no Município de Sousa é contrário ao disposto nas diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei nº 11.445/2007). Isto porque, a forma pela qual a autarquia municipal se encontra organizada não colabora para a gestão eficiente dos serviços.

A municipalização dos serviços de saneamento básico na cidade de Sousa surgiu com o propósito de promover uma melhor prestação destes serviços na esfera local, de forma a expandir a rede de abastecimento de água e a coleta de esgotos às zonas mais carentes, na medida em que as receitas arrecadadas com a cobrança das tarifas, seriam reinvestidas no próprio sistema tornando-o autônomo e autossustentável. Todavia, a autarquia municipal não se beneficia desta arrecadação, na medida em que dispensa a cobrança pelos serviços prestados, proibindo o corte por inadimplência.

Segundo o professor mestre da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-Campus-Sousa), Paulo Abrantes, “as inoperâncias surgem desde a criação do DAESA. Desde que o DAESA foi implantado, Sousa não dispõe de um plano municipal de saneamento, nem ao menos uma agência de regulação destes serviços. Assim, fica complicado fiscalizar as ações do prestador de serviços”.

Outra peculiaridade existente em Sousa é o fato de o DAESA não gerenciar o manejo dos resíduos sólidos, transferindo esta tarefa para a Secretaria de Infraestrutura, que por sua vez, negocia com empresas a coleta e a disposição final destes resíduos em aterro sanitário privado.

Para piorar as estatísticas do gerenciamento adotado pelo DAESA, os serviços de esgotamento do Município estudado são ineficientes, pois os esgotos produzidos são depositados diretamente no Canal do Estreito que corta todo o trecho urbano da cidade a

céu aberto. A princípio, este canal teria o propósito de drenar água da chuva.

De acordo com dados do Sistema de Informações da Atenção Básica do ano de 2013, a porcentagem de domicílios com acesso à rede de esgoto na cidade de Sousa é de 41,93%, estando abaixo da média nacional na qual 65,75% das residências brasileiras são contempladas com o serviço de esgotamento.

A luta continua

A comunidade Calon, que um dia já foi nômade, hoje se fixou em pleno semiárido, mas nunca deixou de lado um dos seus maiores valores, a liberdade. A liberdade para lutar pelos seus direitos e de continuarem a se expressar artisticamente através da música, da poesia e da dança.

O universo cigano se apresenta com inúmeras singularidades. Os ciganos de Sousa são sedentários, mas continuam seguindo o seu caminho e enfrentando os desafios. Lutam com bastante garra para sobreviverem com o mínimo de dignidade. Se as autoridades públicas terão sensibilidade para reverter o quadro desse povo, é algo que apenas o tempo dirá.

Apesar das dificuldades, Ronaldo Carlos, continua resistindo e intercedendo para melhorar a vida do seu povo. Não importa para onde vá, leva os seus companheiros sempre no coração. Este compromisso está explícito quando Ronaldo diz: “Não troco esta vida aqui por nenhuma outra, porque gosto do meu povo. E quem resolve os problemas sou eu. Já fui em vários Estados do Brasil em busca de ajuda para os ciganos. Nunca vou abandonar. É aqui que eu quero morrer”.

Saneamento para um paraíso chamado Intermares

ADRIANA BAGNO ALVES PINTO²⁴

Moro onde os outros passam férias: em frente a um paraíso chamado praia de Intermares, no bairro de mesmo nome, no município de Cabedelo, na Paraíba. Como boa mineira e acostumada em Belo Horizonte e arredores com rios, cachoeiras, morros e montanhas, jamais imaginei um dia morar de frente ao mar, com águas do Oceano Atlântico batendo à minha porta. Mais que isso, um local abençoado pela natureza, com uma fauna rica, abundante e viva. Um pedacinho digno de ser respeitado e preservado para todo o sempre.

²⁴ Jornalista, Apresentadora de TV (TV Tambaú/SBT Paraíba), Relações Públicas, Aluna do Curso de Mestrado Profissional em Jornalismo na UFPB turma 2018.1 adriana@adrianabagno.com.br

A natureza abençoou a cidade, pois, além das belas praias, o município de Cabedelo possui três Unidades de Conservação administradas pelas três esferas de governo: a Floresta Nacional da Restinga (Antiga Mata do Amém), área federalizada; o Parque Marinho de Areia Vermelha²⁵, de gerência estadual; e o Parque Natural de Cabedelo (Antiga Mata do Estado), que é Municipal.

O nome “Cabedelo” provém das dunas de areia fina e alva que se formam em suas praias. São elas: Praia do Dique, Praia do Miramar, Praia de Ponta de Mato, Praia Formosa, Praia de Areia Dourada, Praia de Camboinha, Praia do Poço, Praia de Ponta de Campina e, por fim, a Praia de Intermares – última praia no sentido norte-sul, situada entre os municípios de Cabedelo e João Pessoa, ou seja, entre os mares que banham as duas cidades. Daí originou-se seu nome no início dos anos 90.

Também conhecida como Mar dos Macacos, em toda sua extensão verifica-se uma ampla faixa de pós-praia recoberta por vegetação de restinga. Logo que mudei para cá, certo dia avistei garças passeando logo em frente à minha varanda e pensei: “Se eu disser às pessoas em Belo Horizonte que estou vendo essa cena, vão pensar que enlouqueci de vez”. Coisas de quem foi nascida e criada em cidade grande, muito distante do contato com a nature-

25 O Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha é um parque estadual localizado no município de Cabedelo. Apresenta uma área de 230 hectares, e foi criado pelo decreto estadual nº 21.263 de 28 de agosto de 2000. De acordo com o art. 1º do referido decreto, fica criado o Parque Marinho de Areia Vermelha, como Unidade de Conservação, localizada no litoral do município de Cabedelo, em área denominada pela Convenção das Nações Unidas o sobre o direito do mar a aproximadamente 01 km da praia de Camboinha.

za... Há também uma grande variedade de pássaros sobrevoando os céus por aqui. E olha que me refiro à uma praia urbana! Trata-se de uma das áreas mais valorizadas de Cabedelo, pois Intermares é o bairro mais verticalizado do município.



E não para nisso: no trecho sul da praia de Intermares ocorre a desova de tartarugas marinhas – algo raro nas praias urbanas do Brasil. Tive o privilégio de acompanhar de perto, várias vezes, o nascimento das tartaruguinhas, pois é neste cenário – o meu quintal! - onde atua o Projeto Tartarugas Urbanas (figura 2), da Associação Guajiru²⁶, uma ONG criada em 2.001 por Valdi Silva Moreira (hoje vereador de Cabedelo) e pelo casal de biólogos Douglas Zeppelini Filho e Rita Mascarenhas. No Brasil, só existe desova da tartaruga de pente na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Durante os 17 anos de atividade da Guajiru, estima-se que tenham sido preservadas mais de 150 mil tartarugas. Para Rita Mascarenhas, coordenadora do projeto, “É um trabalho totalmente voluntário, ninguém tem lucro financeiro com isso”.

26 Guajiru significa “fruto nativo na beira-mar”.



Figura 2 - Foto divulgação Projeto Tartarugas Urbanas

Além de ser uma área de desova de tartarugas de pente, como é conhecida a espécie *Eretmochelys Imbricata*, a praia de Intermares, por ter característica de ondas intermediárias, é também palco de práticas esportivas como o surfe e o kitesurf²⁷. Não raro acontecem campeonatos de ambos os esportes, atraindo atletas

27 **Esporte** aquático que utiliza uma **pipa** (comumente chamada pelos praticantes de kite) e uma **prancha** com ou sem alças (uma estrutura de suporte para os **pés**). A pessoa, com a pipa presa à cintura através de um dispositivo chamado trapézio, coloca-se em cima da prancha, comanda o kite com a barra, e sobre a água, é impulsionada pelo **vento** que atinge pipa. Ao controlá-lo, através de uma barra, consegue se deslocar (orçar ou arribar) escolhendo um trajeto, pegando ondas ou realizando saltos. Este esporte, relativamente recente, encontra-se num momento de grande popularidade e em crescente prática no **Brasil**, e no **mundo**. O nome resulta da junção de duas palavras **inglesas**: “Kite”, que significa **pipa** (papagaio em **Portugal** e pandorga, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no conjunto de Ilhas dos Açores, de Portugal e nas províncias de Cádiz - onde na cidade de Chipiona existe inclusive um concurso de “pandorgas”, e Huelva na Andaluzia, na Espanha) e “Surf”, do verbo inglês “to surf”, que significa “navegar”.

de vários estados do Brasil, e é nas suas águas onde os amantes destes esportes aquáticos realizam seu treino diário: os surfistas, num trecho localizado quase na divisa de Cabedelo/João Pessoa, apelidado de Praia dos Surfistas; e as pipas dos kitesurfistas colorem o céu de Intermares (Figura 3) em vários pontos dos seus sete quilômetros de orla, num ziguezague constante, de uma ponta à outra. Coisa linda de se ver, sempre que a maré e o vento estão propícios para a prática do esporte.



Figura 3- Kitesurfistas treinando em Intermares

Nesses meus nove anos como moradora e frequentadora da praia de Intermares, pude observar algo em comum no trabalho voluntário das pessoas em prol da proteção das tartarugas, e a prática esportiva dos atletas. Todos esses personagens são agentes efetivos de mudança, que dão exemplo de cidadania, conscientizando o público em geral da importância que é a preservação das espécies, e o respeito que se deve ter pelo meio ambiente. Seja através de palestras – como no caso da ONG Guajiru -, seja nas suas ações diárias voltadas para a proteção das tartarugas marinhas, ou mesmo no dia a dia dos atletas, que se preocupam em deixar livre de resíduos e lixo o trecho que frequentam, além da ideia de que o mar é a extensão deles mesmos.

Entretanto, muito ainda precisa ser feito de forma a preservar o meio ambiente. O saneamento básico de Cabedelo é bastante precário, o trabalho de coleta de lixo e o sistema de esgotamento sanitário também. Não há um trabalho de conscientização da população efetivo em todo esse processo e tudo isso me leva a refletir: como será a praia de Intermares daqui à cinco, dez, vinte anos?

A fim de colocar luz nesse futuro incerto, fui até a Secretaria de Meio Ambiente e Pesca de Cabedelo, onde fui muito bem recebida pelo secretário Walber Farias. Numa conversa de quase duas horas em seu gabinete, o secretário prontamente se dispôs a me informar sobre a situação do saneamento básico no município, e mais pontualmente no bairro em questão. Além da conversa, o Sr. Walber Farias, sempre solícito, me encaminhou depois documentos para me informar sobre a implantação do plano municipal de saneamento básico. Descobri um projeto bem feito e detalhado, com expectativas de soluções num prazo de execução de 20 anos.

Cabedelo: plano para o futuro

O município de Cabedelo, estado da Paraíba, foi um dos municípios contemplados pelo Governo do Estado da Paraíba, através Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). A empresa vencedora do processo licitatório foi a 3A Projetos Ambientais e a Ordem de Serviço foi emitida em 14 de Novembro de 2014. O Plano de Saneamento Básico do município foi elaborado em consonância com o documento denominado “Termo de Referência da Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia - SEIRHMACT”. O PMSB contemplou os quatro componentes do setor: Abastecimento de água potável; Esgotamento sanitário; Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

No dia 29 de setembro de 2015, uma audiência pública na Câmara Municipal de Cabedelo marcou a entrega da versão preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)²⁸. Um relatório de 364 páginas que, ao longo de um período de 20 anos, norteará todas as ações relacionadas ao abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Na ocasião, o secretário de Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura (SEMAPA) de Cabedelo, Walber Farias, comemorou: “Com a consolidação deste documento nós vamos saber como gerir o saneamento básico do Município, criando situações administrativas definitivas e orientando a população quanto às práticas danosas à saúde e ao meio ambiente, dentro de todos os eixos temáticos. Com isso, os projetos futuros serão subsidiados ao serem gerenciados pela Prefeitura, e assim haverá um aprimoramento no serviço público que é oferecido na cidade”. Segundo consta no documento, para a elaboração do prognóstico e planejamento estratégico, foi adotada como metodologia a reflexão sobre o território, sua infraestrutura, necessidades e expectativas da comunidade.

Fazendo um recorte para o tema aqui discorrido, bairro e praia de Intermares, houve uma mobilização social para a elaboração do diagnóstico técnico participativo do Plano Municipal de Sa-

28 O município de Cabedelo, estado da Paraíba, foi um dos municípios contemplados pelo Governo do Estado da Paraíba, através Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico- PMSB. A empresa vencedora do processo licitatório foi a 3A Projetos Ambientais, CNPJ 14.230.621/0001-76, registro no CREA/PB 000342437-5 e com escritório à Avenida Antônio Lira, nº 383 – Cj. 104, Tambaú, João Pessoa, Paraíba. A Ordem de Serviço foi emitida em 14 de Novembro de 2014. O Plano de Saneamento Básico do município foi elaborado em consonância com o documento denominado “Termo de Referência da Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia - SEIRHMACT”. Fonte: Relatório do plano municipal de saneamento básico – Prefeitura de Cabedelo – 29/09/2015

neamento Básico (PMSB)²⁹, realizada no Setor IV – Sede do Salão Social da Igreja Católica, em 05 de fevereiro de 2015. Na ocasião, segundo o próprio relatório, a comunidade de Intermares, dentre outras pontuações sobre esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos, denunciou um lançamento de esgoto a céu aberto na Avenida Mar Vermelho além de ligações de esgoto clandestinas na rede de drenagem. Na comunidade de Bela Vista, que pertence à Intermares, moradores relataram que há odores de esgoto quando ocorrem chuvas. A população do bairro considerou bastante precário o serviço de limpeza pública e ainda afirmou não existir lixeiras públicas, além de solicitar pontos de coleta seletiva. Na ocasião, a Secretaria de Meio Ambiente ficou de instalar emergencialmente, 50 lixeiras na orla de Intermares para minimizar os impactos de resíduos descartados na praia.

Como é do conhecimento de todos, os esgotos em estado bruto não devem ser lançados em rios, lagoas ou a céu aberto, pois contaminam os cursos d'água e causam doenças. O esgotamento sanitário deve ser coletado, tratado e deve ser dada destinação final adequada a esse efluente rico em carga orgânica e principal poluidor de rios situados em áreas com ocupação urbana. Segundo o relatório, não existem planos diretores de esgotamento sanitário no município de Cabedelo/PB. De acordo com dados fornecidos pela Cagepa (Companhia e água e esgoto da Paraíba), o município de Cabedelo/PB tem apenas 17,90% de tratamento de esgoto.

29 4.8. Diagnóstico participativo dos municípios de Intermares– Págs. 79 a 81 do PMSB

Anatomia do saneamento

Ainda nos eventos de mobilização social para a elaboração do diagnóstico técnico participativo, em resumo, os problemas encontrados em Intermares foram: 1) Lançamentos irregulares de esgoto a céu aberto; 2) Existência de ligações de esgoto clandestinas na rede de drenagem; 3) Existência de fossas sem mapeamento; 4) Falta de sondagem do lençol freático para não haver poluição pelas fossas. As redes não são inspecionadas regularmente, somente mediante denúncias e reclamações da população. O trabalho de limpeza e desobstrução da tubulação é realizado pela Cagepa.

Com relação aos resíduos sólidos, o relatório aponta que a prefeitura de Cabedelo não dispõe de banco de dados sobre o sistema de manejo dos mesmos e que o município não dispõe de aterro sanitário. No bairro de Intermares a coleta de resíduos domiciliares é realizada porta a porta às segundas, quartas e sextas feiras. Não existe gerenciamento informatizado do manejo de resíduos sólidos. O lixo da varrição é colocado em sacos plásticos e destinado ao aterro sanitário de João Pessoa. A limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final dos resíduos sólidos urbanos têm como destinação final é o aterro sanitário de João Pessoa.

Com base nesses dados e conforme levantamento para a elaboração do diagnóstico para a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), as prioridades levantadas pelos moradores de Intermares para saneamento básico da região são: 1ª Manejo de águas pluviais e drenagem urbana – pois foi constatado que o sistema de drenagem no bairro de Intermares é bem precário. Como prioridade imediata se registrou a construção imediata do sistema de drenagem para atender a 95% da população do bairro de Intermares – ; 2ª Esgotamento sanitário – o sistema de esgotamento sanitário operado pela Cagepa no bairro de Intermares também foi considerado precário. O Objetivo do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é a ampliação do sistema

de esgotamento sanitário de Intermares para atendimento a 95% da população num curto prazo de tempo; 3ª Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana e, 4ª Abastecimento de água.

Há muito trabalho a ser feito nesse sentido. E a colaboração de todos é primordial para o sucesso da implantação paulatina do PMSB de Cabedelo nesses 20 anos previstos para sua execução. Governos Federal, Estadual e Municipal precisam estar coesos nessa ação, além da colaboração participativa da população e a fiscalização adequada em todos os aspectos.

O relatório concluiu ainda que não há no município de Cabedelo nenhum trabalho efetivo de conscientização da população, nem mesmo para as mais simples ações, como o descarte adequado de lixo, por exemplo. A bióloga Rita Mascarenhas, do Projeto Tartarugas Urbanas, há tempos já havia constatado essa falha, e faz o que pode em suas incursões pelas praias no cuidado com a desova das tartarugas. Antes de cada espetáculo do nascer das tartarugas, uma palestra proferida por ela reforça para os visitantes cuidados básicos para a preservação do meio ambiente. Segundo a bióloga, ações pontuais como essas – a proteção da desova e o nascimento das tartarugas, aliadas a um trabalho de conscientização e informações técnicas, podem garantir a saúde ambiental para todos no futuro. “80% do lixo nas praias o mar é quem traz. 20%, é proveniente dos banhistas que aqui frequentam. Se cada um fizer a sua parte, já ajuda”, diz Rita.

O descarte inadequado de lixo é uma das maiores causas da morte de animais marinhos, como tartarugas e golfinhos. De acordo com Rita, as tartarugas confundem as sacolas com alimento. Também são costumeiramente identificados filamentos de cordas usadas em redes de pesca. “Esse material faz um bolo e entope o intestino dos animais”, e conclui: “O problema é muito mais abrangente que impedir a morte de animais. É também garantir a vida do ser humano em um planeta limpo. Estamos todos conectados...”, disse a bióloga,

lembrando a situação em que se encontra a Ilha do Lixo³⁰ no Oceano Pacífico³¹.



Figura 4 - <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2018/03/ilha-de-lixo-no-oceano-pacifico-e-16-vezes-maior-do-que-se-imaginava.html>

Segundo a revista Galileu (Figura 4), de 22 de março de 2018, detritos de diferentes países lançados em cursos d'água desaguardam

30 A região que fica entre a costa do estado norte-americano da Califórnia e o Havá já conta com 80 mil toneladas de lixo plástico que compõem uma área de 1,6 milhão de quilômetros quadrados. Em março desse ano, relatório divulgado pelo departamento de ciência do governo do Reino Unido revelou que até 2025, os oceanos do planeta estarão três vezes mais poluídos com plástico. Um estudo divulgado em 2016 pelo Fórum Econômico Mundial de Davos afirmou que até 2050 os oceanos terão mais pedaços de plástico do que de peixes. De acordo com estudos, esses materiais levam ao menos 450 anos para serem totalmente decompostos.

31 Detritos acumulados no oceano (Foto: Divulgação Ocean Cleanup)

no mar e vão parar na região: a incidência de correntes marítimas do Oceano Pacífico favorece a acumulação do lixo nessa região do planeta, em uma tendência que só aumenta. Ainda de acordo com a revista, estudo publicado no periódico científico *Scientific Reports*, indica que a extensão do lixo — que ficou conhecido como Grande Mancha de Lixo do Pacífico — tem uma área de cerca de mais de duas vezes o território da França. Trata-se de uma das maiores catástrofes ambientais produzidas pela humanidade. Seguindo o olhar para nosso pedacinho do oceano atlântico chamado Intermares, fica então o alerta: não se trata apenas de cuidar do nosso pequeno paraíso, mas do planeta como um todo. Ações simples, como o recolhimento do nosso lixo num dia de lazer na praia, pode fazer a diferença, e deveria ser uma prática comum e frequente. Infelizmente, não o é.

Um outro grave problema detectado no estudo de diagnóstico para a implantação do PMSB em Cabedelo é que existem redes de drenagem construídas no município, com inúmeras ligações de esgoto clandestinas sem nenhum tipo de tratamento, tendo como destino final o estuário do Rio Paraíba ou o mar. Outro detalhe importante: a “abertura” do maceió³² em Intermares para a vazão de água em época de chuva despeja no mar (via Rio Jaguaribe, depois via mangue), excesso de material orgânico, ou seja, esgoto, de cerca de 300 famílias em ocupações irregulares próximas ao rio. Quando isso ocorre, não há como não sentir o péssimo odor que infesta a região, além da alteração das águas da praia. Entretanto, segundo o secretário da SEMAPA de Cabedelo, Walber Farias, não é o suficiente para prejudicar a fauna marinha.

32 Espécie de lagoeiro formado no litoral por efeito das marés ou da águas pluviais.

Efeitos colaterais

Voltando ao relatório feito para a elaboração do diagnóstico e implantação do PMSB, abro aqui um parêntesis para citar alguns dos objetivos específicos³³, que compõem o objetivo maior de propiciar visão integrada e a articulação dos quatro componentes dos serviços de saneamento básico, bastante pertinentes para a preservação do meio ambiente do município. São eles: j) Promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente; k) Disponibilizar soluções sanitárias e ambientalmente apropriadas, do ponto de vista tecnológico, para o saneamento básico; l) Difundir medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde; s) Garantir medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública por meio de programa de educação ambiental e, ainda, x) Utilizar programa de educação ambiental e mobilização social como estratégia de ação permanente, para o fortalecimento da participação e controle social, respeitadas as peculiaridades locais e assegurando-se os recursos e condições necessárias para sua viabilização. Para cada um desses itens, programas e projetos a serem desenvolvidos por cada órgão competente foram determinados. A saber: Programa de Educação ambiental: Cursos, oficinas, reuniões; o que pode e o que não pode ser descartado nos rios; Programa de Bacias Hidrográficas: análise de espécies vegetais, renaturalização dos rios, plantio de árvores nativas, coibir o plantio de braquiária, restauração de nascentes; Educação em saúde ambiental: uso consciente da água; Identificação da destinação final: identificar lançamentos nos corpos hídricos e medidas de controle para reduzir o lançamento de resíduos nos rios; Limpeza de rios: mutirões, desassoreamento e campanhas.

33 Ítem 7.1 Objetivos dos Programas, projetos e ações, pgs 236 à 247. Disponível na secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura (SEMAPA) de Cabedelo.

Uma coisa é certa: o relatório foi muito bem feito, se atentando a detalhes e ações, e propondo a união de todos em prol do bem comum para a cidade de Cabedelo em termos de saneamento básico e preservação ambiental. Os dados foram lançados e a expectativa é de que tudo se cumpra. Em 29 de dezembro de 2017 o COMMEA – Conselho Municipal de Meio Ambiente foi criado através da Lei Complementar de nº 62, sancionada pelo então prefeito de Cabedelo, Wellington Vianna França. O conselho é composto por representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil do município, e é presidido o secretário do Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura, senhor Walber Farias. Ao COMMEA cabe exercer o controle social e acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Esporte e conscientização

tricampeão mundial de Kitesurf e dono de seis títulos brasileiros no esporte, o paraibano Wilson Veloso Júnior, 45 anos, conhecido mundialmente como Bodete, tem uma relação íntima com o mar – eu diria até mesmo emotiva -, desde criança. O apelido não é em vão: Bodete é o nome de um peixe que pertence à família dos serranídeos (conhecido popularmente também como mero, canapú, badejão, merete e merote), e o atleta, por sua relação com o mar, faz jus ao co-dinome. Ele conhece Intermares como ninguém: além de ex-morador, é nas verdes águas dessa praia que faz seus treinos (Figura 5) para disputar campeonatos mundo à fora, além do quê, mantém sua guarderia (Figura 6) e sua escola de kitesurf (Figura 6) na região, um espaço denominado Bodete Kite Club. Depois de anos localizado na praia de Intermares, atualmente o espaço se encontra em Ponta de Campina.



Figura 5 - Foto de Bodete treinando em Internares



Figura 6 - Local de armazenamento dos equipamentos de kitesurf dos associados.

Foto guarderia e escola Bodete Kite Club – Instagram: @bodetekiteclub

O atleta conta que viu o bairro crescer, e acompanhou de perto a sua explosão imobiliária, fazendo de Intermares e Ponta de Campina os bairros com o metro quadrado mais caros de Cabedelo. “A gente vê um crescimento desorganizado, mas ao que parece, agora a prefeitura parece estar fazendo um trabalho pra melhorar isso”, acredita Bodete, se referindo ao Plano Municipal de Saneamento Básico. “Cada um tem que fazer sua parte. A gente fica meio preocupado, o mar faz parte da minha vida... a gente mesmo se faz de fiscal da praia, instruindo as pessoas sobre o lixo jogado na praia. E a gente faz isso não apenas na areia, na água também. Como a gente veleja, tá sempre conversando com os pescadores. Tem situações de redes no mar em locais onde tem pouco peixe, e isso pode também matar as tartarugas”, reforça ele o alerta da bióloga Rita Mascarenhas.

O atleta reflete que, embora ele e os outros velejadores do Bodete Kite Club façam esse trabalho de conscientização com moradores e turistas, isso ainda é muito pouco:

“Principalmente no verão, quando o volume de pessoas que frequentam as praias aumenta muito, seria necessário um trabalho mais efetivo”. Segundo ele, seria preciso fazer um trabalho mais forte, direcionado para as escolas e também nos bares e restaurantes das praias, com fiscais pela orla conversando com a população. “A prefeitura deveria colocar fiscais nas praias orientando os turistas que chegam, além de implantar lixeiras pela orla da praia”. Bodete acredita na implantação do PMSB, pois trata-se de uma expectativa de todos moradores do município. “Eu vejo com bons olhos, minha expectativa é bem positiva. Torço para que o próximo prefeito a assumir Cabedelo dê continuidade a tudo isso”.

Explico aqui a preocupação do atleta no que se refere à continuidade dos trabalhos numa nova administração: O prefeito

Wellington Vianna França, mais conhecido como Leto Viana (PRP), foi afastado da prefeitura de Cabedelo após ser preso na Operação Xeque-Mate da Polícia Federal, um dos braços da operação Lava Jato. Ele **renunciou ao seu mandato no dia 16** de outubro de 2018. O ex-prefeito estava afastado do cargo desde o dia 3 de abril, após decisão da Câmara de Vereadores de Cabedelo. Como vice da chapa de Leto, Flávio Oliveira, que seria o sucessor natural do então prefeito, também foi afastado na Xeque-Mate, e veio a falecer no dia 15 de julho por uma insuficiência respiratória. O vereador Vitor Hugo (PRB), um dos cinco vereadores que não foram afastados na operação, assumiu a Prefeitura de Cabedelo após uma votação entre os vereadores, e desde então, vem gerindo o município como prefeito interino, o que ocorrerá até primeiro de janeiro de 2019, quando a função será exercida pelo novo presidente da Câmara até que ocorrem as eleições suplementares no município, marcadas para março do próximo ano.

Vontade política é primordial para o andamento do PMSB de Cabedelo, e é exatamente o que Wilson Bodete deseja para a preservação da praia de Intermares: “Poucos lugares no Brasil têm uma praia tão maravilhosa quanto essa, onde pode-se praticar várias modalidades esportivas aqui... Tomara que as coisas progridam, e que dê tudo certo pro município e pro bairro.” A situação política de Cabedelo só irá clarear em março de 2019 com as eleições para o próximo prefeito. Entretanto, sobre a preservação de Intermares e região no futuro, Bodete conclui: “Esse é o desejo de todos, e a população está empenhada para ajudar nisso tudo. Afinal, preservar essa praia é um trabalho de todos, em prol de todos”.

No dia 10 de novembro de 2018 o Tartarugas Urbanas convocou mais uma vez a população, através das redes sociais, para se inscrever no voluntariado do projeto, ao longo da temporada reprodutiva 2018/2019. Com as inscrições encerradas, agora é aguardar o trabalho dessa nova equipe, àvida por contribuir na preservação

dos ninhos e nascimento das tartarugas. Quem quiser se informar sobre o projeto, basta seguir o instagram @tartarugas_urbanas. E lá mesmo eles já avisam: “Fazemos o monitoramento diário para acompanhar fêmeas, ninhos e filhotes. Data, local e horário dos nascimentos são divulgados apenas pelas nossas redes sociais e sempre algumas horas antes das solturas dos filhotes”. A informação é de última hora mas, quer saber? Trata-se de um acontecimento imperdível para quem estiver próximo à praia de Intermares e região.

Vale a pena correr para vivenciar essa experiência. De quebra, quem assiste ao espetáculo ainda garante informações preciosas sobre a preservação ambiental para passar adiante. E as tartarugas agradecem, assim como todo o planeta Terra. Segundo o empresário Douglas Ribeiro Monteiro (Figura 7), de 62 anos, o Projeto Tartarugas Urbanas da ONG Associação Guajiru é de suma importância para a preservação da espécie, e completa: “Por isso a ONG foi criada. E a população precisa estar sempre por perto, inclusive cobrando a sua atuação”.

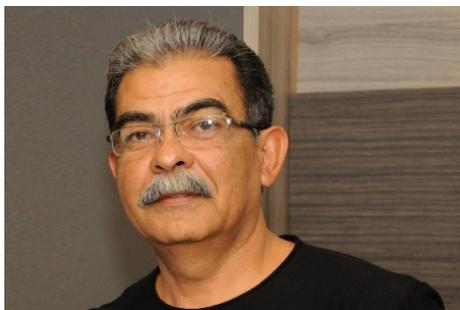


Figura 7 -Empresário Douglas Ribeiro Monteiro

Morador do bairro há dezoito anos, o empresário tem uma relação muito próxima com a região. Esteve à frente da AMI – Associação dos moradores de Intermares por seis anos como presidente,

e, juntamente com outros moradores engajados na luta pela preservação do meio ambiente, se orgulha de sua contribuição:

“Tivemos uma grande batalha nos anos 90 e 2.000 para criar uma área de preservação ambiental, nos mobilizamos como moradores da AMI. Naquela época muito atuante e com muita credibilidade perante a população, conseguimos retirar as barracas da beira mar, plantamos esse belo coqueiral, e iniciamos a urbanização, saneamento e galerias pluviais do bairro, eu acredito que plantamos uma semente”.

E que semente. A orla da praia de Intermares é uma das mais lindas de Cabedelo, livre da movimentação própria de praias urbanas que contam com bares e restaurantes poluindo a paisagem, o ar e o meio ambiente. Os coqueiros são uma atração à parte, ornando e abraçando a praia como se fosse um colar presenteado pela natureza, atraindo pássaros das mais variadas espécies. Sem medo de errar, e com a certeza que a paixão pelo local lhe traz, Douglas confirma: “Com certeza esse pedacinho que fica entre a Praia dos Macacos (conhecida por esse nome devido ao grande número de macacos da espécie sagui que habitavam os cajueiros nativos e a mata atlântica), do outro lado o rio Sanhauá, conhecido como a praia do Jacaré, continuará sendo o melhor lugar para se morar na grande João Pessoa”.

Com relação ao saneamento básico do bairro, o empresário é enfático na sua opinião, conhecedor que é dos problemas vividos pelos moradores nesse sentido: “Ainda é bem precário. Estamos completando 12 anos em que foi feito todo saneamento básico do lado Sul do Bairro que compreende o lado direito da Avenida Mar Vermelho, de quem entra em Intermares, inclusive o calçamento (Figura 8) com lajotas de cimento pré-moldadas. E o projeto inicial era de que o lado esquerdo da Mar Vermelho, ou seja, o lado Norte, também seguisse os mesmos padrões iniciados naquela época. Seria mais ecologicamente correto e humanizado”. Para ele, todo

planejamento do bairro deveria ser prioridade: galerias de esgoto, estações elevatórias e de tratamento de esgotamento sanitário, galerias pluviais e os referidos lagos de recepção, evitando que as galerias fossem canalizadas para o mar e aproveitamento dessa água para irrigação das áreas verdes e praças do bairro.

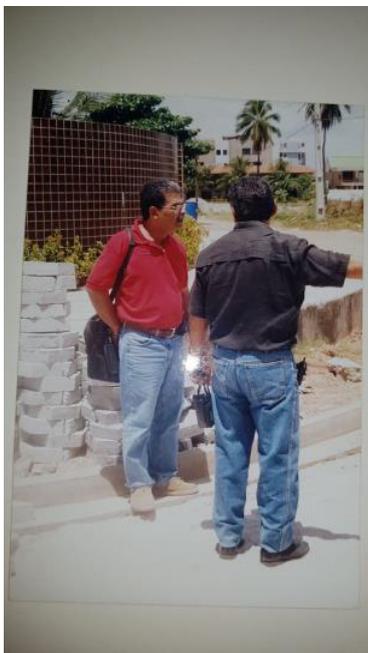


Figura 8 - Douglas Monteiro, então presidente da AMI, nas obras de calçamento do bairro

Frequentador assíduo da praia de Intermares onde faz sua caminhada diária, ele lamenta a falta de conscientização das pessoas no que se refere ao lixo deixado na praia, assim como ações outras que prejudicam a qualidade de vida dos moradores e do meio ambiente como um todo: “Infelizmente ainda somos primatas com relação ao manejo dos nossos resíduos sólidos e até as partículas aéreas provenientes da queima criminosa da vegetação e do lixo por alguns moradores, poluem demais o ambiente. Fora isso, tem também a poeira das ruas não pavimentadas, e das ruas asfaltadas”. Ao ser

questionado sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico para Cabedelo, é sua execução ao longo de 20 anos com a participação do governo e da população, o empresário, ao contrário do kitsurista Wilson Bodete, se mostrou pessimista. “Não acredito, pelo simples motivo que os interesses pessoais interferem diretamente no bom andamento dos projetos públicos e as pessoas que o administram se transformam em verdadeiras âncoras”, afirma do alto de sua experiência enquanto ex-presidente atuante da AMI.

“Intermares foi o lugar que escolhi para morar após 23 anos ausente do estado da Paraíba, chegando a me envolver diuturnamente com os problemas do bairro e a qualidade de vida de quem aqui habita”, lembra Douglas Ribeiro a sua história no início da fundação do bairro. “Todo esse envolvimento junto com Jurandí, do Posto Intermares, com o saudoso Durval, que hoje tem uma praça com seu nome, com o Dr. José Fernandes, e outros ilustres moradores. Mas, para mim, ainda é um paraíso!”, conclui, enfatizando seu amor e gratidão por viver aqui.

Utopia e paixão de formiguinha

Como moradora, concordo plenamente com meu vizinho Douglas quando ele diz ser aqui um verdadeiro paraíso. Nosso bairro é mesmo o orgulho dos moradores, e lugar melhor não há na região metropolitana de João Pessoa para se viver. Lembro como se fosse ontem quando meu marido Gustavo me trouxe para conhecer Intermares, já convicto de que era aqui onde moraríamos. Num sentimento misto de encantamento e incredulidade – pois custei a crer que esse verdadeiro jardim do Éden seria meu próximo lar – , me rendi e, claro, concordei de pronto. Morar aqui me acalentou a alma, um pouco entristecida de deixar minha família e parte da minha vida em Belo Horizonte... Hoje em dia toda a família já está mais que adaptada. Todos – eu, meu marido Gustavo e minha filha Júlia – não nos imaginamos morando em outro lugar. Desfrutar da

praia de Intermares é um programa da família (Figura 9) todos os finais de semana, até porque, meu marido também é amante do kitesurf. Procuo sempre ter uma atitude positiva com relação a tudo. Lendo o relatório sobre o PMSB de Cabedelo e conversando “olho no olho” com o secretário de Meio Ambiente e Pesca de Cabedelo, o Sr. Walber Farias, fiquei muito otimista sobre a melhoria do bairro com relação às ações a serem tomadas para a execução do plano, mesmo ciente de que a atual situação da política no município está um tanto nebulosa e complicada. Mas 2019 está aí, e a esperança de que um novo prefeito assuma à partir de março, e que honre os compromissos tão bem detalhados do relatório, segue comigo. Pode ser utopia ou ingenuidade de minha parte, mas acredito, de fato, que esse novo administrador – assim como também os outros que o sucederem ao longo dos vinte anos previstos para a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). – tenham consciência da importância de todas as ações ali previstas.



Figura 9 - Gustavo, Júlia e eu – Praia de Intermares – Novembro de 2017 . E Gustavo e Júlia

Enquanto isso, por pura gratidão de pertencer ao local, e tomando como exemplo o ideal dos primeiros moradores/frequentedores de Intermares – o empresário Douglas Ribeiro Monteiro, a bióloga Rita Mascarenhas, e o tricampeão mundial de Kitesurf Wilson Bodete –, vou fazendo a parte que cabe a mim. Com muito amor pelo bairro, pela praia, por Cabedelo, junto-me a eles nesse verdadeiro trabalho de formiguinha, alertando a todos à minha volta sobre sermos conscientes da preservação do bairro e da praia com ações simples, em prol de uma melhor qualidade de vida e um melhor futuro para nosso paraíso chamado Intermares.



Figura 10 - Gustavo velejando em Intermares – junho de 2017

Outro olhar sobre o Porto do Capim

“Não basta conhecer a realidade, é preciso transformá-la”

(Karl Marx).

MARCOS JOSÉ DA CRUZ VITAL³⁴

TÂNIA MARIA CORREIA BRAGA³⁵

Era outubro de 2018, final de uma tarde ensolarada de primavera, quando nos encontramos com as gêmeas idênticas Rossana Holanda e Rayssa Holanda, de 27 anos, na sede da Associação de

34 Marcos Vital é jornalista, repórter e apresentador da TV Universitária da UFPB (TV UFPB), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo Profissional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

35 Tânia Braga é jornalista, produtora executiva de programas de extensão da TV Universitária da UFPB (TV UFPB), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo Profissional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Mulheres da Comunidade Porto do Capim (AMPC). O lugar situa-se a uns vinte metros de uma das margens do Rio Sanhauá e também abriga o Ponto de Cultura Comunitário, onde se desenvolve o projeto “Garças do Sanhauá”, que fomenta, valoriza e apoia ações educativas, culturais e de comunicação na comunidade Porto do Capim.

Além do trabalho que realizam no “Garças do Sanhauá”, as duas moças mantêm o ateliê de beleza *Ibeji* (nome da divindade gêmea da vida, protetora dos gêmeos na mitologia Iorubá). O salão tem como especialidade o tratamento de beleza ‘afro’ e é dele que as irmãs tiram seus sustentos. Rayssa também é estudante de Psicologia e Rossana, além de fazer faculdade de Serviço Social, é presidente da AMPC.

Nossa visita teve como objetivo conversar com as jovens para saber delas sobre alguns projetos de infraestrutura e urbanismo que o poder público pretende implantar na região para revitalizar a área do Porto do Capim, hoje degradada, e melhorar as condições de saneamento básico naquela comunidade.

Dentre os projetos propostos pelos órgãos públicos, há dois que se destacam: o projeto de revitalização do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas –, da Prefeitura de João Pessoa, com recursos do Governo Federal; e o plano de redimensionamento e expansão da cobertura de esgotamento sanitário, proposto pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA).

Para Rossana, não é certo falar de revitalização, termo que, segundo ela, implica remoção de famílias que há muitos anos residem na comunidade. A jovem alega que deve haver, na verdade, uma requalificação para dar nova vida ao Porto do Capim. Rossana afirma que “a comunidade precisa é de qualidade” e lembra que um projeto da CAGEPA para ampliação do sistema de esgotamento foi iniciado, mas até agora está inconcluso por interfe-

rência da Prefeitura, que, na época da suspensão dos trabalhos, foi a responsável por pedir à CAGEPA a paralisação da obra numa manobra que tinha como estratégia política tirar todos os serviços básicos para desmobilizar a moradia e, então, enfraquecer a permanência.

Deste modo, confirma: “Temos um olhar bem particular no processo de militância que a gente vem tendo na comunidade. Na proposta de requalificação, a gente debate muito a questão dos serviços básicos, inclusive saneamento é um dos principais, pois o próprio nome já diz: saneamento ‘básico’”.

Aspectos históricos e geográficos

Vera Lúcia de Araújo, na pesquisa *As Transformações na Paisagem do Porto do Capim: leituras de uma paisagem urbana*, estuda a paisagem do Porto do Capim, motivada pela constatação de seu estado de intensa degradação, não obstante a sua singularidade histórica e paisagística. A investigação demonstra que o Porto do Capim, embora esteja situado no Varadouro, o primeiro bairro da cidade de João Pessoa, é uma área atualmente considerada “zona periférica”.

De acordo com a pesquisadora, documentos que remontam ao século XVII, nos quais há marcas da origem da cidade, já retratavam aquela região. O mapa mais antigo que se conhece a registrar a localidade é a obra iconográfica “Capitania da Paraíba em 6^o a Sul da Equinothial 1609”, do português Diogo de Campos Moreno. Tal registro foi feito apenas 24 anos depois da fundação da cidade, datada de 5 de agosto de 1585, por colonizadores portugueses, com o nome Cidade Real de Nossa Senhora das Neves, mas que, em 1588, em razão da União Ibérica (1580-1640), foi rebatizada de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao rei Filipe, que, na época, acumulava os tronos da Espanha e de Portugal.

A comunidade do Porto do Capim situa-se em uma das margens do Rio Sanhauá, afluente do Rio Paraíba do Norte, entre uma planície e uma colina, na zona central da cidade de João Pessoa. No local, há uma antiga estação elevatória de esgoto, mas o projeto de revitalização prevê o redimensionamento do sistema naquela região, o que, no entendimento de Rossana Holanda, pode causar prejuízo para a população ribeirinha, a qual carece ser ouvida, de participar dos debates pelas melhorias a serem implantadas no lugar. Ela questiona por que programar uma estação elevatória para um imenso calçadão em vez de usá-la para manter a comunidade.

Atualmente, existem frentes de discussões para tratar do assunto. Uma delas é liderada pela Associação das Mulheres do Porto do Capim que surgiu em 2014 a partir do movimento Porto do Capim em Ação - uma comissão criada em 2011 na qual há vários agentes envolvidos, desde moradores até integrantes de movimentos sociais da cidade e pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o objetivo de entender o projeto, não só na parte referente aos serviços básicos, mas principalmente no tocante às moradias. Consoante Rossana Holanda, o Ministério Público também entrou no debate e hoje se faz presente nessas rodas de discussões entre Prefeitura; comunidades, por meio de suas representações; Porto do Capim em Ação; AMPC e “Garças do Sanhauá”, que é o coletivo de jovens. Para Holanda: “O fato é que nenhum desses projetos foi findado e o que a gente tem, conseguiu e construiu foi com o nosso processo de luta, de uma proposta alternativa que inclusive permanece e que tem como ponto de partida a permanência da comunidade. É só requalificar algumas casas e relocar algumas famílias que estão em áreas vulneráveis para uma área mais próxima da comunidade. Não tem essa conversa de relocar para uma área distante”.

Por que o nome “Porto do Capim”

Na obra *Roteiro sentimental de uma cidade*, Walfredo Rodriguez revela o motivo pelo qual a localidade do Porto do Capim recebe este nome. Segundo o autor, proprietários dos engenhos localizados na margem esquerda do Rio Sanhauá transportavam, em canoas, o capim, gramínea forrageira utilizada na alimentação dos burros e mulas que conduziam os bondes movidos a tração animal, bem como os animais do batalhão da polícia militar que vinham se abastecer ali, nas casas de pasto no porto próximo à cidade, onde era depositada tal ração.

De acordo com a pesquisadora Vera Lúcia Araújo, a partir de meados dos anos 1930, a transferência da função portuária para o município de Cabedelo contribuiu para a estagnação da área do Porto do Capim que, paulatinamente, foi perdendo a condição de única centralidade, transformando-se numa zona periférica, enquanto o antigo Bairro do Varadouro entrava em gradativa decadência.

A autora conta que, na década de 1950, a região do Porto do Capim passou a ser ocupada por populações de baixa renda, em geral famílias de migrantes, muitos oriundos do meio rural, dando origem à comunidade que hoje lá se instala. Ela descreve como se deu o processo de ocupação e o porquê, ao explicar que a desvalorização imobiliária e as facilidades existentes, tais como a infraestrutura de transportes urbanos e a proximidade com o comércio varejista, contribuíram para a ocupação desordenada do solo urbano.

Além disso, as possibilidades de emprego remunerado com carteira assinada, a oportunidade de exercer atividade autônoma e, até mesmo, a participação no mercado de trabalho informal constituíram outros atrativos para tais populações, famílias sem

moradia que aos poucos foram ocupando espaços de desinteresse do mercado imobiliário.

A presidente da AMPC diz que proposições alternativas ao projeto de revitalização da Prefeitura foram apresentadas ao Governo Municipal. Uma proposta, construída por meio de um projeto de extensão da UFPB, sugeria a instalação de uma estrutura de saneamento básico, atestada por especialistas da área que satisfizesse as condições sanitárias suficientes para a população do Porto do Capim. O projeto, embora tenha se mostrado viável, foi rejeitado pela Prefeitura que informou não ter condições de implantá-lo.

A presidente da AMPC ainda diz: “Entendemos a importância dos serviços básicos, até porque muito se fala que os moradores são os culpados por poluir o rio. Porém, a maior parte dos dejetos da cidade já cai aqui no Rio Sanhauá e os moradores daqui não são diferentes dos de outras partes de João Pessoa. A gente fala que a gente não polui porque quer, e sim por falta de serviços básicos que não nos são oferecidos”.

Após apenas ouvir o que a irmã tinha a dizer sobre o projeto de revitalização do Porto do Capim, Rayssa Holanda quebra o silêncio e critica o Poder Executivo Estadual, imputando-lhe omissão no debate acerca da permanência dos moradores na região e das condições de insalubridade em que vivem. “Não se pode negar que o Governo do Estado não é uma figura que estimula o exercício de direitos de uma comunidade tradicional. Muito pelo contrário, impede o desenvolvimento dessas comunidades”, afirma a jovem.

Ela lembra que desde a infância já ouvia falar da remoção dos moradores do Porto do Capim e que, por isso, ainda na adolescência resolveu engajar-se na luta pela permanência com qualidade de vida. Sobre esta luta diz: “Lutamos para que de fato um projeto viável possa se materializar, se tornar um projeto técnico, não só arquitetônico. Nele, não só caberia a parte da habitação, teria

também a parte de reurbanização, enfim. O projeto que foi apresentado da forma como está só nos mostra o impacto da possível ameaça da remoção”.

Rossana então volta a falar e afirma que a população ribeirinha não foi convidada para as discussões em prol de um projeto que fosse construído com a participação de todos os envolvidos. Ela assevera que os moradores foram apenas comunicados do que iria acontecer. “A gente não só queria ser quem fosse visualizar todo o resultado da proposta, mas sim ser um membro participante da construção, até porque somos as partes mais envolvidas, mais impactadas desse projeto”, alega a presidente da AMPC.

De uns anos para cá, os moradores até que têm participado de debates a respeito de sua situação. Eles estiveram inclusive com o prefeito e fizeram protestos em sessão na Câmara Municipal de João Pessoa, mas nada disso gerou resultado algum.

Foi aí que, com o auxílio do Centro de Referência em Direitos Humanos (CDRH), um dos partícipes do projeto de extensão da UFPB na luta pela requalificação do Porto do Capim, construiu-se um relatório de violações que foi enviado ao Ministério Público Federal. A partir da intervenção, da participação do Ministério Público Federal nas discussões, foi que de fato houve avanços nas negociações.

Segundo as gêmeas, no final de 2016, o Ministério Público desenvolveu, com o auxílio de uma equipe técnica de antropólogos, um trabalho que tornou o Porto do Capim merecedor do Título de Comunidade Ribeirinha.

Para Rossana Holanda, isso acarreta certos benefícios, inclusive direitos de permanência: “Quando a gente se reconhece como comunidade tradicional, a gente consegue superar essa discussão que só foca a parte da relocação e, desta maneira, parte para a requalificação. Com a conquista do título, a Prefeitura teve que anu-

lar todo o outro projeto. Porém, até então não apresentou qualquer proposta nova, nem aceitou as nossas propostas”.

O que as autoridades falam

Eis algumas sugestões apresentadas pela AMPC à Prefeitura de João Pessoa, para a relocação de moradores da comunidade Porto do Capim, enquanto o projeto de requalificação estiver em andamento:

1. Que a área da antiga concessionária de veículos Proserv, mormente a parte de trás, um terreno muito grande de uma área desocupada, abandonada há mais de seis anos, sirva de espaço para habitação. Por se tratar de uma propriedade privada, a Prefeitura negociaria a compra ou promoveria a desapropriação. Dessa maneira, as famílias que moram em áreas de risco na Comunidade Porto do Capim seriam transferidas para uma localidade adjacente, próximo de onde mantêm seus laços familiares, econômicos, etc.;
2. Que a área de um curtume desativado, há oito anos abandonada e que fica bem perto da comunidade, seja habitada. Essa área já foi transformada em Zeis – Zona Especial de Interesse Social -, o que possibilita a construção de moradias, de PSF, de escolas. Como a região está irregularmente ocupada por pessoas de fora da comunidade há quatro anos, o projeto encontra-se momentaneamente paralisado. Entretanto, a proposta seria interessante do ponto de vista da população a ser relocada para o lugar, pelos mesmos motivos de fortalecimento e manutenção do vínculo de tradicionalidade;

3. Que a área nas cercanias da Escola Frei Afonso, nas proximidades da Oficina São Pedro, no bairro vizinho do Róger, possa ser habitada por moradores oriundos do Porto do Capim. A área também está desocupada e tem possibilidade de receber algumas residências.

Todas as propostas encaminhadas à Prefeitura de João Pessoa tratam de relocações e remoções parciais de residentes de áreas que realmente oferecem riscos à moradia. A faixa principal do Porto do Capim seria mantida, já que é local habitado por moradores mais tradicionais, mais antigos, os chamados “filhos da comunidade”, os quais têm um vínculo muito forte de pertencimento, mantendo, assim, os laços de uma comunidade tradicional ribeirinha.

Como os habitantes estão cientes da proposta de construção de um projeto de requalificação, muitos deles, que não são “filhos da comunidade”, não teriam problema algum em ir para outra área. Estas populações seriam transferidas provisoriamente para um conjunto habitacional da Prefeitura ou receberiam auxílio aluguel enquanto as casas nas proximidades da Comunidade do Porto do Capim estivessem em construção. Uma vez concluídas as obras, essas famílias retornariam às redondezas. Os projetos ainda sugerem que o conjunto habitacional, seja de casas, seja de apartamentos, permita a chamada “moradia evolutiva”, viabilizando a expansão física do imóvel em caso de ampliação do número de membros da família ou de abertura de um pequeno comércio pelo proprietário.

O que as autoridades falam sobre os projetos de infraestrutura para o Porto do Capim

Fomos à procura de representantes de órgãos dos governos municipal e estadual envolvidos em projetos de infraestrutura para a melhoria das condições de vida da população do Porto do Capim,

bem como a órgãos de fiscalização. Após várias tentativas para agendar uma entrevista com alguém da Secretaria de Planejamento de João Pessoa, responsável pelo projeto de revitalização do Antigo Porto do Capim, conseguimos, com a devida autorização da titular da pasta, o contato do engenheiro Rodolfo Lins, o qual nos forneceu, via correio eletrônico, alguns dados.

De maneira bastante sucinta, ele informou que a Prefeitura de João Pessoa pretende investir, com recursos do PAC Cidades Históricas, aproximadamente 15 milhões de reais e que parte de tal montante seria aplicado em saneamento, o que inclui o esgotamento sanitário para a captação, condução e destinação dos resíduos dos equipamentos públicos e possíveis áreas de comércio com lanchonetes e banheiros públicos.

Rodolfo Lins explanou que, como benefícios à comunidade local, o projeto como um todo incentivaria o turismo na área, bem como o devido tratamento das edificações e o acolhimento de famílias que hoje residem em áreas de risco iminente nas proximidades do rio, além de um *retrofit*³⁶ da região, trazendo novos espaços públicos de recreação e incentivando também a economia local, com novas possibilidades de comércio.

O engenheiro da SEPLAN/JP afirmou que, durante a execução do projeto, haveria necessidade de remoção e reassentamento de famílias, em especial as que estão em área de risco. A quantidade de famílias a serem removidas é incerta, pois o trabalho social está sendo desenvolvido.

36 Palavra que significa “colocar o antigo em forma” (retro do latim “movimentar-se para trás” e fit do inglês, “adaptação”, “ajuste”). Termo cada vez mais ouvido no mercado de construção civil, aplicado ao processo de revitalização de edifícios. Mais do que uma simples reforma, ele envolve uma série de ações de modernização e readequação de instalações. O objetivo é preservar o que há de bom na construção existente, adequá-la às exigências atuais e, ainda, estender a sua vida útil.

Na Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, falamos primeiramente com o Diretor de Operação e Manutenção Joaquim Almeida Neto. Ele disse que a primeira estação elevatória de esgoto da Cagepa, em João Pessoa, ainda hoje se encontra ali, no bairro do Varadouro, bem próximo ao Porto do Capim. A edificação foi projetada por Saturnino de Brito, o pioneiro da engenharia sanitária e ambiental no Brasil, há aproximadamente um século. “Aque-la estação é a elevatória que dá menos problemas em termos de manutenção. E ela é a mais antiga! Para vocês verem o quanto ela foi bem projetada. Esse cara era excelente, é verdade!”, exclamou o diretor.

Joaquim Almeida Neto revelou que em João Pessoa está sendo desenvolvido um projeto, o qual ainda não foi licitado, denominado “Universalização do Esgotamento Sanitário”. Segundo o engenheiro, o Ministério Público está muito empenhado em acompanhar a execução desse projeto de engenharia sanitária, principalmente o Ministério Público Federal. Em uma audiência no MPF, a CAGEPA comprometeu-se, em parceria com a Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA) e com a Prefeitura de João Pessoa, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), reduzir precárias condições de esgotamento em algumas localidades de João Pessoa, a começar pelas praias em janeiro de 2019.

Depois de nos falar sobre como será implantado o projeto de ampliação da rede de coleta de esgotos na capital paraibana, mormente nos bairros nobres, o Diretor de Operação e Manutenção da CAGEPA disse-nos que para que obtivéssemos mais informações sobre o projeto de redimensionamento a ser implantado lá no Porto do Capim, encaminhar-nos-ia ao engenheiro Luciano da Nóbrega Pereira, Gerente de Projetos da companhia, o qual estaria a par, mais profundamente, dos projetos de saneamento arquivados, executados e em implantação, não só de João Pessoa, mais

de toda a Paraíba. Como Luciano Pereira não se encontrava na CAGEPA naquele momento, uma vez que estava em campo, retornamos dias depois.

Ao voltarmos, fomos recebidos pelo Gerente de Projetos na sala que ocupa na sede da companhia. Ele explicou que o saneamento básico, no conceito de quem trabalha nessa área, é composto de quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e drenagem urbana.

Consoante o engenheiro, a CAGEPA atua em dois desses quatro componentes, que são o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, e que há um projeto de desenvolvimento no qual está programada a reestruturação da rede de coleta de esgotos em toda a região metropolitana de João Pessoa. Luciano Pereira disse que o projeto ainda está numa fase em que não foram apresentados todos os produtos dele, não estando totalmente definido, portanto, o que será feito na área do Porto do Capim especificamente.

Entretanto, ele explicou que o esgotamento sanitário foi implantado naquela localidade há muitos anos e funcionando de maneira satisfatória também há bastante tempo. O esgoto que é gerado naquela região do Porto do Capim, tanto ali como em toda a cidade baixa, é direcionado para a estação elevatória do Varadouro, a mais antiga de João Pessoa, que, por sua vez, é bombeado até o chamado “tanque do S”, onde é feito o tratamento de esgoto.

Uma vez tratado, é lançado no estuário do Rio Paraíba. Tal elevatória, apesar de ser bem antiga, vem sendo melhorada há um longo tempo. O engenheiro da CAGEPA defendeu que o sistema de esgotamento na área do Porto do Capim não necessita de ampliação: “Provavelmente o novo projeto vai somente revisar e não vai propor grandes melhorias de tratamento lá. Como é uma área muito antiga, de ocupação consolidada e em que não há uma nova ocupação, não tem um adensamento de população local que jus-

tifique uma mudança. Provavelmente ela vai ficar ou permanecer igual ao que está e que hoje funciona perfeitamente”.

Na Promotoria do Meio Ambiente e Patrimônio Social, do Ministério Público do Estado da Paraíba, o promotor José Farias de Souza Filho revelou-nos que, diferentemente do que os representantes da CAGEPA afirmam “sessenta por cento da população de João Pessoa, portanto 60% dos domicílios do município - e aí se inclui o pessoal do Porto do Capim - não têm rede coletora de esgotamento sanitário, quanto menos de tratamento”. Ele foi enfático ao dizer que a população do Porto Capim está em situação de perigo: “Eu estou usando o termo ‘perigo’, porque tecnicamente faz-se distinção entre risco e perigo. Risco é quando se está exposto a algum evento da natureza, um risco de *tsunami*, alguma coisa assim. Agora, quando esse risco é provocado por uma ação humana ou omissões humanas, tecnicamente classifica-se como perigo”.

José Farias de Souza Filho justificou que não há como separar bem-estar, ambiente e saúde, pois nós estamos num ambiente e, neste ambiente, você tem que ter todos os fatores. Portanto, para se atingir o bem-estar há de serem satisfeitos requisitos objetivos e um deles é o acesso ao saneamento básico e seu usufruto. “Não há bem-estar onde você não tem coleta e tratamento de esgotamento sanitário. Por quê? Porque esses dejetos estão na sua porta, na sua casa; então, você não pode considerar que tem bem-estar”, explanou.

O promotor assegurou que a rede de esgotamento sanitário na cidade de João Pessoa é precária e apresentou os papéis de uma ação civil pública, há cinco anos julgada, condenando a CAGEPA e o município de João Pessoa a fazerem os devidos reparos no sistema, visando a promoção de melhorias na qualidade da coleta de esgoto em grande parte da cidade.

Ele disse que se hoje a CAGEPA e a Prefeitura falam em projeto de universalização do sistema de esgotamento sanitário é porque

antes não havia. A rede coletora, implantada há 50 anos, assistia a regiões onde só havia casas; hoje, com a verticalização da cidade, em um terreno onde era para haver uma família morando há dezenas. “O sistema não comporta mais tantos dejetos e é por isso que ele está defasado em todo canto. Assim sendo, há perigo para a saúde coletiva, por causa do esgoto *in natura* que é lançado no meio ambiente, ocasionando perigo de doenças contagiosas”, afirmou.

O membro do MP estadual sustentou que tal perigo aumenta no Porto do Capim, porque além de não ter coleta e tratamento adequados de resíduos sanitários, a população daquela localidade também é precariamente assistida pelo sistema de coleta de resíduos sólidos. “A gente constatou num outro estudo, num outro inquérito civil, aqui na Promotoria, essa situação. Se você não tem coleta e tratamento de esgotamento sanitário e coleta regular e tratamento de resíduos sólidos, não pode falar em bem-estar, porque excrementos e lixo estão por toda parte”, asseverou.

O *caput* do artigo 225 da Constituição Federal assegura que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Da mesma forma, o inciso segundo do artigo 7º da Política Municipal de Saneamento Básico do Município de João Pessoa (Lei Complementar Municipal 93, de 30/12/2015) garante “o ambiente salubre, indispensável à segurança sanitária e à melhoria da qualidade de vida, como direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de assegurá-lo”. Como forma de cotejar o que está contemplado nesses diplomas constitucional e legal com a realidade das populações que vivem em áreas de risco na capital paraibana, a pesquisadora Lorena Gonçalves da Costa

Araújo apresenta o estudo Índice de salubridade ambiental das comunidades em área de risco em João Pessoa-PB.

Tal índice foi criado com o intuito de exibir indicadores das situações de salubridade ambiental nos locais investigados, segundo classificação da Defesa Civil de João Pessoa, para servir como ferramenta, seja na atualização da política de saneamento da cidade, seja na implantação e avaliação de medidas de saneamento, de modo a priorizar a requalificação ambiental das áreas de risco pesquisadas.

A salubridade ambiental pode ser entendida como a qualidade ambiental capaz de prevenir doenças que são veiculadas pelo meio ambiente e de aperfeiçoar as condições favoráveis à saúde da população urbana e rural. Para mensurá-la em cada localidade estudada pela pesquisadora na cidade de João Pessoa, fez-se uso do cálculo do ISA/JPC³⁷ (Indicador de Salubridade Ambiental para as Comunidades de João Pessoa). Tal equação estabeleceu-se com base em uma metodologia desenvolvida pela Câmara Técnica de Planejamento do Conselho Estadual de Saneamento do Estado de São Paulo (CONESAN) e é expressa pela média ponderada de indicadores secundários de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de resíduos sólidos, de controle de vetores, de drenagem urbana e de condições socioeconômicas.

Para Lorena Gonçalves da Costa Araújo, “a salubridade ambiental, diretamente ligada ao saneamento básico em seus diversos componentes, busca a integração sob uma visão holística e de racionalização de uso dos recursos públicos.” A tabela 1 apresenta o resultado do estudo feito pela pesquisadora, mostrando que, segundo parâmetros por ela utilizados, ao comparar os indicadores de salubridade ambiental de outras 24 áreas de risco apontadas

37 $ISA/JPC = 0,26.lab + 0,21.les + 0,16.lrs + 0,11.ldu + 0,16.lse + 0,10.lcv.$

pela Defesa Civil de João Pessoa com o ISA/JPC do Porto do Capim, este acaba por enquadrar tal região no que se classifica como comunidade com baixa salubridade.

Tabela 1. Ranking com o resultado do Indicador de Salubridade Ambiental

RANKING	COMUNIDADE	ISA/JPC	CLASSIFICAÇÃO
1 ^a	KM- 19/ BR-230	87,21	Elevada Salubridade
2 ^a	Barreira do Cabo Branco	78,19	Elevada Salubridade
3 ^a	Jardim Coqueiral	75,47	Elevada Salubridade
4 ^a	Santa Emília de Rodat	74,90	Elevada Salubridade
5 ^a	Santa Bárbara	74,73	Elevada Salubridade
6 ^a	Tito Silva	74,67	Elevada Salubridade
7 ^a	Santa Clara	74,05	Média-Alta Salubridade
8 ^a	Renascer I	73,62	Média-Alta Salubridade
9 ^a	Arame	73,13	Média-Alta Salubridade
10 ^a	Comunidade do “S”	70,10	Média-Alta Salubridade
11 ^a	Padre Hildom	69,80	Média-Alta Salubridade
12 ^a	São Rafael	69,71	Média-Alta Salubridade
13 ^a	São José	69,51	Média-Baixa Salubridade
14 ^a	Saturnino de Brito	69,12	Média-Baixa Salubridade
15 ^a	Boa Esperança	68,17	Média-Baixa Salubridade
16 ^a	Riacho/Riachinho Felipéias	67,53	Média-Baixa Salubridade
17 ^a	Porto de João Tota	65,03	Média-Baixa Salubridade
18 ^a	Nova República	58,49	Média-Baixa Salubridade
19 ^a	Porto do Capim	56,82	Baixa Salubridade
20 ^a	Beira da Linha	56,74	Baixa Salubridade
21 ^a	Chatuba	56,68	Baixa Salubridade
22 ^a	São Geraldo	55,93	Baixa Salubridade
23 ^a	Maria de Nazaré	52,97	Baixa Salubridade
24 ^a	São Judas Tadeu/ Rua Ari Barroso	49,98	Baixa Salubridade
25 ^a	Bananeiras	47,87	Baixa Salubridade

Fonte: Índice de salubridade ambiental das comunidades em área de risco em João Pessoa-PB

Os dados dessa pesquisa corroboram a preocupação do Ministério Público do Estado da Paraíba com o bem-estar das pessoas que vivem em áreas de risco e estabelecem um entendimento mínimo acerca da razão pela qual a Promotoria do Meio Ambiente e Patrimônio Social instaurou, em 2010, um inquérito civil público para averiguar as condições de salubridade em localidades como o Porto do Capim. Ademais, em 2013, o MP distribuiu ação civil pública contra o Município de João Pessoa e a CAGEPA, os quais acabaram por ser condenados, em sentença proferida em setembro de 2018, a apresentar projeto técnico para expansão da rede de esgoto e a pagar uma multa por danos morais coletivos: “Por que pagar essa multa? Porque o pessoal do Porto do Capim, como o restante da população de João Pessoa, tem o direito fundamental a ter coleta e tratamento de esgoto. Esse direito está sendo negado pela CAGEPA e pelo Município. Nesse ônus, eles são solidários e vão ter que pagar cinco milhões de reais a título de danos morais coletivos. Essa é a sentença”.

Perguntado se a Prefeitura e a CAGEPA poderiam recorrer, depois de prolatada a sentença que as condenou a fazer todas as mudanças necessárias para ampliar a rede de esgotamento sanitário, não só na região do Porto do Capim como em todo o Município de João Pessoa, José Farias de Souza Filho explicou que esta é uma sentença em primeiro grau e, portanto, elas podem recorrer ao Tribunal de Justiça. Entretanto, a força do recurso não é expressiva, pois a Prefeitura e a CAGEPA, com outros órgãos como SUDEMA e SEMAM, já haviam assinado um termo de compromisso extrajudicial com o Ministério Público Federal para fazer, voluntariamente, esse trabalho de expansão da rede.

De acordo com o promotor, quando se elabora um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), um dos pressupostos do termo é que caiba à parte incumbida do ônus confessar a responsabilidade pelo dano ou pela omissão, se não ela não vai assumir o

compromisso de fazer. Como a Prefeitura e a CAGEPA assinaram esse termo que implica uma confissão pública, a promotoria pretende juntar o TAC à ação na hora que tiver vista da sentença para responder ao recurso. “Extrajudicialmente e de público, perante o Ministério Público Federal, elas reconheceram os fatos aqui alegados, que agora querem contestar. Então, esse recurso já nasce morto”, assegurou.

Já quando indagado se a CAGEPA e a Prefeitura poderiam recorrer contra a aplicação da multa, ele respondeu que sim, porque a multa não se discutiu extrajudicialmente. “Elas podem recorrer quanto à multa por danos morais coletivos, estabelecida para ser paga solidariamente pela CAGEPA e o Município, cujo valor vai para o Fundo Estadual do Meio Ambiente. Esse dinheiro é aplicado na gestão das unidades de conservação ambientais”, explicou o promotor.

A burocracia foi uma constante companheira em nossa investigação. No começo, pareceu-nos fácil ter acesso a dados e informações; todavia, as coisas foram tomando outro rumo. O que aparentemente levaria poucas horas de conversa para ser obtido, durou dias. Foram várias as tentativas de se conseguir marcar entrevistas com as autoridades públicas. Custou-nos entender essa burocracia que o serviço público exige, de termos sempre que preencher formulários, fazer requerimentos, falar do objetivo da pesquisa e, principalmente, detalhá-la.

Enfrentamos os percalços e corremos atrás do prejuízo. O tempo passava rapidamente e restavam poucos dias para o prazo de entrega deste nosso ensaio. Então, entre idas e vindas, apelamos para a compreensão dos entrevistados sobre a importância da concessão dos depoimentos para nosso trabalho. Enfim, por vários meios - entrevista cara a cara, via redes sociais ou através de mensagens de correio eletrônico, conseguimos amenizar a demora.

Entramos em contato com a Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa, mais precisamente para falar com a Chefia da Divisão de Fiscalização (Defi), na pessoa de Allison Cavalcanti. A princípio, ele pareceu-nos uma pessoa bem prestativa e simpática, mas a burocracia outra vez nos perseguia, não por culpa dele, mas do sistema. Então, seguimos todas as orientações por ele mesmo prestadas para conseguir entrevistá-lo.

Resumidamente, Allison respondeu-nos por e-mail que, na apuração de denúncias de supostos crimes ambientais, as ações de fiscalização na localidade do Porto do Capim sempre se depararam com obstáculos. “A população do Porto do Capim é bastante reticente à presença das equipes da Defi. Eles oferecem resistência à entrada de nosso pessoal na comunidade, alegando que lá os fiscais não são bem vindos”, relatou o Chefe da Divisão de Fiscalização.

Ele justificou que, em razão da falta de receptividade por parte da própria população, a Defi deixou de promover ações naquela área. Entretanto, Allison disse crer que este quadro se modifique com a concretização do projeto da Prefeitura que propõe a requalificação do Porto do Capim.

Questionado, então, sobre a execução do projeto de requalificação, o chefe da Defi ressaltou que informações mais detalhadas acerca de tal projeto proposto para aquela área do Porto do Capim estariam disponíveis no site³⁸ do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa ou na própria sede da Secretaria Municipal de Planejamento. Ele salientou que, para conseguirmos algum material impresso acerca do projeto, deveríamos dirigir-nos à SEPLAN e solicitar todos os documentos de forma protocolar, ou seja, nos termos burocráticos do órgão, o que é a praxe nessas circunstâncias.

38 <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/plano-de-acao-sustentavel/>

Em nossa concepção, as informações poderiam ser mais transparentes e de fácil acesso. Ademais, os dirigentes dos órgãos de governo deveriam ter mais autonomia para prestar esclarecimentos e, assim, não ficar no simples apego a uma solicitação de abertura de um processo para obtenção de dados públicos, o que retarda o andamento de nosso trabalho de investigação como um todo e cria obstáculos ao próprio direito dos cidadãos de tomar conhecimento acerca de assuntos que lhes dizem respeito e do modo como o erário é gasto.

Na Superintendência de Administração do Meio Ambiente, estivemos com o superintendente João Vicente Machado. Ele elogiou a parte de nossa pesquisa que trata do questionamento sobre a qualidade e a potabilidade da água que supre a Comunidade do Porto do Capim e frisou que os gestores não podem desassociar aquela localidade do sistema de abastecimento integrado da Grande João Pessoa.

Por já ter trabalhado na CAGEPA, João Vicente defendeu, com veemência, o abastecimento de água feito pela companhia, garantindo que a CAGEPA confere à água que fornece o padrão de potabilidade aceitável em todos os polos de tratamento, com um pH no nível ótimo, quantidade de sais em nível ótimo e cor em nível também ótimo, seguindo parâmetros de potabilidade definidos pela ONU.

Com bom humor, o superintendente contou-nos que sempre enfatiza o tema da prevenção em saúde pública em suas palestras, fazendo um comparativo entre os papéis da CAGEPA e da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba: “A Secretaria de Saúde do Governo do Estado não é aquela situada na Avenida Dom Pedro II, não! É a Cagepa! A secretaria na Avenida D. Pedro II é a secretaria da doença; ela cuida da patologia quando já está instalada. Costumo dizer que a verdadeira secretaria da saúde é a CAGEPA; ela

sim distribui água com potabilidade em quantidade suficiente e qualidade satisfatória”.

Diante de tal afirmação, buscamos saber dele se havia, na SUDEMA, resultados de exames de mensuração da qualidade da água que é distribuída pela Cagepa ao Porto do Capim. O dirigente explicou que a SUDEMA cuida da balneabilidade, ou seja, não fiscaliza a qualidade da água de ingestão, mas, sim, as características da água de banho e ainda informou que seria na CAGEPA onde encontraríamos os subsídios necessários para enriquecer nosso estudo, em resposta a tal questionamento. “Os dados históricos sobre a qualidade da água, especificamente, vocês vão obter junto à CAGEPA, até porque ela já faz coletas periódicas no Porto do Capim. Na CAGEPA, vocês poderão pegar um mapa com o histórico longo a respeito da qualidade e do tratamento da água”.

Já que a SUDEMA é um órgão de fiscalização ambiental que faz análises de balneabilidade, então pedimos a João Vicente que apresentasse algum estudo de medição da qualidade da água de banho do Rio Sanhauá, mais precisamente aquela às margens do Porto do Capim. Para a nossa decepção, mais uma vez a burocracia cruzou nosso caminho e o superintendente sorriu, dizendo: “formalizem outro pedido! Desta vez informando a finalidade do trabalho, e assim abriremos as portas dos exames laboratoriais que nós temos”.

Ao questioná-lo se tinha conhecimento de que há pessoas da Comunidade do Porto do Capim se queixando especificamente do serviço de esgotamento sanitário, considerando-o precário, o superintendente concluiu a entrevista com o mesmo argumento de outras autoridades com as quais conversamos, ao expor que a área do Porto do Capim é servida de rede de esgoto há muito tempo, uma vez que a região foi contemplada com tal sistema de coleta já na época do primeiro projeto elaborado para a cidade de João Pessoa, por volta de 1926.

O destino do lixo e da gente

ANDRÉA BATISTA³⁹

THIAGO FIGUEIREDO⁴⁰

Sábado, 10 de novembro de 2018. Ainda é manhã, passa um pouco das 10h, mas o calor é desproporcional mesmo para uma cidade do litoral nordestino. Eles já estão aqui há horas, mas parecem

39 Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba (1997), especialista em Gestão de Mídias Digitais pela Unicorp (2016) e aluna do Programa de Pós-Graduação de Jornalismo da UFPB (2019), onde desenvolve pesquisa sobre fake news no jornalismo. Está em Assessoria de Imprensa e já exerceu as funções de repórter, chefe de reportagem e editora de jornal impresso; também foi produtora de TV e chefe de produção de rádio. Cada história contada, lhe transforma a alma.

40 Mestrando em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (2019). Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Rádio e Televisão pela UFPB (2007). Atualmente é servidor estatutário da UFPB na área de Comunicação Social. Possui experiência na área de Comunicação Audiovisual: fotografia, montagem e edição para cinema e televisão. Pesquisa TV pública e também, os seguintes temas: jornalismo esportivo e televisão pública; interprogramas, tecnologia e política, herói, anti-herói e o homem pós-moderno no contexto cinematográfico e televisivo seriado.

não sentir o mesmo desconforto que nós. Aliás, tudo indica que sentir e querer para esta gente são luxos dispensáveis. Trabalham em condições insalubres e precárias: não recebem salário, não podem adoecer, estão expostos a acidentes e a doenças o tempo todo; não têm oportunidades, porque não sabem, ao menos, ler e escrever; moram no município com o 22º maior PIB per capita⁴¹ do Estado e sobrevivem das sobras dos seus mais de 44 mil habitantes⁴². Às vezes, comem e dão aos filhos alimentos que nutrem os urubus da região.

Mas, isso tudo deve mudar! Em menos de um ano, as aves terão que migrar e procurar outros locais para executarem o papel natural de faxineiras do meio ambiente. E Nego, Zezinha, Penha e Adriano? Assim como os bichos, eles estão alheios ao destino próximo e, por mais degradante que seja estar aqui, os quatro não têm, hoje, outra opção a não ser conviver com este mundo de lixo.

Saímos de João Pessoa, percorrendo 58 quilômetros para conhecer o lixão do município de Mamanguape, uma cidade de porte médio localizada no Litoral Norte da Paraíba, repleta de contradições tão comuns no Brasil. Por hora, a paisagem à nossa frente é de uma estrada estreita, ladeada por uma monocultura que há muitos anos domina a região e se estende a perder de vista, a cana-de-açúcar.

Chegamos a uma bifurcação, mas os motofretistas que encontramos no trajeto nos disseram que devíamos seguir sempre em frente. O jeito é perguntar ao trabalhador que está vestido da cabeça aos pés, pronto para lidar com pesticidas e agrotóxicos e... com o sol. Este portentoso sol, por sinal, é um personagem importante

41 Fonte: PIB dos Municípios-base de dados 2010-2016, IBGE.

42 Fonte: IBGE, estimativa da população 2018, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/panorama>

nesta história. O trabalhador que cuida da imensa plantação de mamão nos indica o caminho e desaparece no meio dos mamoeiros.

Seguimos pela estrada de barro. O terreno muda, passamos a ver as plantações somente pelos retrovisores do carro. Os urubus dão voos rasantes no terreno adiante. Os “pés de lixo” (arbustos cobertos de materiais mais leves que são espalhados pelo vento) que brotam por todos os lados anunciam que chegamos ao nosso destino.

Pisamos naquele solo e sentimos o desconforto da temperatura aumentada pela queima dos dejetos ao redor. No terreno maltratado pelo mau uso, todas as sensações parecem ampliadas. A previsão era de 32 graus, mas o suor na nossa pele ferve... Será que é uma amostra do inferno? Quem são os condenados que estão por aqui?

Ainda bem que achamos a sombra de um barraco. Improvisado com móveis velhos e utensílios claramente encontrados no próprio lixo, ele nos oferece segundos de relativo alívio. Sem condições. Não dá para abrir a boca ou respirar com tantas moscas, dezenas delas, centenas talvez... Não ficamos para contar. Sob o sol, ao menos, elas não incomodam. Quem suporta este lugar e a esta hora, com esta temperatura, meu Deus? Cadê os humanos que nos disseram que estariam aqui? Parece um lixão-fantasma! Mas, calma! O levantamento fornecido pela Prefeitura dizia que 61 catadores sobrevivem da atividade de coleta de resíduos sólidos no município. Não é possível que tenhamos perdido a viagem.

Aqui e ali, mais barracos (como é uma área grande não dá para contar, mas parecem dezenas). Assim como o primeiro (aquele do qual as moscas nos expulsaram), são feitos com pedaços de madeira, plásticos, grades velhas e outras matérias-primas daqui mesmo.

A maioria tem um sofá, banquinhos para sentar e até um fogareiro. Pessoas conseguem cozinhar e comer aqui, junto com o mau cheiro e na companhia de aves que apreciam carniças. Mas ninguém mora aqui (pelo menos, achamos que não), é só um jeito de dar algum conforto a quem passa mais de oito horas ininterruptas neste lugar.

A quentura chega a doer na nossa pele besuntada de protetor solar, mas desacostumada com tamanha agressão, afinal, diferente de uma praia, ali circula pouco vento, um vapor envenenado sobe da terra que queima, literalmente, e se junta aos gases gerados pela decomposição do lixo. Estamos fazendo o reconhecimento da área: roupas, calçados, móveis velhos, pneus, pedaços de madeira, brinquedos, carcaças de aparelhos eletrônicos, seringas, frascos de medicamentos... tudo contrastando com os pés verdinhos de carrapateira (mamona) e uma bananeira que parece resistir, não se sabe como, naquele lugar tão insalubre. Tem de tudo aqui, mas faltam pessoas: “Ali, Thiago. Eles estão ali em cima daquela montanha de lixo”, Penha, Adriano, Nego e Zezinha estão ao lado dos urubus, que, de tão acostumados com a presença de humanos, nem se importam mais.

Já sabíamos que encontraríamos situações de privações, pois qual o tipo de pessoa que, se pudesse escolher, trabalharia em local tão ruim, causticante e exposto a intempéries climáticas e sem as condições mínimas? Não era para nos chocarmos, afinal, somos profissionais, buscamos sempre manter o distanciamento que aprendemos ser da natureza do jornalismo, pois só queremos contar histórias. Mas é inevitável, não há como não se envolver. A cena é desumana. Eles nos percebem. Nos aproximamos: “Bom dia! Estamos procurando por Nego”. Responde: “Sou eu”!

Explicamos o motivo da nossa presença. Desconfiados, nos aceitam, mas como se não tivessem outra opção (será que sabem

que não são obrigados? Mais tarde, perguntamos). Vencida a primeira batalha, um alívio: teremos histórias para contar.

O caminhão carregado de lixo chega e os quatro trabalhadores nos deixam para trás e vão rapidamente ao encontro do novo lixo.

Acompanhamos. Ajeita daqui, afasta dali... A caçamba despeja e sobe a nuvem de poeira corremos para tentar respirar, não é salutar inalar os esporos espalhados no ar. Eles não se importam e avançam para o lixo com seus gadanhos (ferramentas semelhantes a garras). Cada um em uma ponta ao redor da nova pilha de lixo, inconscientemente, formam um retângulo bem distribuído sob o relevo recém-formado e começam a exploração. Arrastam o material na direção dos pés. Sem luvas, pegam o papelão, o plástico, a garrafa, a roupa usada... Cada um vai criando seu monte individual de material. E, nesse processo sincrônico e repetitivo seguem até que os quatro gadanhos se encontram.

Ainda desconfiados com a nossa presença, puxamos conversa. Somente Nego, com certa relutância, responde. Mas temos que gritar, porque não estamos calçados adequadamente para afundar os pés no lixo. As respostas ficam, às vezes, inaudíveis e... que calor. Acabamos de chegar, somos mais jovens e mais saudáveis, mas já estamos desfalecidos. Precisamos deixá-los. Aqueles barracos nos parecem acolhedores. Combinamos de esperá-los lá para uma conversa, uma pausa. As moscas? Já não parecem tão nojentas. A necessidade nos faz mudar de opinião.

Nego: um líder, homem agradecido

Arlindo Martins, 54 anos. Na realidade, a pele é mais avermelhada pelo sol, do que enegrecida pela raça. Nove filhos, mas somente o mais novo (de 12 anos) vive com ele, fruto do seu segundo relacionamento. Tentamos chamá-lo de Arlindo, mas todos ali o conheciam por “Nego”. Ele nos conta que a primeira mulher mor-

reu doente, mas sem diagnóstico: “Naquele tempo que ela morreu ninguém sabia o que tinha, não”.

Nego nasceu no Sertão, no município de Gado Bravo, a 183 quilômetros da capital João Pessoa. Chegou em Mamanguape aos 12 anos de idade, deixando pai e mãe que por lá faleceram. Já tinha trabalhado na roça com o pai, mas quando mudou de cidade só arranjou trabalho em depósitos de material de construção, carregando e descarregando materiais, fazendo uso de sua força física como energia motriz para sua subsistência. E como em muitos outros casos semelhantes, nada de carteira assinada. Assim se expressa: “No tempo que eu trabalhei nesses negoço num tinha (carteira assinada), não”.

“Essas botas que vocês usam foram doadas pela Prefeitura?” – perguntamos ao observar que todos trabalham com botas, mas de diferentes modelos e cores.

Respondem: “Não. Isso a gente acha aí. Chega aí, a gente bota os pés”.

Nego é reconhecido como o líder do grupo, mas não assume esse papel quando fala conosco. Apenas, sorri. E as circunstâncias não lhe impedem de sorrir bastante. Quando a gente pergunta “se já achou alguma coisa valiosa no lixo”, responde: “O mais valioso que podia achar aqui era dinheiro e nunca achei”, todos sorriem.

Fala Zezinha, para finalmente se entrosar na conversa: “Pois, eu já achei dois reais. Isso é o mesmo que 10 quilos de papelão que eu ajunto”.

Nego conta que o trabalho no lixão é um bico para alguns, quando as usinas de cana-de-açúcar da região param, esses passam a obter seu sustento do lixão. Mas, para ele, é o único ganhão. Mesmo sem muita compreensão e com bastante simplicidade, tenta nos mostrar a importância do seu trabalho para o meio

ambiente: “Antigamente não tinha nada disso. Não tinha gente catando. Ficava tudo aí, na natureza”.

Nego tem toda razão. Aliás, esse lixo não deveria estar aí. Apesar do cansaço no rosto queimado pelo sol, diz que aguenta bem o trabalho fatigante. Não sabe, ao certo, quantas horas de trabalho por dia, mas diz que começa bem cedo, por volta das 6h e que só interrompe o trabalho para um lanche, na hora do almoço. Encerra depois das 15h. Isso de segunda a sábado, caso não adoeça.

No lixão, cada catador tem seu barraco ou canteiro para juntar o material que coleta. São honestos uns com os outros. O material fica ali dias, até que o comprador venha e leve.

Nego afirma que: “Esse barraco que nós tá né da gente, não. O nosso é lá embaixo. Eu tenho o meu. Ela tem o dela (Penha) e ela tem o dela mais ele (Zezinha e Adriano). Ninguém mexe”.

Interpela Zefinha: “Mai tem vez que mexe, né?”

Confirma Nego: “É. Mas só nos alumínio... O povo que trabalha aqui mesmo num mexe, não. É gente de fora. A média que eu tiro aqui é negoço de 500 contos. Mas também a folga que eu tenho é no domingo.

Pergunto: “Para uma cervejinha?”

Responde: “Às vezes, mas num gosto muito não, porque veja: eu posso cair doente qualquer tempo. Aí tenho que guardar algum dinheiro e num vou gastar com bebida, né? Guardo uma mixaria: cem conto, duzentos conto. Gente como a gente não guarda dinheiro, não. Hoje tá bom, amanhã tá doente. É só vir a precisão que vai embora o dinheiro”.

Pergunto: “Vocês têm Bolsa Família?”. Responde: “A mulher tira uns cento e vinte conto”.

Nego, a mulher e o filho adolescente sobrevivem com R\$ 700, por mês, isso quando ele está podendo trabalhar.

Nego confirma o ganho: “É nessa faixa. E dá muito bem! Eu não vivo falando. Dá pra ir escapando, graças a Deus. E nunca paguei aluguel, viu? Morava numa casinha de taipa, mas faz uns oito anos que o governador fez a casinha pra nós. Eu moro na Rua do Meio, em Sertãozinho”.

Zeinha entra na conversa: “É... Minha casa tá caindo e num fizeram ainda”.

Os quatro colegas de trabalho também são vizinhos de bairro. Todos moram na Rua do Meio, há alguns quilômetros dali. O jeito de falar deixa claro que estas são pessoas com baixo grau de instrução.

Conta Nego: “Não sei qual foi o tempo que eu fui numa escola. Agora, isso é um negócio que a gente não estuda e hoje tá arrependido. Se arrepende sim. Num estudemo. Eu mesmo estou arrependido. Num estudei e tô arrependido!”.

Informamos que ainda há tempo, que há muitos adultos alfabetizados através do EJA em Mamanguape e indagamos se não há salas de aula para adultos próximas às casas deles? Responde: “A gente chega enfadado em casa, cansado...A vida é tão lutada. A vida da gente aqui é lutada” complementa Zeinha e, desta vez, não ri, como de costume e paira uma sombra no olhar.

Zeinha: ela dá risada até da tristeza

Maria Rodrigues da Silva, mais conhecida como Zeinha, 36 anos (na verdade, ficou indecisa entre 35 e 36 anos). É meio tímida, mas daquelas pessoas que parecem dizer o que pensam. Está sempre sorrindo, mas esconde a boca com a mão ou abaixa a cabeça, talvez para que ninguém perceba que faltam-lhe alguns dentes. É uma mulher jovem, a pele negra e bonita, mas de aparência sofrida. Ela diz que o nome dela deveria ser Maria José, mas o pai registrou errado. “Aí, ficou Zeinha, mesmo”, ri.

Vive com Adriano, também companheiro de lixão, com quem teve quatro dos seus nove filhos. O primeiro veio no início da adolescência, aos 12 anos, quando fugiu com um menino um ano mais velho. Moram juntos há sete anos (as contas não batem muito bem com a idade, mas talvez seja só uma confusão que a gente faz mesmo, quando não pensa com calma). Zezinha acorda, todos os dias, às 5h. Diz ela: “Faço o café dos meu fi. Encho a barriga deles. Aí hoje fui na rua (comércio, feira...). Cheguelo aqui nove horas e comecemo a trabalhar”.

Indagamos: “Já tinha lixo aqui pra catar?”. Responde: “Tinha. E já tava eles dois aqui, já” e aponta para Nego e sua amiga, Penha.

Interrogamos: “Das 9h até agora (11h24) vocês não pararam? Esta é a primeira parada para conversar com a gente?”. Responde Zezinha com um riso alto e triste: “Foi. Na semana, não posso vir porque meus fi estuda e tenho que ficar em casa. O mais novo tem um ano e cinco mês e o mais vei tá com 17, mas num mora mais eu, não. Veve na casa da tia, pra lá, graças a Deus”.

Perguntamos: “Ele dava trabalho?”. Responde: “Não. É que é muito aperrei lá em casa. Muito pirrai”, mais uma vez pontua a frase com uma gargalhada.

Zezinha nunca trabalhou fora. Nunca teve carteira assinada, nem tal documento tem. É dona de casa desde os 12 anos de idade, até que, segundo ela, “o negócio apertou e teve que batalhar”. Há sete anos, virou catadora de fins de semana. Como os demais, não usa nenhum equipamento de segurança, a não ser as botas plásticas (os pés devem cozinhar dentro daquilo) que achou ali mesmo. Apesar de, num rápido passeio pelo terreno, encontramos materiais perfurocortantes, como seringa com agulha. Zezinha diz que nunca se machucou gravemente catando lixo: “Só de vez em quando a gente se machuca, mas só de leve, nada grave”.

Perguntamos, se ela estudou, se sabe ler: “Uhhh. Não”, solta o sonoro riso, agora nervoso.

Perguntamos: “Vocês vivem com que renda? Quanto tiram daqui? Têm Bolsa Família?”.

Zeinha responde: “Pra dizer a verdade, mesmo, o mió que tiro lá em casa é o Bolsa Família, mesmo, porque se fosse pelo dinheiro que a gente tira aqui... ih minha fia, num dava pra nada”, sorri novamente.

Indagamos: “Quanto recebe do Bolsa Família?”, responde: “Tiro quinhentos... quinhentos e pouco. Sei mais não”, o riso não pode faltar.

Perguntamos: “E aqui do lixão, dá pra tirar quanto?”.

Ela não responde, olha para Adriano, seu companheiro, pedindo alguma ajuda ao galego.

Adriano Lorentino e sua faca-peixeira

Adriano Lorentino (não sabemos se é assim que se escreve, mas assim foi falado), marido de Zeinha e pai de quatro filhos pequenos.

Perguntamos: “Sua idade, Adriano?”. Responde: “Vinte e seis...”,.

Interfere Zeinha: “Vinte e sei? Tu tem 37, criatura? Ora, vinte e sei? Oxi, só quer ser novin. Marminino. Quem tem 36 é eu”. A esposa protesta, interrompendo a conversa, e todos riem, até Adriano, meio envergonhado por ter errado a própria idade. Talvez tenha se atrapalhado na sua timidez ou não costuma contar os anos, afinal, contar o tempo em algumas ocasiões pode se assemelhar a uma atividade masoquista.

Parece tímido, mas pode ser só desconfiado, afinal de contas, não tinha obrigação de falar sobre a sua vida para dois estranhos.

A cor da pele é branca, apesar de estar esturricada; os olhos azuis; os lábios com crostas de bolhas que viraram feridas feitas pelo sol e nunca foram tratadas. Parece um homem forte, mas, ao mesmo tempo, frágil, diante daquela situação.

Interrompe de novo, Zezinha: “Esse aí nunca fez um exame na vida dele”.

Já trabalhou em usina de cana-de-açúcar, mas diz que não quer mais, porque é muito pesado. Ficamos imaginando o que pode ser mais pesado do que ficar horas a fio debaixo de sol para conseguir uns poucos trocados. Pensamos que podia ser apenas orgulho mesmo, de dizer que não tinha um trabalho fixo, porque não queria e pronto.

Perguntamos: “Dá pra tirar R\$ 500, por mês?”.

Adriano, que estava sempre afastado, só balança a cabeça, acenando que não. Dá um riso envergonhado e baixa a cabeça, riscando o chão com um pedaço de pau, querendo encerrar aquela conversa, talvez.

Insistimos: “R\$ 100? R\$ 200...”. Responde: “Nessa faixa...”.

Continuamos: “Você estudou, Adriano?”. Responde: “Estudei pouco. Parei pra ajudar meu pai na usina. Trabalhava e dava o dinheiro a ele” conta parecendo querer justificar que não sabe ler por uma boa causa.

Adriano fica ali se escondendo por trás da bicicleta que é o seu meio de transporte até o lixão, com Zezinha na garupa. Isso, “quando não está quebrada. Quando quebra, nói vem a pé”, lembra ela. O galego confirma com um movimento de cabeça, tira a faca-peixeira da cintura e começa a afiá-la em uma pedra no chão, acocorado. Seria o ato um subterfúgio ao nosso interrogatório?

Penha: água quente e boia fria

Maria da Penha dos Santos, 45 anos, cinco filhos, mas nenhum vive com ela. O companheiro, 17 anos mais novo, é mecânico. Eles montaram uma oficina em casa, com R\$ 2 mil emprestados por um parente, mas, por enquanto, não está rendendo o esperado. Por isso, ela não pode abandonar seu trabalho no lixão. De segunda a sábado, Penha acorda às 3h (no bom do sono da madrugada).

Indagamos: “Por que tão cedo?”, responde: “Pra ajeitar minha boia. Deixar o almoço dele (marido) pronto, casa varrida, louça lavada... Nós ‘chega’ aqui 6h... Todo dia. Sempre tem as carradas e a gente cava também. Tem dia que o carro chega cedo, tem dia que chega tarde. Mai a gente vai catando aí”.

A lida é pesada, mas o rendimento quase não dá para uma cesta básica.

Continua: “Uns 300/350. O homem traz a balança, pesa aqui e paga a gente”.

Perguntamos: “Você sabe ler, Penha?”. Responde rápido: “Não...”

Continuamos: “E tem vontade de aprender?”.

Responde: “A gente chega cansado em casa. A vida é muito corrida aqui e a gente chega cansado. Tem dia que a gente chega em casa 4, 5 horas (16h/17h). Vai fazer jantar, lavar a louça. A gente dorme cedo...”. Continuo: “E seus filhos fazem o que no Rio de Janeiro?”.

Responde: “Eles trabalha. Um trabalha no açougue, outro no mercado. Minha menina é gerente de um mercado e os outros dois trabalha com o pai”.

Penha morou 22 anos no Rio de Janeiro, com o ex-marido e os filhos. Separou-se e trouxe os dois menores que voltaram para o Rio algum tempo depois. Ela diz que os filhos mandam algum di-

nheiro pra ela, que ajuda a pagar as despesas. Há três anos, descobriu um tumor em um dos seios e faz tratamento com medicação “para não virar maligno”.

Gasta um terço do dinheiro que tira no lixão com protetor solar receitado pelo médico e diz passar várias camadas para proteger o seio do sol. Ela não estava muito à vontade para falar sobre a doença, que não sabe nem o nome correto, mas desabafa: “Está nos exames”. Penha não re replica o protetor nenhuma vez, neste tempo que conversamos. Não há sequer uma torneira por perto para lavar as mãos e o rosto. A água que bebem de tão quente, nem deve matar a sede.

Continua relatando Zezinha: “A gente tem só dor de barriga. Acho que é isso (a água é quente). A semana todinha eu e o véio (Nego) fiquemos com dor de barriga, mas aqui não tem banheiro. Pergunto: “Como vocês fazem?”. Zezinha responde: “Oia aí, que é mato. Corre pro mato”, todos caem na risada.

Eles também almoçam ali mesmo. Olhando aquele lugar, eram tantas moscas, que podiam cobrir qualquer superfície, inclusive os nossos calçados e as botas deles (como aguentavam aquelas botas plásticas naquele calor?).

Perguntamos: “E essas moscas, Penha? Vocês não acham que elas trazem doenças a vocês?”. Pondera: “É. A gente come quase no lixo né? Prejudica”.

Completa Nego: “A gente traz o cumê mais fácil que tem: fuba. Tem gente que cozinha aqui, mas a gente traz”.

Comem o que seria lixo para alguns

Sim, eles levam suas marmitas ou bóia, como diz Penha. A não ser quando alguém acha alguma coisa em aparente bom estado. As seis caixas de ovos que acharam uns dias antes da nossa visita foi a

mistura para o fubá. Mas, essa revelação não foi feita prontamente. As respostas que se seguiram nos mostraram que nos tornamos confiáveis. Quando a gente pergunta se já acharam alguma comida aproveitável ali no lixão, eles olham uns para os outros, como se quisessem combinar a resposta correta: “Eu nunca achei, mas tem gente que acha e leva...”.

Faz uma pausa e continua: “Teve vez que o mercado mesmo botou aí pra gente o que não pode tá na prateleira mais, comida que vem e que dá pro caba aproveitar mesmo”.

Nego fala primeiro, se referindo a produtos vencidos que iam para o lixão, mas não estão mais indo com frequência, talvez, porque os supermercadistas temam ser punidos por oferecer produtos rejeitados:

“Cozinhemo os zovos aqui ó”, Adriano quebra o seu próprio silêncio (ele achou os ovos no meio do lixo) para mostrar a lata que serviu de panela, amassada e suja de tisna.

Eles estavam à vontade, finalmente sorriam e conversavam como se fôssemos velhos conhecidos. O casal, Zezinha e Adriano, contam que ainda levaram uns seis ou sete ovos para os filhos: “Aqui era bom ser assim (ter mais comida ofertada), mas os mercados num querem mais é vir aqui dar pra gente. Aqui, eu já achei feijão, arroz... Ontem, eu achei uma barra de chocolate, levei pra casa. Foi uma festa com os menino. Tava catando, aí falei: “meu Deus do céu, Penha, que é que tem ali, ó”. Aí peguei. Antigamente, eu comia carne direto, tudo boa, que deixavam aí. Agora não tô comendo mais não” relata Zezinha.

Perguntamos: “Quando foi a última vez que você comeu carne com seus filhos?”

Responde: “Minha fia, carne? Fai muito tempo que a gente não come carne. Acho que já fai um ano. Frango a gente come. Num

falta cumê pros meninos, não. A gente compra fiado”. O Bolsa Família acaba por ser o garantidor de crédito no mercado.

Fechamento do lixão, só um boato

Finalmente, entramos no assunto que nos levou até ali: o fim do lixão, anunciado pela Prefeitura, após o Ministério Público da Paraíba dar um ultimato aos municípios que ainda mantêm o despejo de lixo a céu aberto.

Nego diz franzindo a testa, um pouco contrariado. “Tamo sabendo, né? Até agora ninguém veio falar com a gente não”.

Disse (não diz quem disse) que ia sair até o final do ano. É o boato que corre. “Sem esse lixo aqui, pra gente, vai ser luta. Se tiver carro pra levar, a gente vai. Se não tiver, vai ser ruim, né fia? É muito é longe” (pensam que a usina de beneficiamento será no aterro sanitário que está sendo construído há uns 20 km dali).

Completa Zezinha: “Num dá pra ir de bicicleta, não. Se eles não levarem a gente pra lá... Tô achando que eles vão levar a gente pra lá, viu? Já tão trabalhando lá no posto de Jacaraú, já. Eu não vi, não. Mai disseram que vão fazer um aterro sanitário lá. Mai eu não vi, não. O comentário tá aí. Não posso dizer que vai ser melhor, nem pior, porque nunca vi lá, mas vi falar que vai ser igual a João Pessoa, lá. João Pessoa lá é tudo cadastrado, o povo lá. Vejo aí o povo dizer que o povo vai catar nas ruas, nas casas. Que as pessoas vão logo separando o lixo. Eu acho que catar na rua é melhor. Tô achando que eles vão botar todos os catadores pra ir catar na rua”.

O confronto e profusão de ideias sobre o futuro do lixão mostra a desinformação de Nego. E olha que ele é uma espécie de líder dos catadores do lixão de Mamanguape.

Alertamos: “A Prefeitura tem 61 catadores de materiais recicláveis no cadastro. Vocês acham que vai ter lugar pra todo mundo no novo projeto?”

“Pra todo mundo num vai ter. Mai esse povo catador de lixo num vão pra lá, não”. Nego, de novo, responde pelo grupo. Questionamos: “E se não der certo? Se vocês não forem, como será?”. Retruca: “Arrumo outra coisa e vivo. Pra tudo Jesus dá um jeito, né”.

Parece querer animar os colegas.

Questionamos: “E Zezinha, vai fazer o quê?”.

“Vou ficar tite”, ela usa a linguagem infantil para dizer que ficará triste e faz beijo, como se fosse uma criança perdida. Depois ri e é acompanhada pelos demais. Faz uma pausa e continua: “só de Bolsa Família, aí o bicho pega, pai. Vem os remédio, vem o leite do menino... No tempo dos meus menino num tinha esse negócio de Bolsa, não. Nada, nada, nada, mai graças a Deus eu criei tudin. Quando a mãe deles faleceu, fiquei com dois pequenos, aí eu fui pra João Pessoa, arrumei um cumê lá pra dar aos meninos e se criaram aí”.

Completa Adriano, baixando a cabeça para rascar o chão mais uma vez: “Procurar outro mei de vida”.

O lixão fica em um terreno amplo, mas nem tudo é lixo. Foi feita uma espécie de arruamento ali, por onde as pessoas e veículos trafegam. É, digamos, uma tentativa de organizar o caos gerado por vários tipos de materiais (orgânicos e recicláveis) depositados no mesmo lugar.

“Teve dia que isso aqui não tinha nem onde botar o pé de tanto lixo”. Penha aponta para a área imensa: “Agora vocês tão vendo tudo limpo aqui. Isso foi um trator de esteira que limpou. Nós demo em cima, demo em cima e ela (a Prefeitura) limpou. Os caminhão chegava e não tinha canto pra gente trabalhar, não. Só

quem fez isso aqui, já fez muita coisa pela gente”. Nego demonstra gratidão pela situação.

A manhã está se passando. A gente debaixo daquele barraco de lona plástica e os quatro trabalhadores olhando para a montanha de lixo que os espera. Não queriam parar para conversar conosco porque sabiam que o enfado e a cansaça iam bater.

Percebemos que, embora simpáticos, já estavam agoniados para encerrar a conversa e deixamos que fossem. No fim do dia, eles terminariam a lida, arrastando os materiais que impediram que ficassem por anos na natureza; colocariam nas “bags” (sacos gigantes fornecidos pelos compradores de materiais recicláveis) e levariam para seus canteiros ou barracos.

Tomariam um gole de água quente e seguiriam para casa. Penha e Nego iam a pé. Adriano e Zezinha na bicicleta velha. Amanhã seria dia de descanso, domingo. E, na segunda-feira, a rotina de lixo seria retomada. Que vida difícil. Naquele momento, nos sentimos afortunados. Não podíamos reclamar de nada, não naquele momento.

Maria Luciana e a herança da mãe

A gente saiu do lixão para descobrir que, mesmo longe dali, o lixo é meio de vida para outros cidadãos mamanguapenses. Maria Luciana Costa da Silva é casada e tem 48 anos de idade, três filhos adultos (30, 29 e 28 anos) e foi o nosso primeiro contato para este trabalho. A Prefeitura nos forneceu o cadastro dos catadores e alguns tinham números de telefones (embora poucos pareciam ativos). Ela nos atendeu e nos deu as primeiras informações, mas avisou que não trabalhava no lixão. Faz coleta seletiva de casa em casa, por conta própria. O marido corta cana-de-açúcar numa das usinas da cidade, o que recebe não chega a um salário mínimo.

Segundo Luciana, ele não corta muita cana. Ganha uns 300 e pouco reais por quinzena. Há mais de 20 anos ela ajuda a pagar as contas vendendo material reciclável.

Diz ela: “Ele, agora, tá cortando cana. Seis meses parado, seis meses trabalhando. Quando tá parado fica andando na moto, mesmo, fazendo biscate, pra ver se pega gente (uma espécie de mototáxi)”.

Perguntamos: “E a senhora? Quanto tempo trabalha com materiais recicláveis?”.

Responde: “Faz tempo, viu. Desde quando esse lixão era aqui em cima, logo aí nessa rua subindo, lá em cima. Eu e minha mãe. Era perto. Eu juntava mais minha mãe. Eu vim pra cá (Maman-guape) em 95. Morava no Sertão, mas ela já catava, já. Aí eu aprendi com ela”.

Maria Luciana chegou na cidade com o marido e os três filhos pequenos. Não sabe ao certo, mas estima que o lixão antigo, que ficava dentro da cidade, fechou há uns 10 anos. Relata que, uma vez, “tocaram fogo em uma carrada” (de materiais) que ela e a mãe tinham juntado.

Continua: “A gente deixava lá, trazia pra cá só o alumínio, os negócios menorzinhos. Mas o resto deixava lá. Papelão, plástico... Essas coisas. Deixava lá. Eu acho que foi gente com raiva, porque tinha o meu e de mais duas pessoas, só queimaram o meu. Foi... Eu fiquei aperreada, mas... Deus é maior, né?! Comecei a catar tudo de novo”.

Indagamos: “Aí quando o lixão antigo fechou, a senhora fez o quê?”.

Responde: “Eu já tinha dado o nome e tudo, pra ir pra lá (para o novo lixão), né. Pra ganhar as luvas, bota... Aí quando foi pra começar a catar pra lá, foi quando minha mãe adoeceu... Aí eu tinha que cuidar dela... Tive que cuidar dela.

Interrompemos: “E não ia ficar longe pra senhora, não?”

Continua: “Mas tinha um ônibus que levava. É! Nesse tempo, logo no começo, tinha ônibus pra levar e buscar... Agora não tem mais. O povo vai de pés, vai por dentro da mata simhora. Ainda tem gente que mora por aqui que vai catar lá?”

“Aí, nessa rua aí tem. Ali na rua da mata tem. Tem outras turmas daqui da minha rua que caçava na rua mais eu, aí desistiu... Aí tá caçando no (lixão) de Rio Tinto (município vizinho). Tem muita gente na rua, também. (Quando fechou) eu digo: agora eu faço o quê? Seis anos que minha mãe faleceu... Aí, eu digo, apoi... eu vou começar a caçar lixo na rua mesmo. Não vou pro lixão, não. Aí eu digo, pra ir só e de pés eu também não vou, né. Pra tá passando na mata... Vou ficar pela rua mesmo. Aí fiquei na rua mesmo”.

Perguntamos: “Certo. A senhora cata todos os dias?”

Responde: “Não. Vou todos os dias, não. Ia na segunda e na terça que é os dias que mais bota (lixo na rua)... Porque praqui é muita gente. Muita gente mesmo caçando. Vou por ali... Ali pra baixo ainda mais, ando aquilo ali tudinho”.

Indagamos: “As pessoas já lhe conhecem, juntam pra senhora?”

Se posiciona: “Conhece. Tem deles que junta, tem deles que não junta. E eu saio abrindo as bolsas (de lixo) mesmo. Tenho um carro de mão”.

No meio dessa conversa, conhecemos a vizinha de Luciana, a jovem Renata Francisca da Silva que tem um filho de pouco mais de um ano de idade. Ela estava ali quando chegamos na casa de Maria. Sentamos na calçada, mas ela foi correndo pegar uma cadeira para nos acomodar, mesmo a gente dizendo que não precisava. Renata também é catadora e, às vezes, pedinte.

Diz: “É. Ela deixa o menino com a irmã e a gente vai... Aí o comprador vem buscar aqui. Vendo por mês, às vezes passo dois me-

ses... Dá 180, 170... Às vezes dá duzentos (reais). É assim, né? Se tiver algum negócio mais melhor, né? Um alumínio... um negócio assim. Meu marido ajuda pra um canto, eu ajudo pra outro. Se tiver faltando alguma coisa... Um gás, se precisar de um remédio a gente compra, eu mais ele. Tem esse aqui também, meu padraço, que não é aposentado, apareceu aqui sem documento... Eu tive que tirar o registro dele, foi oitenta reais. A Bolsa Família eu passei dez anos sem tirar... Aí correndo atrás, correndo, correndo... consegui. Recebo 89 reais. Eu queimo lenha também (cozinha no fogo à lenha)”.

Questionamos: “E quando a senhora ficar mais velha, que bater o cansaço, como é que a senhora acha que vai...”.

Se posiciona: “É isso que eu tô pensando...”.

Questionamos: “A senhora é bem disposta. Anda isso tudo, puxando seu carrinho de mão...”.

Se explica: “Vou até buscar água pra beber... Água aqui, minha filha, só as graça. Chegou ontem, ninguém sabe o dia que vai chegar agora. E na minha casa, chega não”.

Queremos saber: “E onde é que a senhora pega água?”.

Responde apontando: “Lá embaixo! Eu ia pra lá, mas eu tava esperando vocês”.

Renata, mãe e viúva aos 19 anos

Para não atrapalhar mais, pedimos para ver o local onde Maria Luciana guarda seu material reciclável. Ela e Renata nos levam ao quintal da casa e nos mostram o cercado com garrafas plásticas do tipo PET, vidros, plásticos... Maria Luciana disse que ia vender no fim do mês e que rezaria para que o valor chegasse aos R\$ 200. Renata queria participar da conversa, frequentemente completava as respostas de Maria, uma hora com o filho nos braços, outra, com

ele no chão de terra batida. Perguntamos o nome da criança e ela respondeu que era João Miguel e que o pai dele mataram no Rio Grande do Norte: “Porque ele era errado!”

Renata mora com o bebê e o irmão de 15 anos. Trabalha com Maria Luciana na coleta, mas também pede comida de casa em casa. Ela catava no antigo lixão que ficava dentro da cidade.

Responde: “Aí, depois eu fui pro outro, aí foi no tempo que eu peguei ele (mostra João Miguel) e parei. Aí eu tô na rua mais ela, aí. Ainda trabalhei com a barrigona... Eu ia de pés. Pegava o carro lá nos mamão (na plantação, no caminho do lixão).

Neste momento, Renata não tinha material para vender e nos diz: “Vendi semana retrasada...Fazia uns trei mêi que ajuntava. Deu noventa real, os troço. Vou vivendo... Dá pra levar... Pedindo aqui e acolá, dá pra levar. Minha família não me ajuda. Ela (Maria Luciana) me ajuda. Minha ‘cumadi’ ali também me ajuda...”

A adolescente não estuda e o filho sequer foi registrado ainda, para todos os efeitos legais e dados oficiais, não existe como sujeito de direitos.

Continua: “É que eu não tinha documento. Aí eu comecei a tirar agora, aí vou receber agora. Ela (Maria Luciana) me deu consei. Ela também me deu consei pra ir registrar ele (o bebê). O pai dele não deixou ele registrado. Aí vai ser só no meu nome”.

Renata diz que estudou até a sexta série e que sabe escrever (copiar). “Lê, eu não sei ‘lê’, não. Mas ‘escrevê’ eu sei. Lê eu não sei nem por onde é que começa”. Sorri inadvertidamente, como se desconhecesse o quão prejudicada se encontra.

Retomamos a discussão: “Você pensa em voltar a estudar?”

Enfaticamente ela responde: “Penso, mas oia” aponta para o bebê no chão... “Tem que cuidá”.

Insistimos: “Mas aqui na cidade não tem creche?”

Desolada responde: “Tem nada! Tem lá pra rua, mas é pago! Cadê dinheiro?”.

Sobre o fechamento do Lixão e a adoção de uma política de destinação correta dos resíduos sólidos, as duas (Renata e Maria Luciana) não acreditam que, de fato, as mudanças vão melhorar suas vidas. Maria Luciana que tem mais experiência se preocupa com a situação das famílias que dependem do Lixão.

Discorre: “A gente só ouve conversa, que vai fazer isso, vai fazer aquilo... Mas, não sei... Aí eu tava dizendo, se acabar com o lixo, se prepare... Porque, Ave Maria, é gente viu! É muita gente aqui de Mamanguape catando e de Rio Tinto também... Tudo sem emprego”.

Bigode, sua churrascaria e as moscas

José Francisco mora em Mamanguape desde a década de 1980. Há trinta anos, abriu a Churrascaria do Bigode (seu apelido), às margens da rodovia BR-101, rodovia que corta o município. Seu empreendimento fica há uns cinco quilômetros do Lixão. Ele é um dos 44.657 produtores de lixo da cidade (estimativa da população – IBGE, 2018), que geram, aproximadamente, 40 toneladas de lixo por dia. Lixo esse que é recolhido pelos caminhões da Prefeitura para ser despejado sem nenhuma triagem, nos pés dos catadores do lixão.

Seu Bigode diz que os seus empregados já fazem uma pré-separação do material: as latinhas eles coletam e vendem; o papelão, o plástico, a garrafa e os outros materiais secos vão para os tambores que ficam do outro lado da rua paralela à BR, em frente ao seu estabelecimento. Os restos de alimentos que sobram das mesas vão para as galinhas de Seu Bigode. Ele conta que o lixão na zona rural de Mamanguape é recente e que a situação já foi bem pior.

Ele nos esclarece: “Era aqui em cima o lixão, dentro da cidade mesmo. Tinha um bar perto que era chamado de mosqueiro ou Bar da Mosca. Era em frente à Polícia Federal (a 2 km da churrascaria) e as moscas vinham bater aqui. Na verdade, era pra acabar com tudo quanto é de lixão. Era pra ter aproveitado desse lixo e não ter esse lixão... É fedor demais, urubu demais. Era pra ser diferente. Se a prefeitura disser que eu tenho que entregar o lixo separadinho, eu entrego. Já tem os tambores. Aí, o catador vinha e levava. É simples. Todo mundo pode fazer isso!”

A prefeita que se antecipou para não virar ré

No dia 8 de outubro de 2018, a prefeita Maria Eunice do Nascimento Pessoa procurou o Ministério Público da Paraíba para assinar o acordo de não-persecução penal proposto pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho. Assim, ficou acertado que, o MPPB não denunciaria a prefeita à Justiça pelo crime ambiental por manter um lixão a céu aberto e ela, a partir daquele momento, teria um ano para resolver o problema da destinação dos resíduos no município. A gestora foi a primeira a assinar o termo. Ela disse que se antecipou para poder planejar como cumpriria a promessa.

Quase dois meses depois, falamos, por telefone, com Gerson Farias, secretário de Meio Ambiente, Defesa Civil, Recursos Hídricos e Habitação da Prefeitura. Ele esclareceu que o lixão a céu aberto de Mamanguape fica em terras privadas, na zona rural da cidade, pertencentes à Usina Miriri. Segundo o secretário, a cessão foi feita sem custos ao município, mas disse não ter conhecimento dos detalhes: “Isso já faz mais de 16 anos. O lixão, antigamente era aqui na BR, do lado direito, um pouco acima ali da Polícia Rodoviária Federal. Só que aí, com o desenvolvimento da região, que hoje é o bairro da Bela Vista, precisou ser removido. E aí ele foi para essa localidade que tinha uma plantação de cana (de açúcar)”.

Ele reconhece que o lixão é uma mancha para Mamanguape que tem um meio ambiente relativamente protegido. O secretário cita as cinco reservas dentro dos seus limites da cidade: a Guaribas; parte da APA (área de proteção ambiental) da Barra do Rio Mamanguape; o Horto Florestal Municipal (uma área de preservação permanente, que fica no meio da cidade); o Parque Turístico da Bica Sertãozinho e a Mata do Pau-Brasil.

A gestão não fez um estudo para medir os impactos do lixão de Mamanguape, mas Gemerson diz que o chorume não alcança o braço do Rio Camaratuba, o mais próximo do lixão, a alguns poucos quilômetros. Ele também não tem noção de quantas toneladas de lixo estão depositadas no terreno. Além de fechar o lixão, a Prefeitura assinou um termo de ajustamento de conduta (TAC), se comprometendo com a Promotoria de Justiça de Mamanguape a reparar a área em até cinco anos.

Continua o secretário: “Na verdade é o seguinte: aquele lixo não tem como ser recolhido dali. Não tem sentido. E aí, o que a gente pretende é aterrar e fazer uma remediação a partir de plantas resistentes. Por exemplo: hoje, onde era o antigo lixão, é uma plantação de mamona, porque a mamona, já é comprovada que é muito resistente ao solo degradado pelo lixo”.

Hoje, a prefeitura gasta em torno de três milhões de reais, por ano, com o serviço de coleta de lixo na área urbana para depositá-lo a céu aberto. O secretário falou do projeto que ainda será elaborado: “Vamos fazer reciclagem e compostagem. Estimamos que só 15% vá para o aterro, que é rejeito, o resto é aproveitado. A gente está na expectativa de um aterro que tá pra ser construído ali nas imediações do posto Jacaraúna, na divisa entre Santa Rita e Mamanguape, o mais próximo da nossa realidade, um aterro privado. Só que aí como a gente vai reduzir o lixo levado para lá, com a compostagem e a reciclagem, compensa o gasto com o aterro privado. Se lá não tiver pronto, não tiver funcionando em um ano,

a gente vai ter que encaminhar pro de João Pessoa que é o mais próximo da gente”.

Licitação para explorar o lixo

Gemerson Farias, secretário de Meio Ambiente, disse que a Prefeitura ainda não tratou sobre o fim do lixão com os trabalhadores que dependem dele. Queríamos saber como será o tratamento dispensado a eles, na execução da política de resíduos sólidos: “E como é que vai ser a separação dos materiais recicláveis? Vocês vão aproveitar aqueles catadores que estão hoje no lixão?”

O secretário confirma: “Vamos, sim. Inclusive o local que a gente tá avaliando pra ser construído o galpão de triagem é no Bairro Bela Vista. Eles chamam de Rua do Meio (onde a maioria mora)”.

Pergunto: “Vai dar pra levar todo mundo?”

Ele nos explica: “É o seguinte: como é que vai ser esse funcionamento? Eles vão ter que se organizar em cooperativa. Pra gente enquadrar eles na lei de licença de inexigibilidade. A lei permite isso para cooperativas de catadores. Haverá a coleta normal pela Prefeitura dos rejeitos, resíduos molhados, e a coleta feita pela cooperativa, dos resíduos secos, porta a porta. E aí a gente teria dentro dessa usina as pessoas que ficariam na triagem recebendo esse lixo lá no galpão e teria outras pessoas que estariam na rua fazendo a coleta. Entendeu?”.

Interrogamos: “E vocês já conversaram com os catadores sobre isso?”.

Responde: “Não. Até porque quando a gente conversa, a gente cria esperança. E não adianta conversar agora porque não tem nada concreto ainda”.

Nos posicionamos: “A situação deles é horrível. A gente viu. Eles não têm nenhum equipamento de segurança, trabalham sem luvas. A gente viu, seringas com agulhas lá e outros materiais perfurocortantes que podem causar acidentes...”.

Continuamos: “Isso já aconteceu. Eles me relataram algumas vezes que, no lixão de Rio Tinto, uma seringa atravessou a mão do rapaz... Atravessou que saiu do outro lado”.

Se posiciona: “Nossa, que perigo”. Perguntamos: “A Prefeitura vai acompanhar esse trabalho? Vocês vão, pelo menos, dar um treinamento pra eles, alguma coisa assim?”.

Responde: “Não. Eles devem se organizar em cooperativa e ganhar a licitação... Logicamente que conversamos com uma amostra do pessoal (10%), mas, no geral, o nível de escolaridade é baixo”. Indagamos: “Há discernimento para formarem uma cooperativa?”.

O secretário diz: “É, realmente... A gente ainda pensou em ver com a Secretaria de Educação, criar uma bolsa de estudos para aqueles catadores que se matriculassem nas escolas noturnas. Só que a gente não teve muito êxito, porque eles disseram que trabalhavam muito, chegavam muito cansados, não tinham como ir nas escolas à noite. E aí o que vai acontecer? Eles vão ter que escolher entre eles ou convidar uma pessoa de fora do grupo para entrar nisso aí. A gente, enquanto município, também não pode intervir tanto numa organização social”.

Questionamos: “Aí fica uma outra questão: será que outras pessoas que não têm nada a ver com os catadores, não podem, de olho no dinheiro, entrar no negócio e ganhar a licitação?”.

O secretário corrobora: “Com certeza. Agora isso a gente tem em qualquer coisa, né. Não há como intervir...”.

Retomamos: “Voltando à questão da educação, porque foi muito penosa a conversa lá. Por que vocês não experimentam colocar

uma sala de aula dentro da nova usina. Uma parada no meio do dia e eles poderiam ser alfabetizados”.

O secretário pondera: “É, bastante sofrido, mesmo. Eu não tinha pensado ainda, não, de a escola ser lá. Vou entrar em contato com o secretário de educação e vou ver isso aí. Pra gente elaborar uma proposta pro ano que vem (2019)”.

Depois da nossa insistência, uma esperança de que, pelo menos, aquelas pessoas finalmente exerceriam o direito à educação. Se a usina e a cooperativa saíssem, o direito ao trabalho digno seria exercitado também. Dessas mudanças, outros direitos poderiam nascer como o direito à alimentação, à saúde e ao lazer, todos violados atualmente.

Uma lei que não pegou

Saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição de 1988 e definido pela Lei nº. 11.445/2007, como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A Lei nº. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, previa que os lixões do País fossem fechados até agosto de 2014. Ela não vingou na Paraíba e nem na maior parte dos municípios brasileiros.

Em vez de denunciar 88% dos prefeitos paraibanos por crime ambiental, o Ministério Público propôs um acordo de não-persecução penal. A partir da assinatura do compromisso, eles têm um ano para fechar seus lixões e escapar da denúncia por crime ambiental. Até o dia 5 de janeiro de 2019, 67 dos 223 municípios paraibanos haviam sido convocados para fazer o acordo de não-persecução penal com o Ministério Público. Apenas três deles ainda não haviam assinado os termos. Todos serão convocados.

O procurador-geral de Justiça, Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho, justifica que a ideia de propor o acordo com os gestores veio da constatação de que, se fosse para resolver judicializando, a maioria dos gestores seria denunciada e, talvez, o problema só se arrastasse mais.

O procurador se posiciona: “Assistimos no Estado da Paraíba, hoje, apenas 12% dos municípios atenderem à legislação. A ideia é alertar os gestores para o problema e propor a formalização de acordos de não-persecução, ou seja, o Ministério Público se propõe a não ingressar criminalmente contra eles, mas também eles se comprometem, no prazo específico de um ano, a não encaminhar os resíduos para lixões, adotando as soluções adequadas, de acordo com a realidade dos municípios”.

O crime ambiental deve cessar em Mamanguape e na maioria dos municípios paraibanos que assinarem o acordo para o fim dos seus lixões. Mas, resta saber se persistirá o silêncio em torno das violações aos direitos humanos de quem sobrevive dos materiais recicláveis e presta um imenso serviço ao meio ambiente, mas que é invisível à sociedade. Se as cooperativas de catadores não vingarem restará aos Negos, Penhas, Adrianos, Zezinhas, Marias, Renatas... reinventarem seus próprios destinos.

Anexos:



Figura 1: “pés de lixo”



Figura 2: Renata, a viúva de 19 anos



Figura 3: Maria Luciana ao lado do seu material



Figura 4: O urubu e as pessoas



Figura 5: O lixão causticante



Figura 6: O monte de lixo



Figura 7: Os barracos



Figura 8: O barraco de perto



Figura 9: Negro, o líder



Figura 10: O líder e as moscas



Figura 11: Penha busca se proteger do sol



Figura 12: Zezinha e o seu sorriso contido



Figura 13: Adriano, o galego



Figura 14: Adriano amolando sua faca-peixeira



Figura 15: A bananeira resistente



Figura 16: A poeira do lixo recém-despejado



Figura 17: O lixo e o horizonte

Nota: as fotos deste ensaio foram capturadas pelos autores Andréa Batista e Thiago Figueiredo.

Há quem lute pelo Rio Gramame

CAMILA BEZERRA⁴³

SUELY PORFÍRIO⁴⁴



Figura 1: A Ponte dos Arcos sobre o Rio Gramame. Fotos: Camila Bezerra e Suely Porfírio (2018)

43 Nascida em Catolé do Rocha e jornalista formada pela UFPB. Sertaneja de nascença e criação, conhece bem como é a convivência com a escassez de água. Também por isso sabe como é importante a preservação de um dos maiores bens disponíveis neste planeta.

44 Jornalista, gente que mobiliza palavras para narrar a vida. Conheceu o Rio Gramame ainda criança, quando os domingos eram para visitar amigos e tomar banho de rio. Põe nas suas palavras o desejo de revitalização do Gramame, sabe a felicidade que a água limpa traz.

É logo ali, mais na frente só um pouco. Já no fim dessa ladeira. A curta estrada de terra de poeira solta e fácil de levantar parece bem maior do que realmente é quando se caminha com o sol a pino. Pelo caminho, rasgado sem piedade no meio da floresta, agora passa até um ônibus, mesmo que seja somente três vezes ao dia. Em outros tempos percorria-se a estrada a pé mesmo, no lombo de animais ou em cima de simples carroças.

Às margens dessa estrada, o mato é coberto pela poeira que os veículos levantaram e deixaram para trás. O caminho inteiro é assinalado como na história de João e Maria. A diferença, no entanto, é que ao invés de pão, neste caminho foram espalhadas sacolas de lixo sem a função de sinalizar o retorno. Estas marcas só vão sair daqui na próxima chuva, quando um córrego se formar e tomar a estrada em busca de onde desembocar, o que será possível logo abaixo no rio Gramame.

Depois de uma descida mais íngreme, o caminho vai ficando plano. Até que é possível avistar uma construção imponente que está quase se misturando com o verde ao seu redor. Construída ainda em 1930 e sem contar com manutenção frequente, a Ponte dos Arcos possui um aspecto de ruína preservada, com uma cor ocre bastante singular. A partir de uma certa distância é possível até duvidar da sua segurança. Porém, quando se toca nela, existe somente a certeza sobre a sua solidez.

A ponte recebe quem vem em sua direção com uma lufada agradável de vento, tentando amenizar o escaldo violento provocado pelo sol no caminho. Chegar nela é como estar em um oásis. Tanto de um lado quanto do outro a sensação de um mundo verde se faz presente. A força do Rio Gramame existe e não poderia ser diferente, pois a atração que ele exerce nota-se à léguas.

Um respiro aliviado em meio à bolha de calor é sentido ainda em cima da ponte. A visão que se tem lá de cima é a de abundância de água e vegetação. Contudo, encolhido o êxtase inicial e com

o olhar mais acostumado, nota-se o que não deveria fazer parte do cenário. Um objeto metálico de cor vermelha submerge nas águas logo abaixo da ponte. Olhando melhor, logo notamos que se trata de um quadro de bicicleta enganchado em algumas plantas aquáticas. Como foi parar no rio, fica difícil de saber com precisão.

Atravessando a ponte, uma das margens do rio permite uma aproximação vantajosa da água. Só que é necessário cuidado onde pisa, já que na clareira alguns pontos foram utilizados para descarte. Fraldas plásticas, sacolas, embalagens e restos de comida, roupas velhas, um pedaço de carro, objetos sem serventia e até uma oferenda não recolhida sinalizam que o ambiente não é inexplorado.

Ainda há pouco o cenário era urbano. A poucos quilômetros estava a paisagem habitual da principal cidade do Estado da Paraíba, a capital João Pessoa, com seus prédios, veículos e pessoas por todos os lugares. Para chegar até aqui é necessário desviar dos caminhos mais conhecidos e descobrir que a cidade vai além do asfalto.

Quanto mais se avança para perto do rio, mais a cidade vai ficando para trás e dando lugar à natureza. No entanto, as pegadas humanas são um forte aspecto no ambiente onde a vegetação nativa luta para continuar existindo.

O Rio Gramame que nos acolhe agora, neste novembro quente de 2018, está sofrido, muito sofrido. O leito está diminuindo, o movimento de água é agonizantemente suave, tão lento que um urbanóide desavisado passando por ali poderia imaginar ser uma lagoa e não um rio o que passa por baixo da ponte. Ele jamais imaginaria estar olhando para a fonte de água que bebe em sua casa.



Figura 2

Se os rios pudessem escolher, eles iriam evitar as pessoas

Falar do Rio Gramame é falar de um pai de família que vive na UTI há muitos anos sendo alimentado em suas veias com soda cáustica todo dia e, mesmo assim, permanece vivo.

A erva simples e sagaz do pescador Flávio Silva tirou do rio das palavras uma metáfora esclarecedora para expressar como está a situação da sua primeira fonte de vida. A sentença de Flávio traz junto a ideia de que se os rios pudessem escolher, eles iriam evitar as pessoas.

É que a presença humana, mais cedo ou mais tarde, acaba causando problemas. Parece que a espécie é incapaz de usar recursos sem comprometer a manutenção da fonte. Na atualidade, o rio, que é tão importante para a cidade, está se tornando apenas uma massa de água poluída.

Pelos indícios científicos, ambientais e até visuais, o futuro dessas águas é trágico. Responsável pelo abastecimento de água de 70% da grande João Pessoa, o rio é ameaçado pelo rastro de poluição comum à atividade humana desenvolvimentista. Ao longo dos seus 54 quilômetros de extensão, existem ao menos cinco empreendimentos industriais que, conforme apontam os estudos, o utilizam como depósito de dejetos.

Mas, as margens do Rio Gramame não são apenas das empresas. Ali vivem cerca de três mil pessoas, boa parte delas desenvolvendo atividades para as quais o rio é tão importante quanto o chão preto que pisam. São pessoas que cultivam a terra e dela fazem brotar alimentos. São pessoas que entram na água e dela saem apenas com o suficiente para garantir a nutrição e algum dinheiro para comprar algo que porventura não consigam plantar.

Quando observamos de perto a relação entre o rio e as pessoas que dependem dele, vemos que é a sobrevivência saudável dessa população que está ameaçada pela concepção do rio como depósito de lixo. E quando aumentamos o zoom, vemos que a ameaça é também para a população de grande parte da capital paraibana que não faz ideia do quanto o seu abastecimento está ameaçado.

Catarata de poluentes

Considerando somente a extensão, poderíamos dizer que o Rio Gramame é, até certo ponto, pequeno. Fosse uma pessoa, Gramame teria estatura de mediana para baixa. É quando consideramos suas possibilidades, já que nosso herói abastece cerca de um mi-

lhão de pessoas que vemos a sua grandiosidade. Olhando assim, Gramame é poderoso, cheio de talentos e de uma força impressionante.

No entanto, para continuar vivo, Gramame vai precisar de ajuda. O processo de ocupação da área em volta do rio seguiu a lógica comum de apropriação da natureza: alguém chegou, chamou a área de sua e foi se instalando e usando o recurso que encontrou de acordo com as próprias necessidades.

Depois foram chegando outras pessoas e com elas outros usos. Dos usos mais agressivos, daqueles que comprometem vidas, o primeiro e mais duradouro é o plantio de cana-de-açúcar. É verdade que a economia açucareira no Brasil passou por crises, mas o cultivo da cana-de-açúcar ainda é abundante na região.

E como o rio é forte e seus recursos poderosos, logo outras iniciativas chegaram e instalaram-se bem pertinho do Gramame. São fábricas e indústrias que pouco tiram do rio. Na verdade, o uso que fazem tem outra lógica: elas colocam “coisas”. As atividades industriais desenvolvidas ali incluem muitas substâncias nocivas que são despejadas nas águas.

Há alguns anos, até a cor do rio era alterada. E não estamos falando de milagres ou alucinações.

Ivanildo Santana, educador e morador da comunidade desde o dia em que nasceu, contou que de vez em quando as crianças ribeirinhas surgiam gritando, animadas com a cor diferente apresentada pela água, seu ambiente natural de brincadeiras.

Ivanildo esclarece: “As empresas usavam pigmentos e o rio ficava colorido também, um dia estava vermelho. No outro, cor de rosa. Depois, lilás. As crianças achavam o máximo, que lindo, que colorido. E os adultos apreensivos, porque eles sabiam o que estava acontecendo”.

O que para as crianças era um mistério gracioso, encontrar o leite do rio cor de rosa-choque, era assustador para quem já não tinha tanta inocência e por isso sabia ler o perigo da água colorida. As pessoas adultas já possuíam elementos suficientes para concluir que a degradação estava ultrapassando todos os limites.

Outras mudanças já tinham sido percebidas pelos ribeirinhos. A vazão e o fluxo da água foram sendo modificadas desde o término, em 1991, da construção da represa Gramame-Mamuaba, essa que abastece a maior parte da grande João Pessoa.

A represa está situada no médio Gramame, antes dos emissários de dejetos das empresas. A comunidade está na parte baixa, recebendo, uns quilômetros antes do mar, todos os fluidos que são largados nos trechos anteriores. A parte alta é localizada no município Pedras de Fogo, onde está a nascente e é considerado o local menos poluído. Estamos falando de menos poluído, já que a palavra ‘preservada’ não pode ser usada plenamente em nenhuma parte do curso do Rio Gramame.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A ÁGUA DE JOÃO PESSOA

A Bacia do Gramame drena aprox. 59 mil hectares da Zona da Mata Paraibana e está contida em áreas de sete municípios. SCIENTEC/UFPB (2000). "Antes que chovam as críticas, o setores Alto, Médio e Baixo Gramame foram delimitados arbitrariamente e tendo pura conveniência como critério."



Locais amostrados pela Comissão UFPB/CCEN

#	local	#	local
1	foz riacho Mussuré	6	canal Mamuaba-Gramame
2	emissário COTEMINAS, rio Mumbaba	7	vertedouro represa Gramame-Mamuaba
3	emissário CONPEL, rio Gramame	8	ponte cia GIASA sobre rio Gramame
4	represa CONPEL, rio Gramame	9	nascente rio Gramame
5	estação de bombeamento CAGEPA, rio Gramame		

Figura 3: Mapa do curso do Rio Gramame. Fonte: Livro O que você precisa saber sobre a água de João Pessoa, de Tarcísio Cordeiro (2014)

Do olhar da comunidade

Tenhamos certeza: tão forte quanto o rio são as pessoas que vivem dele. A população que se encantava em ver da Ponte dos Arcos mesmo uma variedade de peixes, foi se organizando e à medida que a degradação foi aumentando, cresceu também a pressão para que os órgãos públicos fizessem ações de preservação.

A articulação popular, no princípio, protestava fechando a rodovia federal que passa pertinho da comunidade. Contudo essa ação tinha poucos resultados duradouros, já que a atenção que

o problema recebia era pontual, somente o suficiente para cessar a fumaça. Foi preciso mudar de estratégia. Nesse ponto começa a aparecer o olhar da Escola Viva Olho do Tempo (EVOT), uma organização não governamental que tem dois focos: a preservação das oito nascentes de água existentes no terreno da ONG e a oferta de atividades educativas para crianças e adolescentes. O Rio Gramame é fundamental nas duas tarefas. Numa margem ele alimenta os olhos d'água, na outra ele alimenta a sobrevivência das pessoas.

A colaboração da EVOT, que é tocada por pessoas da comunidade, ajudou a redesenhar a luta. Nessa nova estratégia, o poder público é pressionado em canais formais. Vem daí uma denúncia feita ao Ministério Público, que gerou uma ação judicial, na qual a Universidade Federal da Paraíba foi acionada para realizar estudos técnicos que subsidiassem a ação. O estudo foi realizado em 2009. As conclusões apontaram que há na água do Rio Gramame uma quantidade nada sutil de metais pesados, todos prejudiciais à saúde humana. Demonstraram ainda que quatro substâncias presentes em agrotóxicos são encontradas em amostras de água das partes média e baixa do curso do rio.

Essa parte da história, dos estudos acadêmicos sobre o Gramame, é contada pelo pesquisador Tarcísio Cordeiro, no livro 'O que você precisa saber sobre a água de João Pessoa', que se tornou uma das fontes de dados científicos da luta do povo. Já a história da Escola Viva Olho do Tempo é contada por muita gente, mas foi preciso conhecer certa mulher para compreender com plenitude como a EVOT e o Gramame se abraçam e mutuamente se fortalecem.



Figura 4

A mestra da Viva Olho do Tempo

Mestra D'oci escolheu viver possibilitando educação para que crianças pobres pudessem sonhar, pois alguém lhe disse, quando ela era ainda muito menina, que esse verbo não podia ser conjugado por quem nasce na miséria. Ela sabia e sabe que sim, sonhar é para qualquer pessoa, por isso manteve, na ideia, o desejo de espalhar sua certeza.

Nasceu na Bahia e por lá estava bem inquieta, como lhe é peculiar, até o dia em que percebeu que já tinha o suficiente para viver seu sonho: educação, maturidade e 'algum trocado para dar garantia'. Juntou os recursos que tinha e saiu em busca das crianças impedidas de sonhar. Como não queria viver no meio de

tumulto, mudou-se para o lugar que lhe indicaram como o mais calmo do Nordeste, João Pessoa.

Chegando aqui, se organizou financeiramente e, de passo a passo, de pessoa a pessoa, chegou onde poderia realizar seu sonho. Procurou bastante, poderia ter escolhido outro lugar, mas quis o destino e o senso de compromisso de Mestra D'oci que fosse nas margens do rio Gramame a construção do espaço para educar crianças pobres. Isso foi em 2004.

Desde então, a Escola Viva Olho do Tempo (EVOT) tem sido um sopro de boas possibilidades para a região. Embora o público escolhido para as ações sejam as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, a educação promovida na EVOT é fluida, perpassa toda a comunidade. O que é ensinado na escola chega às casas, pois é da natureza dos sujeitos mirins repassar o conhecimento adquirido. Além disso, as primeiras crianças que foram atendidas pela EVOT já são adultas e cresceram com o compromisso da preservação do rio como um princípio de vida.

D'oci acredita que para solucionar o problema dos dejetos no rio são necessárias políticas públicas educativas, porque ações isoladas resolvem pontualmente, mas a mudança de paradigma só vem com ações amplas: “O lixo é consequência de uma falta de educação. De um conceito de que o rio leva tudo para algum lugar. Mas o rio entrega ao mar. E o mar, naquele ritmo de vai e vem dele, devolve tudo para a terra. Pode demorar, mas, de uma forma ou de outra, devolve”.



Mestra D'oci e as crianças da Escola Viva Olho do Tempo - Foto: Thiago Nozi

Figura 5

Como é mestra, ela ensinou na EVOT que os abusos cometidos ao longo do curso do rio têm relação com o modo como a sociedade vive, sem responsabilizar-se por qualquer coisa que esteja entre o desejo e a realização. D'oci explicou que o lixo surge de um processo interiorizado ao longo de muitos anos, no qual não há preocupação com o caminho para atingir o objetivo final. Por exemplo, quem compra um sofá novo atinge o seu objetivo de sentar confortavelmente, no entanto, pouco se ocupa em saber o que será feito com o sofá velho.

Numa escala doméstica, o paradigma de perseguir o objetivo e desprezar as consequências acessórias tem seus transtornos, mas em escala industrial, de verdade, causa desastres. Talvez por isso o Gramame esteja tão mal das águas.

O objetivo de quem planta cana é obter lucro com a produção. Assim como também é lucro a meta das indústrias que soltam dejetos no Gramame. A empresa estadual de abastecimento precisa fornecer água para a população. O rio “apenas” faz parte da cadeia produtiva de todos esses processos.

Quando a cana é plantada perto, dentro, junto da vegetação ciliar, o rio não é considerado como importante. Quando a indústria solta dejetos no lugar mais conveniente, o rio é somente isso. Mesmo para o abastecimento de água a preocupação com a saúde do Gramame é acessória.

O paradigma de focar somente no objetivo não tem visão, quem sabe até não tenha sentido algum, é incapaz de perceber que sem o Gramame nenhum objetivo será atingido.

– Precisamos cuidar dos nossos lixos.

É uma lição que a mestra D’oci já conseguiu ensinar a quem já passou e a quem ainda está passando pela EVOT. Essa lição agora precisa ser compreendida pelas demais pessoas, sobretudo, por aquelas responsáveis por objetivos amplos em alcance e incisivas em ações poluentes.

Hoje e futuro sem garantia

Em 2009, o estudo realizado por pesquisadoras e pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba, apontou que a quantidade de produtos químicos despejados na água supera, e muito, o aceitável para a saúde do rio e das pessoas que dele dependem. Desde então, muita energia foi mobilizada para impedir que a situação do rio fosse piorada. Houve, mais uma vez na história desse povo, muita luta. Os Ministérios Público Federal e Estadual aplicaram multas e até dois Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) foram acordados.

Como a vida do rio ainda não está garantida e segura, o povo continua em luta. Ainda esses dias foi realizada mais uma atividade. Encorajado pelas lideranças que lutam pelo Rio Gramame, um vereador de João Pessoa convocou audiência pública na Câmara Municipal da capital paraibana para discutir soluções de preservação para a fonte de recursos. No dia 3 de dezembro, a Casa Legislativa recebeu representantes de diversas organizações que se relacionam com o Rio Gramame, sendo que cada um trouxe seu discurso e seu olhar sobre o rio.

Em plena segunda-feira, muitas pessoas das comunidades do Vale do Gramame, desde estudantes a trabalhadores e aposentados, abandonaram suas obrigações diárias e reservaram um espaço de tempo para comparecer à audiência pública. Como nunca deixaram de fazer, atenderam ao chamado e foram dialogar sobre a situação do rio, além de cobrar providências para quem, de fato, tem o poder de fazer algo. O espaço público foi ocupado majoritariamente pelos ribeirinhos. No entanto, o debate precisa ir além das margens do rio, já que atinge a cidade inteira.

José Godoy, procurador regional dos direitos do cidadão do Ministério Público Federal na Paraíba (MPF), relatou que sua atuação se soma aos esforços da comunidade para cobrar dos órgãos públicos ações efetivas que garantam a sobrevivência da Bacia do Gramame. Sua observação, colhida nos últimos 11 anos de acompanhamento da luta pelo rio, aponta que a situação das comunidades é o que mais o preocupa: “Se vocês conhecerem a comunidade de Mumbaba, vocês vão ver que é um problema de saúde pública, é uma comunidade muito prejudicada pela poluição que existe naquela área e é uma comunidade que existe ali no Rio Gramame. Diversas outras comunidades do baixo Gramame reclamam cotidianamente que a poluição do rio os afeta na capacidade econômica, capacidade de lazer, de uso de água e diversas outras questões”.

Justificando a importância da audiência pública, José Godoy enfatizou que a cobrança de soluções para a preservação da bacia do Gramame deve ser constante: “Nós temos que cobrar desses órgãos que comecem a apresentar projetos no seu plano municipal de recursos de esgotamento sanitário e de saneamento básico”, pontua.

Os pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Cristiane Sassi e Pedro Costa Viana apresentaram os resultados de recentes estudos feitos para analisar a situação atual do Gramame. Pedro Viana, do Laboratório de Estudos e Gestão de Água e Território (LEGAT), analisou os solos dos mananciais utilizados para abastecimento da Região Metropolitana de João Pessoa. Sobre o Rio Gramame, ele ponderou que “temos uma bacia muito rica. Foi muito bem escolhida para ser o manancial de João Pessoa”.

No entanto, a forma como o espaço está ocupado desperta a apreensão do pesquisador. O estudo que Pedro Viana participou revelou que na Bacia do Rio Gramame a vegetação nativa ocupa 33,32% do espaço enquanto as culturas correspondem a 59,14%. Somente o plantio de cana na área de preservação ocupa 19,87%. Este alto índice de ocupação irregular do solo na Bacia do Gramame gera consequências preocupantes também para a água do rio.

A questão é que na região de preservação do Rio Gramame só deveria haver mata, gramínea ou alguma atividade considerada protetora. “O setor da cana aparece como sendo o setor mais invasor das áreas de preservação”, apontou o pesquisador. Pedro Viana defende como solução, que a plantação da cana-de-açúcar possa ser feita em outros locais mais afastados do rio, considerando que a água só é possível de ser produzida na bacia.

Sob o ponto de vista do professor, os mananciais devem ser observados primordialmente como territórios produtores de água. “Nós não podemos pensar em fazer outra coisa mais importante nessa bacia do que produzir água. Em primeiro deveria ser a pro-

dução de água e as outras atividades todas poderiam acontecer, mas deveriam estar submetidas à produção de água”, defendeu.

Fazendo um paralelo com as demais produções no entorno da Bacia do Gramame, o professor Pedro Viana defende que haja prioridade para o rio. “Qualquer um de vocês já pagou mais de R\$ 1,50 por meio litro de água. E isso é mais caro do que meio litro de álcool na bomba de gasolina”, comparou o pesquisador.

A professora Cristiane Sassi, pesquisadora do Laboratório de Ambientes Recifais e Biotecnologia com Microalgas (LARBIM), que coordenou a análise sobre a presença de cianobactérias e cianotoxinas na água e na fauna dentro do reservatório, inclui muitos agentes responsáveis pela situação enfrentada pelo rio. Comentando as pesquisas, Cristiane alertou sobre o descumprimento de leis de preservação de reservas, uma vez que os dados mostram que praticamente metade das Áreas de Preservação Permanente (APP) estão invadidas por plantações de cana-de-açúcar ou outras culturas.

Em entrevista, a pesquisadora detalhou que “a margem do Gramame está completamente ocupada por cana-de-açúcar, cultura de macaxeira, outros tipos de cultura, residências”. A análise coordenada por Cristiane Sassi demonstrou que a presença de micro-organismos potencialmente tóxicos, as cianobactérias, está dentro dos limites aceitáveis. No entanto, ainda não há razões para comemorar, pois “a quantidade de toxina hoje está dentro do padrão estabelecido, mas ela pode aumentar devido, por exemplo, à ocupação que está ocorrendo dentro da bacia do Gramame. Essa ocupação leva nutrientes para dentro do reservatório e nutrientes promovem o crescimento de cianobactérias, conseqüentemente pode aumentar a quantidade de cianotoxinas”, explicou Cristiane Sassi.

A explicação para a presença de cianobactérias tem relação direta com a carga de nutrientes que chega até o rio, conforme expli-

ca a pesquisadora Cristiane Sassi. “Essa carga de nutrientes vem, por exemplo, dos afluentes que podem estar chegando dentro do reservatório, aumentando a quantidade de nitrogênio, a quantidade de fósforo na água e favorecendo o aumento de cianobactérias. A população de cianobactérias pode aumentar com o aumento de temperatura, com a poluição da água”, detalhou.

Percebido pelo olhar acadêmico e técnico, o Gramame está em uma situação bastante preocupante. São muitas fontes de drenagem da sua capacidade e, mesmo forte, o rio está atingindo o pico de sua resistência. Essas afirmações são feitas pelos pesquisadores, mas há outro olhar sobre a preservação. Os discursos dos representantes dos órgãos públicos estaduais e municipais estão afinados e afirmam que as gestões atuais vêm atuando na revitalização do rio, realizando ações para solução de problemas originados em outras gestões.

De acordo com João Fernandes da Silva, então diretor presidente da Agência Executiva de Gestão de Água da Paraíba (AESA), autarquia estadual responsável pela gestão dos recursos hídricos, a atuação estatal vem sendo eficiente na proteção do direito humano à água.

O diretor afirmou que em relação à “capacidade de suporte do Gramame, do Mamuaba e do Mussuré, ela está dentro dos padrões. Até 40% do volume de um rio. O Gramame parece que me dava 1500, 1600 litros por segundo de vazão. Isso dá uma vazão firme”. Como técnico, o gestor das águas no Estado da Paraíba considera que o mais importante é garantir a tranquilidade na distribuição em toda a grande João Pessoa.

Joaquim Neto, diretor de operações e manutenção da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), reconheceu que os resultados dos estudos envolvendo a água bruta na localidade demandam cuidados especiais. “No entanto, na água tratada, nós tivemos a satisfação e o prazer de ver que o resultado lá apresenta-

do foi satisfatório, dentro dos limites estabelecidos pela portaria”, considerou o diretor da CAGEPA, afirmando ainda que foi feito um contrato com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para realizar o monitoramento contínuo da água.

Já o secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de João Pessoa, Abelardo Jurema Neto, detalhou que desde 2017 estão sendo elaborados estudos e inventários de todo o corpo hídrico da capital. “Os diversos rios que compõem a nossa cidade estão sendo estudados, estão sendo acompanhados”, afirmou. Abelardo Jurema Neto considerou ainda que “nossos pais e antepassados pouco se importaram com a sustentabilidade e o meio ambiente, se nós agora não fizermos, não vamos oferecer nada para os nossos filhos e nossos netos”.

Diferente do que foi observado nos estudos científicos sobre a ocupação do solo, o presidente da Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN), José Inácio de Moraes, considera que o setor está cumprindo com seu papel no que diz respeito à preservação da bacia. “A responsabilidade é do grande produtor, do médio, do pequeno, como também da comunidade indígena, como qualquer usuário dessa comunidade”, ressaltou.

A responsabilidade precisa realmente ser de todos. No entanto, é importante reconhecer a parcela que cabe a cada um. De longe percebe-se que a dimensão das ações da comunidade indígena não são equiparáveis às ações das empresas. Plantar macaxeira para comer tem o mesmo impacto de plantar cana para lucrar?

De acordo com a explanação de José Inácio de Moraes, o setor fez recuos das lavouras em suas propriedades na extensão do Rio Gramame. No entanto, o presidente da ASPLAN se queixou que estes terrenos que estavam desocupados para promover a preservação do rio foram ‘invadidos’ por pessoas que lá fixaram residência. Na audiência pública o presidente da ASPLAN propôs que o Minis-

tério Público e a Polícia Florestal retirem os invasores citados “para que no próximo ano comecemos a reflorestar essas matas ciliares”.

Em síntese, as representações empresariais se mostraram tranquilas em relação aos estudos, pois, de acordo com a fala deles, pouco ou nada do que foi constatado é de responsabilidade dos produtores.

Não é muito simples ponderar sobre as responsabilidades, uma vez que cada partícipe de fora da comunidade afirma que tem feito de tudo para preservar o Gramame. Talvez quem vive perto do rio possa dizer melhor como tem sido a preservação.

Agricultura e pesca no prejuízo

Desde os dez anos de idade, Flávio Silva pratica a pesca para subsistência no Rio Gramame. Hoje, 35 anos depois, ele percebe a mudança enfrentada pelo rio quando se depara com a diferença no resultado de seu trabalho. Na audiência pública, Flávio, que vive em Engenho Velho, relatou que antes conseguia capturar uma boa quantidade de camarão utilizando dez covos [um artefato de pesca], enquanto que atualmente este volume só é conseguido com pelo menos 200 covos, “quando tem”.

Mesmo diante de todos os maus tratos a que o rio é submetido, em seu entorno ainda se busca trabalho. A insistência em usufruir do rio acontece por uma questão de necessidade e busca pela subsistência.

Pondera: “Se a gente for lá agora tem gente pescando de tarrafa agora à noite. De dia tem bastante gente pescando de covo, mesmo sem ter nada. Mas as pessoas estão lá dentro porque é de lá de onde levam o sustento de suas famílias”.

Flávio contou que nos domingos o Rio Gramame ainda funciona como um ponto de lazer para as famílias. Na “parte de cima”,

sem agentes poluidores, a água é gelada e são vistos muitos peixes: “Das empresas pra baixo a situação é diferente. O que a gente vê é a poluição tomando conta de tudo, o assoreamento do rio, precisando de uma restauração urgente. O rio precisa de uma dragagem”.

Não somente os pescadores sofrem com a situação do Rio Gramame. Flávio lamenta ainda a terra afetada pela poluição, o que acaba influenciando no trabalho dos agricultores da região.

A lavoura desse ano não pôde ser aproveitada, pois queimou, de acordo com relato de Flávio Silva, que também atua como agricultor e costuma irrigar sua plantação com a água do rio. Diz ele: “Um dia a água fica preta, noutra dia fica vermelha, noutra fica azul”.

Diante do cenário nada animador, Flávio acredita que é hora de começar as ações efetivas para salvar o Rio Gramame porque amanhã pode ser muito tarde. A luta pela sobrevivência do rio, no ponto de vista do pescador-agricultor, é algo que deixará uma marca até mesmo em seus descendentes. A sua esperança é de que seus filhos e netos conheçam a fundo a importância do rio e como ele é essencial para o seu sustento.

Continua: “Eu conheço família dentro de Engenho Velho que criou seus filhos, formou dentro da universidade pescando naquele rio há 35 anos atrás”.

Para onde correm as águas

O que o futuro reserva para o Rio Gramame é difícil de saber, mas previsões não faltam. O sertanejo Seu Zominho, que mora nas proximidades do rio desde os anos 70, não consegue visualizar um bom panorama caso a situação atual não seja revertida. Assim

que chegou na região, ele ficou maravilhado com a fartura do Rio Gramame.

Através da água límpida era possível observar toda qualidade de peixe que ele, crescido no Sertão de Pernambuco, nunca havia conhecido.

Seu Zominho relembra: “Eu alcancei esse rio aí. Eu sou do Sertão e lá a gente vê peixinho pequeno, o maior é traíra, curimatã, em açude. Aí cheguei pra aqui e fiquei abismado com os peixes que eu vi aqui, água limpa. Quando a maré tava puxando aí ficava bem pouquinha água. E na água limpa a gente via os peixes. Eu, novato, perguntava ao pessoal daqui: que peixe é aquele? E o pessoal dizia: aquilo ali é um camurim, esse aqui é um espada e outros e outros e outros...”.

Sentado na varanda de sua casa em uma cadeira de madeira cuja tinta branca já estava descascada devido à ação do tempo, Seu Zominho recorda saudoso o quanto o Rio Gramame era saudável.



Seu Zominho na varanda de casa. Foto: Camila Bezerra (2018)

Figura 6

A perspectiva dele é a de quem se preocupa com o futuro do rio e das pessoas. Por muitos anos, Seu Zominho acompanhou de perto os debates na comunidade ribeirinha sobre a degradação do manancial e o impacto disso no ambiente em que vive. Ele recorda os vários estudos científicos e análises que foram feitas não somente nas águas do rio e seu entorno, mas também envolvendo a população da região.

A trajetória de luta pela preservação do meio ambiente e o engajamento na causa demanda muito esforço, o povo cansa quando demora demais para ver resultado. Por muitas vezes a sensação de impotência acaba desmotivando, já que os avanços são praticamente imperceptíveis.

Seu Zominho é consciente de que há muito caminho a percorrer para conseguir fazer com que o Rio Gramame volte a ser saudável. No entanto, ele é até um pouco pessimista: “Infelizmente eu não vou ver esse tempo não. Porque o meu tempo tá chegando já. Deus me deu anos já, mas quem for daqui pra frente, não vai ficar só nisso não”.

Ele demonstra estar atento aos noticiários, mesmo ressaltando o fato de ser analfabeto de pai e mãe: “ Eu assisto muito os países negociando as normas para melhorar o planeta Terra. Combina hoje, quando é amanhã desmancha. Isso é um fim de era. Dilúvios acabando com cidade, tempestade acabando e o povo não resolve nada... Uns querem diminuir a poluição porque a quentura do planeta daqui a 2030, 2040, 2050 vai aumentar num sei quanto. Quem é o ser humano que aguenta? A água vai secar e vai mesmo”.

Mesmo diante de todo um cenário desanimador, o rio ainda resiste e não se poupa, é generoso com quem o procura. Somente uma cerca separa o terreiro da casa de Seu Zominho da estrada de barro que percorre a região. Vez em quando surge alguém passando por ela com um destino certo, em busca de um pedaço de rio saudável que se possa aproveitar. Seu Zominho conta que é preciso ir mais acima para conseguir um banho de rio agradável sem poluição.

Mais cedo já havia passado um vendedor com uma caixa de bebida. Agora quem passa em busca da água para se banhar são alguns adultos e muitas crianças a pé e em bicicletas.

Seu Zominho diz: “A água é bem limpinha e mesmo que gelo. E poderia ser esse aqui né?!”.

Pouco depois, voltando pelo caminho inverso, vem um homem em sua bicicleta carregando uma vara de pescar pendurada nas costas. O pescador já deve ter se dado por satisfeito e agora segue para sua casa com o fruto de seu trabalho em conjunto com o rio.

Um pouco mais consciente sobre a situação, depois de ter tomado conhecimento do resultado de alguns estudos e exames, Seu Zominho afirma que não entra nas águas da região: “ Eu vou entrar aqui pra pegar um negócio? Eu já sei o que pode causar”.

O despejo de materiais tóxicos pelas fábricas do Distrito Industrial no Rio Gramame é uma das principais preocupações de Seu Zominho em relação à integridade do curso da água. Além disso, o impacto de agrotóxicos utilizados em plantações nas proximidades do rio é outra inquietude do ribeirinho.

Os fatores externos à comunidade local desagradam bastante Seu Zominho que reclama o fato de que as pessoas que passam pela estrada deixam nela sacos de lixo sem se importar com a sujeira que fica para trás: “ Tem deles que passa e logo ali vai soltando. Nem se importam não”.

E a dimensão do que é deixado na comunidade é maior do que pode ser observada em uma ocasional visita. Seu Zominho, sério e espontâneo somente como quem é testemunha de um crime cometido no quintal de casa, revela os detalhes: “Chegam aqui com carro-pipa, ganham para descarregar fossa. Chegam aí e soltam no meio”.

Ele informou que anotou os dados do veículo e entregou ao fazendeiro proprietário das terras. Depois da denúncia, não houve outro caminhão descarregando material na localidade.

A presença do rio nas pessoas que vivem em seu redor é muito marcante. Observar tão de perto um rio agonizar pode significar até mesmo o agouro do seu próprio fim. A vegetação que começa a tomar conta do Gramame é um prenúncio de sua morte.

Questiona seu Zominho: “O rio aí ninguém vê quase água não. Aquele mato nasceu dentro da água. Ali é uma poluição triste, quando vem nascer mato dentro do rio. Ali ele tá querendo mor-

rer. Vai terminar aterrando, aterrando e vai nascer mato no lugar da água e morre o rio”.

Nesta situação, fica difícil saber o que conseguirá sobreviver, já que até os animais que habitavam o leito do rio vão sumindo.

Continua seu Zominho: “Podendo comer um peixe sadio, aí nem pra comer um doente não tem”.

A percepção de Seu Zominho é a versão ribeirinha dos relatórios das pesquisas realizadas no rio. Quem estudou e pesquisou sabe com os dados das análises, enquanto que o ribeirinho sabe com a experiência de olhar. Ele sabe tanto quanto o estudioso e tem a mesma dúvida: haverá a vida que emana do Rio Gramame ainda por muitos dias?

O olhar de seu Zominho, que muito vivo, está cansado da luta e das suaves melhorias que viu nas águas do quintal de casa. Mas essas águas iluminam muitos olhares, emanam a força que mutuamente fortalece o rio e quem perto dele vive.

Os guardiões da luta pela vida

A luta pelo rio, nesses e nos próximos anos, está nos olhos de muitos jovens compromissados, espertos e, principalmente, conscientes da própria importância na sobrevivência do Gramame. A juventude da Escola Viva Olho do Tempo sabe o que precisa fazer para algum dia entrar, pela primeira vez, nas águas limpas do rio.

Letícia, Vitor, Ivanildo, Ingrid e Alexandre são alguns desses jovens que assumiram o compromisso de viver para fazer o rio sobreviver e foram escolhidos como Guardiões do Rio Gramame. Deixaram de ser crianças há pouco tempo, estão cheios dos sorrisos leves da juventude, mas já trazem uma recordação amarga ao falar sobre o rio: “Eu tenho 13 anos e nunca entrei nesse rio. Meu sonho é tomar banho nele, ter o prazer e a sensação de sa-

ber como é. Tenho muita vontade de entrar no Gramame, mas não pode porque está poluído. O rio é muito importante para mim, para os meus amigos e para cidade, que é abastecida com a água dele. Eu nunca tomei banho nele, mas gostaria de ter tomado”.

Letícia e Vitor, sorridentes, declararam algo que certamente é o desejo de todo mundo que vive por ali.

A mágoa de Letícia e Vitor tem muitos motivos. Eles moram em João Pessoa, uma cidade quente, que entre novembro e maio tem um calor abafado, suado, insistente por pelo menos 20 horas de cada dia. Realmente deve ser muito triste ter um rio por perto e jamais poder entrar nele para se refrescar. Quem já entrou num rio sabe, mergulhar em água limpa é entrar num abraço de felicidade fluída.

E não é só a oportunidade de brincar na água que a poluição do rio nega a esse pessoal. João Pessoa, como a maioria das cidades brasileiras, tem zonas nas quais a pobreza é o horizonte mais visível. O vale do Gramame é uma dessas zonas. Caso o rio estivesse livre de substâncias nocivas, o potencial turístico da região poderia ser uma saída para a criação de renda.

Ivanildo, um garoto de 13 anos que se expressa com a segurança e a tranquilidade de quem sabe, pelo que vive, do que está falando, deixa bem claro como os peixes e camarões do rio são importantes para aquela população: “O Rio Gramame é como se fosse uma segunda vida, porque ele nos dá água, nos dá alimentos. Sem ele, sem a água e os alimentos que ele dá, a gente não consegue viver”.

As pessoas do entorno do rio estão na busca por alternativas para sobreviver, tem sido uma luta árdua, mas o alimento tem chegado do quintal e dos empregos mais ou menos formais que o povo busca para se virar. Tem dado para alimentar as pessoas,

entretanto, sem os recursos do Gramame, o erário dá apenas para o mais primário e elementar.

Nesse cenário, as tradições culturais da região estão sendo afetadas. A Lapinha, por exemplo, uma manifestação cultural presente na comunidade Mituaçú, tem sido abalada pela falta de recursos. É que as vestimentas utilizadas nas encenações da Lapinha devem ser bonitas e graciosamente ornamentadas com fitas e brilhos. Para deixar as pastorinhas vestidas de vermelho e azul, lindas e brilhantes, é preciso mais que apreço às tradições.

A comunidade de Mituaçú, quilombola e ribeirinha, quase uma ilha dentro do Gramame, cresceu tendo o rio como fonte de recursos. Como a fartura era a tônica daquelas margens, havia sempre peixe e camarão para vender. O recurso para ornar a Lapinha chegava naturalmente no período de preparar a encenação. Atualmente o fluxo é diferente e quem vai dançar a Lapinha precisa de muitos movimentos para conseguir recursos e se vestir conforme reza a tradição.

Impacto na cultura, no lazer, nas tradições, na mesa... Muita coisa é atingida pela degradação do rio. Para cessar o ciclo de destruição do rio e, conseqüentemente, dos potenciais de vida saudável da comunidade do Vale do Gramame e do abastecimento de água da cidade, as alternativas são simples, como mostraram os adolescentes Alexandre e Ingrid: “Primeiramente, as fábricas pararem de poluir. O governo ter mais consciência e ajudar à população. Acho que as pessoas deveriam parar de jogar lixo no rio. Todo mundo já sabe que não pode, não sei porque fazem isso”.

No entanto, as soluções são um tanto complexas para quem está em condições de realizá-las. Não do ponto de vista da viabilidade prática, pois existem alternativas conhecidas tanto para o tratamento adequado dos dejetos das fábricas, quanto para o uso planejado e sustentável da bacia hídrica. A complexidade está no modo de pensar, como mostrou a mestra D’oci, quando explicou

que as pessoas têm interiorizado o paradigma de desprezar as consequências das ações necessárias para atingir seus objetivos, sejam elas quais forem.

A educação ensina a sonhar

Em meio às atividades habituais de oficinas e ensaios para uma apresentação natalina, foi possível reunir alguns dos jovens educados pela Escola Viva Olho do Tempo. Em um dos espaços para atividades, sentados em suas cadeiras, os cinco conversaram e contaram as suas perspectivas para o Rio Gramame.

Os traços dos adolescentes expressam bem a diversidade humana que habita o Vale. São indígenas que encontraram na beira do rio um bom lugar para habitar, negros descendentes de pessoas que foram trazidas para serem escravizadas e chegaram até aqui fugidas de suas mazelas e aqueles que herdaram a aparência dos colonizadores.

Apesar da pouca idade e das diferenças entre si, os Guardiões do Gramame já conhecem a fundo os problemas e sabem que é necessário empenho para vê-lo saudável. O conflito entre o limite da grandiosidade do sonhar também se tornou uma pauta na conversa entre eles mediada pelo educador Ivanildo Santana: “A gente não pode sonhar tão alto assim. Eu sonho muito alto. Sonho em ver esse rio limpo. Meus netos, minhas filhas, tomando banho nesse rio. Sonho em ter o prazer de entrar no Gramame”.

Continua Ivanildo: “Eu não sonho baixo não. Sonho alto mesmo. Sonho para ultrapassar os limites. Sonhar é importante, sonhar alto, sonhar grande. Mas sonhar com os pés no chão. Quando a gente sonha com os pés no chão, esse pé no chão nos permite fazer uma ação. Meu sonho é revitalizar o Rio Gramame e eu sei que meu sonho está muito vivo, eu fortaleci esse sonho aqui na escola. Agora esse sonho também é de vocês. Se eu mor-

resse hoje, eu já morreria feliz, porque eu sei que vocês vão levar esse sonho para as próximas gerações. Acredito que até a segunda ou terceira geração, esse rio vai estar recuperado. Eu espero que não leve tanto tempo. Que as próximas gerações só continuem preservando o rio”.

As sentenças de Letícia, Alexandre e Ivanildo representam o quanto a luta para revitalizar o Rio Gramame está viva na comunidade. Representam a participação de muita gente na busca por uma maneira responsável de utilização dos recursos naturais. Representam a força do Gramame.

Mestra D’oci estava certa quando apostou que educação ensina a sonhar.



Figura 7

Nota: as fotos deste ensaio foram capturadas pelas autoras Camila Bezerra e Suely Porfírio.

Posfácio

LUIZ CUSTÓDIO DA SILVA⁴⁵

Há mais de 50 anos, a professora Cremilda Medina vem desenvolvendo na Universidade de São Paulo extraordinário trabalho voltado para o ensino e as práticas jornalísticas essenciais para a formação das novas gerações de jornalistas em todo o país.

“Lembro de um Congresso de Comunicação em Belo Horizonte, em plena ditadura militar, em 1973, no qual a pesquisadora apresentou um de seus primeiros artigos científicos, defendendo concepções preliminares sobre jornalismo a partir das teorias da interpretação de importantes pensadores e filósofos que transformaram os paradigmas da ciência no final do século passado. Em Freud, as forças reveladas pelo inconsciente e analisadas pelo psicanalista através da interpretação dos sonhos. No pensador Nietzsche, os estudos das forças presentes nos fenômenos humanos e

⁴⁵ Jornalista, doutor em ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, professor titular da Universidade Estadual da Paraíba e professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Atua principalmente nos seguintes temas: cotidiano e informação, imprensa regional, informação e cidadania, folkcomunicação e cultura popular, pesquisa na Paraíba e ensino de pesquisa.

em Marx a análise das contradições entre aparência e essência a partir do materialismo dialético”.

Estudiosos no contexto latino-americano discutiam, até então, a interpretação dos fatos e dos acontecimentos no jornalismo por referenciais teóricos e metodológicos reducionistas, tecnicistas. Era o início de uma nova fase para a renovação de uma concepção pedagógica inovadora que mudaria o ensino de jornalismo no Brasil.

Na sequência, a docente lança seu trabalho “Notícia um produto à venda”, uma das primeiras abordagens editadas no país, discutindo a produção jornalística e a relação com a denominada Indústria Cultural.

O trabalho acadêmico de Cremilda Medina iniciado na Universidade de São Paulo não estava mais restrito à USP. Sua intensa e fecunda produção científica começava a ser disseminada por outras Instituições de Ensino Superior do país através de palestras, conferências, seminários, cursos, oficinas e tantas outras formas de participação com finalidades acadêmicas e científicas compartilhando conhecimentos e informações fundamentais para os avanços teóricos no campo profissional do jornalismo no contexto brasileiro.

A Universidade Federal da Paraíba, através de seu Departamento de Comunicação, ainda nas décadas de 1970/1980, teve acesso em vários momentos aos ensinamentos e conhecimentos da pesquisadora Cremilda Medina através de atividades acadêmicas realizadas em seminários e palestras nos Cursos de Especialização promovidos para alunos e jornalistas profissionais paraibanos.

Nos cenários apresentados nos dias atuais, a autora do clássico “Entrevista um diálogo possível” volta a João Pessoa para uma nova e desafiadora tarefa: realizar uma oficina para alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB, em setembro de 2018, tendo como tema Narrativas da Con-

temporaneidade e Dialogia Social, inspirada na longa e produtiva experiência construída a partir das ideias e concepções do pensador Edgar Morin.

Os projetos desenvolvidos na USP pela professora Cremilda Medina e uma equipe de pesquisadores comprometidos com um novo olhar para as mudanças paradigmáticas da Ciência e sua relação e necessidade de construir o conhecimento para além das amarras dos modelos reducionistas determinados por uma grande parte da comunidade científica. Tais reflexões e questões teóricas contribuíram para o aprofundamento dos estudos na área do jornalismo brasileiro, abrindo múltiplas possibilidades para a construção de novas abordagens epistemológicas nesse campo do conhecimento.

O resultado da experiência mostra ensaios de reportagens sensíveis, complexos, amorosos, capazes de provocar em cada leitor o sentimento de revolta e questionamento diante da realidade apresentada, além de proporcionar o sentimento de esperança que é possível ser encontrado em múltiplas formas de construção da realidade registradas nas narrativas jornalísticas da contemporaneidade.

Sobre a Oficina que dá origem ao livro

Esta obra resulta da Oficina de Dialogia Social ministrada pela Profa Dra Cremilda Medina (USP) no programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ/CCTA/UFPB) e faz parte das atividades da pesquisadora de Desenvolvimento Científico Regional, Dra Ana Lúcia Medeiros (Fapesq/CNPq).

Projeto da professora Cremilda Medina

Oficina de Dialogia Social com Cremilda Medina (USP)

Conflitos e violências na sociedade em midiatização – propostas epistemológicas da dialogia contemporânea em três encontros:

Primeiro encontro:

1. O **ato presencial** e a interação social transformadora;
2. A crise de paradigmas e o laboratório epistemológico: noções da dialogia inter e transdisciplinar.

Segundo encontro:

3. Suportes tecnológicos e mentalidades: a agenda criativa.
4. Autoria na mediação social: narrativas da contemporaneidade.

Terceiro encontro:

5. Polifonia e polissemia dos processos de comunicação.
6. Técnica, ética e estética: revisões da herança técnica; interrogantes éticas; inspirações estéticas – o **Gesto da Arte**.

Metodologia de trabalho:

Em três horas de oficina em cada um dos três encontros, o primeiro momento se constitui no exame de materiais afins à unidade temática, o segundo momento se dedica à discussão de grupo e o terceiro momento à sistematização dos conteúdos levantados.

Dos três encontros resultará um ensaio-reportagem de autoria individual ou grupal a ser publicado como ato culminante de avaliação da **Oficina de Dialogia Social**.

Local de realização da Oficina: Sala 101 do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ/CCTA/UFPB)

Total de vagas: 15

Data: de 18 a 20 de setembro de 2018

Referências Bibliográficas

BARROS, Ana Taís Portanova Barros, *Jornalismo. Magia. Cotidiano*. Canoas, Editora da Ulbra, 2001.

BATESON, Gregory. *Mente e Natureza*. São Paulo, Francisco Alves, 1986.

BUBER, Martin. *Do diálogo ao dialógico*. São Paulo, Perspectiva, 1982.

CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. São Paulo, Estação Brasil, 2017.

CANCLINI, Néstor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo, Cultrix, 1982.

COMTE, Auguste. *Discurso sobre el espíritu positivo*. Madrid, Alianza Editorial, 2000.

DAMÁSIO, António. *A estranha ordem das coisas – a vida, os sentimentos e as culturas humanas*. São Paulo, Cia. das Letras, 2018.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo, Editora da UNESP, 2013.

GRECO, Milton. *A Aventura Humana entre o Real e o Imaginário*. São Paulo, Perspectiva, 1984.

GUATTARI, Felix. *As Três Ecologias*. Campinas, Papyrus, 1991

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1987.

LE GOFF, Jacques. *História*. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.

LLOSA, Mario Vargas. *El Hablador*. Lima, Alfaguara, 2008.

MCLUHAN, Marshall. *MacLuhan por MacLuhan*. Rio, Ediouro, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das Aparências*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1996.

MARTIN – Barbero, Jesus. *Processos de Comunicación Y Matrices de Cultura. Itinerario para salir de la Razón Dualista*. México, Felafacs, 1987.

MEDINA, Cremilda. *Povo e Personagem*. Canoas, Ed. Da Ulbra, 1996.

MEDINA, Cremilda (org.). *Novo Pacto da Ciência, Primeiro Seminário Transdisciplinar – A Crise de Paradigmas (anais)*. São Paulo, ECA, 1991.

MEDINA, Cremilda (org.). *Ciência e sociedade, mediações jornalísticas*. Novo Pacto da Ciência 8, São Paulo, Coordenadoria de Comunicação Social e Estação Ciência/USP, 2006.

MEDINA, Cremilda e MEDINA, Sinval (orgs.). *Diálogo Brasil-Portugal – século XXI – novas realidades, novos paradigma*. Porto, Portugal, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo, Summus Editorial, 2008.

MEDINA, Cremilda. *A Arte de Tecer o Presente, Narrativa e Cotidiano*. São Paulo, Summus Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda. *O Signo da Relação. Comunicação e Pedagogia dos Afetos*. São Paulo, Ed. Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda (org.). *Povo e personagem, sociedade, cultura e mito no romance latino-americano*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Casas da Viagem, de bem com a vida ou afetos do mundo*. São Paulo, edição da autora, 2012.

MEDINA, Cremilda. *Atravessagem, reflexos e reflexões na memória de repórter*. São Paulo, Summus, 2014.

MEDINA, Cremilda. *Ato presencial, mistério e transformação*. São Paulo, Edições Casa da Serra, 2016.

MORIN, Edgar. *O Método: 4. As idéias – Habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre, Sulina, 1998.

RESTREPO, Luis Carlos. *O Direito à Ternura*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.

SOBRE O LIVRO

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO	Arão de Azevêdo Souza
MANCHA GRÁFICA	14 x 20cm
TIPOLOGIAS UTILIZADAS	Source Sans Pro 12pt e Bitter 15pt

